

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS

CNPJ 60.894.730/0001-05

NIRE 313.000.1360-0

Companhia Aberta

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

23 DE ABRIL DE 2019

ÍNDICE

1 – Mensagem da Administração	p. 03
2 – Orientações para Participação na Assembleia Geral	
2.1 Participação Presencial	
2.1.1. Acionistas Pessoas Físicas	p. 04
2.1.2. Acionistas Pessoas Jurídicas	p. 04
2.1.3. Acionistas Representados por Procuração	p. 05
2.1.4. Acionistas Estrangeiros	p. 05
2.2 – Participação por voto a distância	p. 06
3 – Edital de Convocação	p. 12
4 – Informações sobre as Matérias objeto da Ordem do Dia	p. 14
Anexo 1 – Informações Exigidas pelo Art. 9º da Instrução CVM 481/2009	p. 20
Anexo 2 – Informações exigidas pelo Anexo 9-1-II à Instrução CVM nº 481/2007 e proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2019	p. 215
Anexo 3 – Informações Exigidas pelo Art. 12 da Instrução CVM 481/2009	p. 225
Anexo 4 – Informações sobre os Candidatos ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração	p. 245

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Com o objetivo de facilitar sua participação, encaminhamos ao conhecimento de V.Sas. o Manual para a Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia Geral”) da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (“Usiminas” ou “Companhia”), a ser realizada em 23 de abril de 2019, às 12:00h.

Em nome da Administração da Companhia, convidamos V.Sas. a comparecer à Assembleia Geral para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018;
- (2) Destinação do lucro líquido apurado no exercício social de 2018 e aprovação do orçamento de capital para o exercício social 2019;
- (3) Proposta da administração para pagamento de dividendos e definição da data de seu respectivo pagamento;
- (4) Fixação da verba global da remuneração dos administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2020;
- (5) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2020, bem como fixação da respectiva remuneração;
- (6) Eleição do Sr. Yoshiaki Shimada como membro efetivo do Conselho de Administração para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2020, conforme nomeação feita pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 18 de março de 2019; e
- (7) Eleição dos Srs. Yuichi Akiyama, Tatsuya Miyahara e Martha Regina Coelho Teixeira Lassance, como membros suplentes do Conselho de Administração, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2020, conforme nomeações feitas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 26 de julho de 2018.

Entendemos que as informações ora disponibilizadas possibilitam um posicionamento antecipado de nossos acionistas e facilitam a tomada de decisão. Nossa equipe de Relações com Investidores está à disposição para dirimir eventuais dúvidas ou para orientá-los.

2 – ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

2.1. – PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL

Solicitamos que os acionistas que pretendam participar da Assembleia Geral Ordinária, pessoalmente ou por meio de procuradores, enviem, até o dia 17 de abril de 2019 (data que corresponde a dois dias úteis antes da realização da Assembleia Geral), para a sede da Companhia, localizada na Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança, cópia autenticada dos seguintes documentos:

2.1.1. ACIONISTAS PESSOAS FÍSICAS

- Documento de identificação com foto; e
- Comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora, no caso de acionistas registrados diretamente no registro de ações nominativas da Companhia, ou e pela instituição prestadora de serviços de custódia fungível de ações nominativas, no caso de acionistas que detenham suas ações por meio do sistema fungível de custódia de ações, devendo tal comprovante ser emitido não mais do que 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia.

2.1.2. ACIONISTAS PESSOAS JURÍDICAS

- Último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária que comprove a representação legal do acionista (i.e.: ata de eleição dos diretores);
- Documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto;
- Comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora, no caso de acionistas registrados diretamente no registro de ações nominativas da Companhia, ou pela instituição prestadora de serviços de custódia fungível de ações nominativas, no caso de acionistas que detenham suas ações por meio do sistema fungível de custódia de ações, devendo tal comprovante ser emitido não mais do que 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia; e
- No caso de Fundos de Investimento: (i) o último regulamento consolidado do fundo, (ii) estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o

caso, observada a política de voto do fundo e a documentação societária que comprove a representação legal do administrador ou gestor (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), e (iii) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor com foto.

2.1.3. ACIONISTAS REPRESENTADOS POR PROCURAÇÃO

- Além dos documentos indicados acima, o instrumento original de procuração, o qual deverá ter sido outorgado há menos de 1 (um) ano, sendo que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/1976; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado; e
- Documento de identificação do procurador com foto.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma nos instrumentos de procuração.

2.1.4. ACIONISTAS ESTRANGEIROS

Os acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros, sendo dispensados os procedimentos de apostilamento, notariação e consularização, exigindo-se, porém, a tradução juramentada dos documentos lavrados em língua estrangeira.

A Companhia ressalta que, conforme dispõe o § 2º do artigo 5º da Instrução CVM nº 481/2009, os acionistas poderão participar da Assembleia Geral ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos acima indicados, desde que os apresentem antes do início dos trabalhos da Assembleia Geral.

2.2. PARTICIPAÇÃO POR VOTO A DISTÂNCIA

Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM nº 481/2009, os acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias objeto da Assembleia mediante o preenchimento e envio do documento denominado Boletim de Voto a Distância (“Boletim”), que estará disponível para impressão, separadamente, no site da Companhia e no da CVM.

Para tanto, o Boletim deverá ser recebido no prazo de até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 16.04.2019 (inclusive). Eventuais Boletins recebidos após essa data serão desconsiderados.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do Boletim, deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas:

2.2.1. Por instruções de preenchimento transmitidas ao escriturador da Companhia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações escrituradas pelo Banco Bradesco S.A. e que não estejam depositadas em depositário central:

O acionista titular de ações que não estejam depositadas em depositário central e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços poderá transmitir as suas instruções de voto ao agente escriturador das ações de emissão da Usiminas, o Banco Bradesco S.A., observadas as regras por ele determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão comparecer a qualquer uma das Agências Bradesco em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, durante o horário de expediente bancário local, munido do Boletim impresso, preenchido, rubricado e assinado, bem como dos documentos relacionados na tabela abaixo, para que as informações constantes do Boletim sejam transferidas para os sistemas do Bradesco.

Documentos a serem apresentados na Agência Bradesco, juntamente com o Boletim	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal *	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado **	-	X	X
Documento que comprove os poderes de representação **	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

* Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

** Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim ao agente escriturador em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 16.04.2019 (inclusive).

Em caso de dúvidas, os acionistas poderão entrar em contato com o Bradesco, por meio dos seguintes canais:

TEL: 0800 701 1616

e-mail: dac.escrituracao@bradesco.com.br

O Bradesco informa que os dados acima foram inseridos apenas para que o acionista possua um canal para esclarecer eventuais dúvidas relativas ao envio do Boletim ao agente escriturador. Entretanto, o Bradesco não aceitará o recebimento do Boletim por meio de envio eletrônico, sendo certo que só serão considerados os Boletins que forem apresentados através de qualquer agência Bradesco, nos termos e condições especificados neste Manual da Assembleia.

2.2.2. Por instruções de preenchimento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). Nesse caso o voto a distância

será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados por seus respectivos agentes de custódia.

O acionista titular de ações depositadas na Central Depositária da B3 e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para o exercício de tal faculdade.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus agentes de custódia em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 16.04.2019 (inclusive), salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus agentes de custódia.

Conforme determinado pelo artigo 21-S da Instrução CVM 481/2009, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

2.2.3. Mediante encaminhamento do Boletim Diretamente à Companhia

Os acionistas poderão ainda, alternativamente aos procedimentos descritos nos itens 2.2.1 e 2.2.2 acima, enviar seus Boletins diretamente à Companhia.

Para tanto, os acionistas deverão imprimir o Boletim (que estará disponível para impressão, separadamente, no *site* da Companhia e no da CVM), preenchê-lo, rubricar todas as páginas e assiná-lo. Na sequência, os acionistas deverão enviar o Boletim, devidamente preenchido, rubricado e assinado, para o seguinte endereço postal: Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança, juntamente com a cópia autenticada dos documentos descritos abaixo:

Pessoas físicas

- documento de identidade com foto do acionista.

Pessoas jurídicas

- último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária que comprove a representação legal do acionista (i.e.: ata de eleição dos diretores);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

Fundos de investimento

- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma dos Boletins emitidos no território brasileiro e o apostilamento, notarização ou consularização daqueles emitidos fora do País, sendo exigida, porém, a tradução juramentada dos documentos lavrados em língua estrangeira.

O Boletim, acompanhado dos documentos acima indicados, deverá ser recebido pela Companhia, independentemente da data em que for postado, até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 16.04.2019 (inclusive). Eventuais Boletins recebidos pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

O acionista poderá também, se preferir, antecipar o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando a via digitalizada do Boletim e dos documentos acima referidos para o seguinte endereço eletrônico: dri@usiminas.com.

De qualquer modo, é indispensável que a Companhia receba a via original do Boletim e a cópia autenticada dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail pelo acionista, no prazo de 7 (sete) dias antes da data da Assembleia Geral, isto é, até o dia 16.04.2019, no seguinte endereço: Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança.

Em até 3 (três) dias do recebimento dos referidos documentos, a Companhia informará ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 do Boletim, sobre o seu recebimento e sua aceitação.

Caso o Boletim não esteja devidamente preenchido ou acompanhado dos documentos comprobatórios acima descritos, ele será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 do Boletim, informando-o da necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham (desde que haja tempo hábil), descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá enviar nova instrução de voto à Companhia, caso entenda necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

Caso haja divergências entre o Boletim recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do escriturador para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do artigo 21-W, §2º, da Instrução CVM nº 481/2009.

2.2.4. Informações Gerais

A Companhia ressalta que:

- encerrado o prazo de votação a distância, ou seja, em 16.04.2019, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo na Assembleia Geral, presencialmente ou por procuração, mediante solicitação, explícita, de desconsideração das instruções de voto enviadas via Boletim, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação;
- não serão considerados para fins de cômputo dos votos os Boletins enviados por acionistas que não sejam elegíveis para votar na Assembleia ou na respectiva deliberação;
- para fins de cômputo dos votos serão consideradas apenas as ações de titularidade de cada acionista na data de realização da Assembleia, independente da data de envio do Boletim, sendo que caso o acionista aliene

ações entre a data de envio do Boletim e a data de realização da Assembleia, os votos relacionados às ações alienadas serão desconsiderados;

- a instrução de voto proveniente de determinado CPF ou CNPJ será atribuída a todas as ações detidas por aquele CPF ou CNPJ, de acordo com as posições acionárias fornecidas pelo escriturador, na data da Assembleia; e
- conforme previsto no artigo 21-X da Instrução CVM nº 481/2009, as instruções de voto a distância serão consideradas normalmente na hipótese de eventual adiamento da Assembleia ou caso seja necessária a sua realização em segunda convocação, desde que o eventual adiamento ou realização em segunda convocação não ultrapassem 30 (trinta) dias da data inicialmente prevista para sua realização em primeira convocação.

3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS

CNPJ 60.894.730/0001-05

NIRE 313.000.1360-0

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os acionistas da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS convocados para se reunirem no dia 23 de abril de 2019, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), às 12:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011, bairro Engenho Nogueira, Belo Horizonte/MG, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018;
- (2) Destinação do lucro líquido apurado no exercício social de 2018 e aprovação do orçamento de capital para o exercício social de 2019;
- (3) Proposta da administração para pagamento de dividendos e definição da data de seu respectivo pagamento;
- (4) Fixação da verba global da remuneração dos administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2020;
- (5) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2020, bem como fixação da respectiva remuneração;
- (6) Eleição do Sr. Yoshiaki Shimada como membro efetivo do Conselho de Administração para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2020, conforme nomeação feita pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 18 de março de 2019; e
- (7) Eleição dos Srs. Yuichi Akiyama, Tatsuya Miyahara e Martha Regina Coelho Teixeira Lassance, como membros suplentes do Conselho de Administração, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2020, conforme nomeações feitas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 26 de julho de 2018.

Para participar da Assembleia, os acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento de identificação com foto; (ii) documentos que comprovem a representação legal do acionista pessoa jurídica; (iii) no caso dos acionistas representados por procuração, instrumento de mandato que atenda aos requisitos estabelecidos na legislação e regulamentação aplicável; e (iv) comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora, no caso de acionistas registrados diretamente no registro de ações nominativas da Companhia, ou pela instituição prestadora de serviços de custódia fungível de ações nominativas, no caso de acionistas que detenham suas ações por meio do sistema fungível de custódia de ações, devendo tal comprovante ser emitido não mais do que 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia.

Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que cópias dos documentos acima mencionados sejam enviados à sede da Companhia com antecedência de 02 (dois) dias úteis da data da realização da Assembleia, nos termos do artigo 8º, § 3º, do Estatuto Social.

O acionista também poderá exercer seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância. Neste caso, até o dia 16 de abril de 2019 (inclusive), o acionista deverá transmitir instruções de preenchimento, enviando o respectivo boletim de voto a distância: 1) ao escriturador das ações de emissão da Companhia; 2) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou 3) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, o acionista deve observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual para Participação na Assembleia.

Os documentos pertinentes às matérias objeto da Ordem do Dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da própria Companhia (www.usiminas.com).

Belo Horizonte, 22 de março de 2019.

Ruy Roberto Hirschheimer
Presidente do Conselho de Administração

4 – DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS PARA A DELIBERAÇÃO SOBRE AS MATÉRIAS OBJETO DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2019

Em atenção ao disposto na Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos a seguir os documentos e informações relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 23 de abril de 2019, às 12:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG:

4.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em conformidade com o artigo 9º, *caput* e § 1º, da Instrução CVM nº 481/2009, disponibilizamos aos acionistas, no Anexo 2 ao presente Manual, os seguintes documentos:

- I - Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31.12.2018;
- II - Parecer dos Auditores Independentes;
- III - Cópia das Demonstrações Financeiras;
- IV - Parecer do Conselho Fiscal;
- V - Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes;
- VI - Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras;
- VII - Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência;
- VIII - Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP; e
- IX - Parecer do Comitê de Auditoria.

4.2. Destinação do lucro líquido apurado no exercício social de 2018 e a aprovação do orçamento de capital para o exercício social de 2019.

A Administração da Companhia submete aos acionistas a proposta de destinação dos resultados face à apuração do lucro líquido no exercício social findo em 31.12.2018, no montante total de R\$726.657.732,46, que, deduzido da parcela destinada à reserva

legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, no valor de R\$36.332.886,62, perfaz um lucro líquido ajustado total de R\$690.324.845,84.

Do montante total de R\$690.324.845,84, apurado a título de lucro líquido ajustado para o exercício social findo em 31.12.2018, o valor equivalente a (i) R\$172.581.211,46 deverá ser distribuído como dividendo obrigatório aos acionistas, na forma do artigo 24, § 5º, do Estatuto Social e considerando ainda a regra prevista na Deliberação CVM nº 683/2012¹, sendo que R\$92.286.622,39 serão distribuídos como juros sobre capital próprio, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28.12.2018, e R\$80.294.589,07 serão distribuídos como dividendos a serem aprovados na Assembleia Geral; (ii) R\$345.162.422,92 deverá ser destinado à Reserva para Investimentos e Capital de Giro, na forma prevista no artigo 24, § 4º do Estatuto Social; e (iii) R\$161.126.120,60 deverá ser retido com base no orçamento de capital apresentado pela administração da Companhia, na forma prevista no artigo 196 da Lei nº 6.404/1976 e no artigo 24, § 6º do Estatuto Social, conforme proposto pela Administração da Companhia.

Para melhor compreensão da proposta de destinação dos resultados, o Anexo 3 ao presente Manual contém as informações exigidas pelo Anexo 9-1-II à Instrução CVM nº 481/2009, bem como a proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2019.

4.3. Proposta da Administração para pagamento de dividendos e definição da data de seu respectivo pagamento.

Conforme mencionado no item 4.2. acima, o valor dos dividendos a serem aprovados na Assembleia Geral Ordinária para distribuição aos acionistas é de R\$80.294.589,07, o qual, somado ao montante de R\$92.286.622,39, correspondente aos juros sobre capital próprio aprovados pelo Conselho de Administração em 28.12.2018, equivale a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. O valor dos dividendos a serem aprovados na Assembleia Geral corresponde a R\$0,062634317 por ação ordinária e R\$0,068897749 por ação preferencial.

¹ De acordo com a Deliberação CVM nº 683/2012, os juros sobre capital próprio foram imputados ao montante do dividendo obrigatório pelo seu valor líquido, deduzidos do imposto de renda na fonte correspondente.

A Administração da Companhia propõe que os dividendos acima referidos sejam pagos no dia 31.05.2019, mesma data em que serão pagos os juros sobre capital próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 28.12.2018, aos titulares de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia na data base de 23.04.2019. Consequentemente, as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas “ex dividendos” a partir do dia 24.04.2019. O valor do dividendo proposto não estará sujeito à atualização monetária ou remuneração correspondente entre a data de declaração pela Assembleia Geral e a data de seu efetivo pagamento, bem como está isento de IRRF, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 9.249/1995.

4.4. Fixação da verba global da remuneração dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2020.

Em reunião realizada em 21.02.2019, o Conselho de Administração aprovou propor aos acionistas a fixação da remuneração global dos Administradores, para o período até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2020, no valor de até R\$31.239.084,00. Neste sentido, em conformidade com o artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009, disponibilizamos aos acionistas, no Anexo 4 ao presente Manual, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.

O valor da remuneração global dos administradores aprovado pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 25.04.2018 foi de R\$30.297.084,00.

O quadro a seguir demonstra o valor efetivamente pago pela Companhia a seus administradores desde a Assembleia Geral Ordinária de 25.04.2018:

	Remuneração Global Paga até o momento (Maio/18-Fev/19)
Conselho de Administração	R\$ 4.600.632,00
Diretoria Estatutária	R\$ 10.699.897,00
Total	R\$ 15.300.529,00

A diferença entre os valores aprovados e os valores efetivamente pagos é de R\$14.996.555,00. Tal diferença justifica-se principalmente em função do seguinte:

- Tendo em vista que a remuneração global dos administradores foi aprovada para o período compreendido entre maio/2018 e abril/2019, ainda estão

pendentes de pagamento os valores correspondentes à remuneração dos administradores para os meses de março e abril de 2019, cujo valor previsto é de R\$ 2,4 milhões.

- A remuneração global dos administradores contempla o pagamento do bônus anual e dos encargos que envolvem este bônus. O bônus é pago em abril e, portanto, este valor não está contemplado na Remuneração Global Paga. O valor previsto é de R\$ 9,8 milhões, considerando os encargos.
- As reservas que compõem o valor da remuneração global dos administradores para emergência e que foi planejada levando em consideração a possível realização de um novo programa de Stock Options não foi utilizada, mas representa R\$ 2,8 milhões.

A diferença entre os valores propostos no exercício social anterior e no presente exercício justifica-se pelos seguintes motivos:

- Redução de posições de Conselheiros, de 11 para 8 (-1.080,0 mil);
- Inclusão do FGTS sobre o bônus dos Estatutários conforme parecer jurídico (+677,4 mil);
- Alteração da modalidade dos carros da Diretoria Estatutária (+282,8 mil);
- Tratamento para Estrangeiros, considerado para 3 Estatutários (+976,2 mil); e
- Reservas: 10%. Igual o orçado na verba anterior, mas teve um incremento financeiro em razão das alterações acima (+85,2 mil).

4.5. Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2020, bem como fixação da respectiva remuneração

A Companhia recebeu as seguintes indicações dos acionistas controladores para os cargos de membros do Conselho Fiscal:

Candidato	Cargo	Acionista que Indicou
Sérgio Carvalho Campos	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Previdência Usiminas
Wanderley Rezende de Souza	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Grupo NSSMC
Paulo Frank Coelho da Rocha	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Grupo TT
Lúcio de Lima Pires	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Previdência Usiminas

	Conselho Fiscal	
Masato Ninomiya	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Grupo NSSMC
João Paulo Minetto	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Grupo TT

Além disso, em 27.03.2019, a Companhia recebeu do acionista minoritário Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações a indicação dos Srs. Fabricio Santos Debortoli (titular) e Michele da Silva Gonsales (suplente) para concorrer aos cargos de membros do Conselho Fiscal, na vaga prevista pela alínea “a” do § 4º do artigo 161 da Lei nº 6.404/1976, destinada à eleição em separado pelos minoritários titulares de ações preferenciais.

A Companhia recebeu ainda, em 16.04.2019, do acionista minoritário Banco BTG Pactual S.A., a indicação do Sr. Tácito Barbosa Coelho Monteiro Filho como candidato ao cargo de membro titular do Conselho Fiscal, e da Sra. Vanessa Claro Lopes como respectivo suplente.

Em conformidade com o disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009 e nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, as informações sobre os candidatos acima relacionados constam do Anexo 4 ao presente Manual.

A Companhia propõe que a remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal seja fixada no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração atribuída aos Diretores da Companhia, nos termos do artigo 163, § 3º, da Lei nº 6.404/1976.

4.6. Eleição do Sr. Yoshiaki Shimada como membro efetivo do Conselho de Administração para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2020, conforme nomeação feita pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 18 de março de 2019.

Em reunião realizada em 18.03.2019, o Conselho de Administração tomou conhecimento da renúncia do membro efetivo do Conselho, Sr. Kazuhiro Egawa. Diante disso, foi aprovada, por unanimidade e conforme indicação do acionista Nippon Steel Sumitomo Metal Corporation (“NSSMC”), a eleição do Sr. Yoshiaki Shimada para substituir o Sr. Kazuhiro Egawa, com mandato até a próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma prevista no artigo 12, § 6º, item (c), do Estatuto Social aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11.02.2019.

Diante disso, propõe-se a confirmação da eleição do Sr. Yoshiaki Shimada como membro efetivo do Conselho de Administração, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2020.

Em conformidade com o disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009 e nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, as informações sobre o candidato acima mencionado constam do Anexo 4 ao presente Manual.

4.7. Eleição dos Srs. Yuichi Akiyama, Tatsuya Miyahara e Martha Regina Coelho Teixeira Lassance como membros suplentes do Conselho de Administração, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2020, conforme nomeações feitas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 26 de julho de 2018

Em reunião realizada em 26.07.2018, o Conselho de Administração tomou conhecimento das renúncias dos membros suplentes do Conselho, Srs. Hironobu Nose, Hirohiko Maeke e Ichiro Sato. Diante disso, foi aprovada, por unanimidade e conforme indicação do acionista NSSMC, a eleição dos Srs. Yuichi Akiyama, Tatsuya Miyahara e Martha Regina Coelho Teixeira Lassance para substituir os conselheiros renunciantes, com mandato até a próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma prevista no artigo 150 da Lei nº 6.404/1976.

Diante disso, propõe-se a confirmação da eleição dos Srs. Yuichi Akiyama, Tatsuya Miyahara e Martha Regina Coelho Teixeira Lassance como membros suplentes do Conselho de Administração, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2020.

Em conformidade com o disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009 e nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, as informações sobre os candidatos acima mencionados constam do Anexo 4 ao presente Manual.

* * *

ANEXO 1 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ART. 9º DA INSTRUÇÃO CVM 481/2009

Senhores Acionistas,

A Administração da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

1) CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2018 foi de recuperação para a economia brasileira, ainda que com fraco crescimento. O consenso de mercado (Relatório Focus 28/12/18) é de que a atividade tenha crescido 1,3%, em ritmo similar ao que se verificou em 2017 quando a economia cresceu 1,1%. Para a indústria, a alta de 1,1% da produção em 2018 significou o segundo ano de crescimento consecutivo, após a recessão que a fez acumular queda de 16,7% no triênio 2014-2016. Os setores intensivos no consumo de aço registraram altas mais expressivas. A produção de bens de capital avançou 7,4% e a de bens duráveis, 7,6%. Os indicadores de confiança reagiram muito positivamente às expectativas de aceleração do crescimento. Segundo a Confederação Nacional da Indústria - CNI, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) atingiu em dezembro o maior valor desde junho de 2010.

Segundo o Instituto Aço Brasil, o consumo aparente nacional de produtos siderúrgicos planos, alcançou 12,7 milhões de toneladas em 2018, o que representa uma alta de 8,9% frente a 2017. As vendas internas de laminados planos foram de 11,0 milhões de toneladas, equivalente a alta de 10,9% em relação a 2017. As importações foram de 1,4 milhão de toneladas, o que significa um recuo de 2,1% frente a 2017. As exportações de laminados planos e de placas totalizaram 11,4 milhões de toneladas, representando uma queda de 3,2% frente ao volume exportado no ano anterior. Em 2018, a produção de aço bruto no país atingiu 34,7 milhões de toneladas, o que significa um alta de 1,1% em relação a 2017.

Síntese de Indicadores Anuais

Indicadores	2017	2018
PIB	1,0%	1,3%
PIB - Indústria	0,0%	1,1%
Produção Industrial	2,5%	1,9%
Inflação (IPCA)	2,9%	3,7%
Juros - Selic (fim de período)	7,0%	6,5%
Câmbio R\$/US\$ (fim de período)	3,31	3,69

Fonte: Relatório Focus 11/01/2019, Banco Central do Brasil.

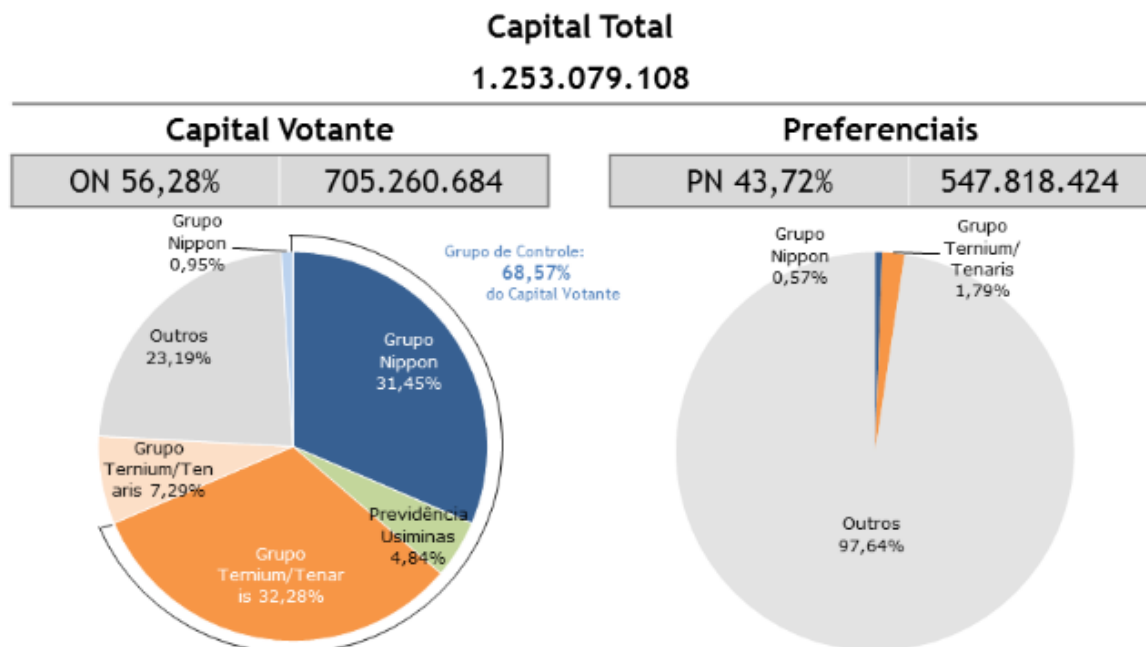
2) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança da Usiminas conta com Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração até 11 de fevereiro de 2019 e, a partir desta data, ao Comitê de Auditoria. Ela tem a missão de monitorar as boas práticas e avaliar o sistema de controles internos e de gestão de riscos da Companhia.

Em 15 de janeiro de 2019 entrou em vigor o Programa de Integridade da Usiminas, que reúne o Código de Ética e Conduta e as políticas que orientam o relacionamento com os públicos interno e externo. O Programa de Integridade é referência para a conduta pessoal e profissional dos empregados e administradores, baseado em valores e princípios que sustentam a atuação da Companhia.

Composição acionária e grupo de controle

O capital social da Companhia se compõe de 1.253.079.108 ações, sendo 56,28% de ações ordinárias com direito a voto. O Grupo de Controle possui 68,57% do capital votante.



Administração

Em 10 de abril de 2018, os acionistas controladores assinaram um novo acordo de acionistas vinculante, que reflete novas disposições de governança, incluindo, entre outros, as regras para nomeação do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor-Presidente e as regras relativas à composição e nomeação da Diretoria da Companhia. Adicionalmente, os acionistas controladores concordaram em incorporar como Ações Vinculantes sujeitas ao novo acordo de acionistas todas as ações ordinárias subscritas por alguns destes controladores no âmbito do aumento de capital aprovado na Companhia em março de 2016.

A Diretoria Estatutária da Usiminas é composta por um diretor-presidente e cinco vice-presidentes nas áreas Comercial, Industrial, Finanças e Relações com Investidores, Tecnologia e Qualidade e Planejamento Corporativo.

O Conselho de Administração conta com oito membros efetivos e seus respectivos suplentes e se reúne ordinariamente quatro vezes por ano, conforme calendário previamente estabelecido, ou extraordinariamente sempre que necessário aos interesses da Companhia. Possui dois comitês de assessoramento: o Comitê de Auditoria e o Comitê de Recursos Humanos.

A Usiminas mantém ainda um Conselho Fiscal instalado, responsável por fiscalizar os atos de gestão dos Administradores.

Remuneração da administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

Remuneração da administração	2018	2017
Honorários	13.785	11.067
Encargos sociais	3.863	2.256
Planos de aposentadoria	236	45
Provisão de remuneração variável	10.161	3.687
Total	28.045	17.055

Em 31 de dezembro de 2018, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R\$22.290 (31 de dezembro de 2017 - R\$13.156).

Auditores independentes

A norma interna da Companhia, no que diz respeito à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade nos trabalhos de auditoria. Esta norma fundamenta-se nos princípios internacionalmente aceitos de que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

A PricewaterhouseCoopers foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras das Empresas Usiminas de 31/12/2018, assim como das informações trimestrais de 30/09/2018, 30/06/2018 e 31/03/2018.

Conforme Instrução CVM 381/2003, a Companhia informa que não contratou outros serviços dos seus auditores independentes não relacionados à auditoria externa das suas demonstrações financeiras.

3) DESEMPENHO CONSOLIDADO

Destaques

R\$ milhões - Consolidado	2018	2017	Var. 2018/2017
Volume de Vendas Aço (mil t)	4.198	4.026	4%
Volume de Vendas Minério (mil t)	6.474	3.676	76%
Receita Líquida	13.737	10.734	28%
CPV	(11.522)	(9.099)	27%
Lucro (Prejuízo) Bruto	2.215	1.635	35%
Lucro (Prejuízo) Líquido	829	315	163%
EBITDA (Instrução CVM 527)	2.172	2.056	6%
Margem de EBITDA (Instrução CVM 527)	16%	19%	-3 p.p.
EBITDA Ajustado	2.693	2.186	23%
Margem de EBITDA Ajustado	20%	20%	0 p.p.
Investimentos (CAPEX)	463	216	114%
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.693	2.314	-27%

Receita Líquida

No ano de 2018 a receita líquida foi de R\$13,7 bilhões, uma elevação de 28,0% em relação ao ano de 2017, que foi de R\$10,7 bilhões, em função de maiores preços médios de aço e de minério de ferro ao longo do ano, bem como de maiores volumes de venda.

Distribuição da Receita Líquida

Distribuição da Receita Líquida	2018	2017
Mercado Interno	83%	86%
Mercado Externo	17%	14%
Total	100%	100%

Custos dos produtos vendidos (CPV)

No ano de 2018, o CPV foi de R\$11,5 bilhões, uma elevação de 26,6% em relação ao ano de 2017, que foi de R\$9,1 bilhões.

O CPV da Siderurgia foi de R\$10,6 bilhões em 2018, contra R\$8,5 bilhões em 2017, uma elevação de 24,9%. O CPV por tonelada foi de R\$2.526/t em 2018, um aumento de 19,8% em relação a 2017, que foi de R\$2.109/t, principalmente devido ao aumento dos custos com matérias primas, destacando-se placas adquiridas, carvão e minério de ferro.

O CPV da Mineração em 2018 foi de R\$748,8 milhões, contra R\$342,9 milhões em 2017, uma elevação de 118,4%, principalmente relacionado aos maiores volumes de vendas e fretes associados à exportação. O CPV por tonelada foi de R\$115,4/t em 2018, 24,3% acima do registrado em 2017, que foi de R\$92,9/t, principalmente devido aos maiores custos com fretes de exportação.

Despesas e receitas operacionais

No ano de 2018, as despesas com vendas totalizaram R\$337,4 milhões, contra R\$251,0 milhões em 2017, uma elevação de 34,5% em função, principalmente, de maiores custos de distribuição e a maior provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Em 2018, as despesas gerais e administrativas foram de R\$440,0 milhões, uma elevação de 8,8% em relação ao ano de 2017, que foram de R\$404,4 milhões, principalmente em função de maiores despesas com serviços de terceiros (despesas advocatícias).

Outras despesas e receitas operacionais em 2018 foram negativas em R\$555,7 milhões, contra R\$250,8 milhões negativas no ano de 2017, um aumento de 121,6%, principalmente em função de:

- Efeitos de *impairment* em R\$472,8 milhões no 4T18;
- Menores créditos fiscais relacionados ao valor do principal relativo ao PIS/COFINS de importação em R\$201,4 milhões, que foram de R\$36,1 milhões em 2018, contra R\$237,5 milhões em 2017;
- Reconhecimento de R\$201,1 milhões, líquido de despesas, pela Mineração Usiminas no ano de 2017, referente ao Acordo com a Porto Sudeste. Não houve tal efeito em 2018;
- Provisão para perda de depósitos judiciais em R\$55,8 milhões NO 4T18;
- Provisão de créditos fiscais de R\$37,5 milhões no 4T18.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Reconhecimento de créditos fiscais (exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS) em R\$418,7 milhões;
- Reconhecimento dos créditos a receber da Eletrobrás, em R\$186,0 milhões.

Assim, no ano de 2018, as despesas e receitas operacionais líquidas foram de R\$1,3 bilhão negativas, contra R\$906,1 milhões negativas em 2017.

EBITDA ajustado

O EBITDA ajustado é calculado a partir do lucro (prejuízo) líquido do exercício, revertendo o imposto de renda e contribuição social, o resultado financeiro, depreciação, amortização e exaustão, e a participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas, desconsiderando o *impairment* de ativos. O EBITDA ajustado considera a participação proporcional de 70% da Unigal e outras controladas em conjunto.

Demonstrativo do EBITDA

Consolidado (R\$ mil)	2018	2017
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	828.695	315.080
Imposto de renda / Contribuição social	406.621	105.870
Resultado financeiro	(93.045)	462.920
Depreciação e amortização	1.029.535	1.171.851
EBITDA - Instrução CVM 527	2.171.806	2.055.721
Resultado da Equivalência Patrimonial em Coligadas e Controladas	(260.350)	(154.896)
EBITDA proporcional de controladas em conjunto	308.827	212.194
<i>Impairment</i> de Ativos não financeiros líquido de realização	472.787	72.764
EBITDA Ajustado	2.693.070	2.185.783

No ano de 2018, o EBITDA Ajustado foi de R\$2,7 bilhões, contra R\$2,2 bilhões em 2017, uma elevação de 23,2%, principalmente em função dos maiores preços e

volumes de aço e de minério de ferro no período, além do reconhecimento dos créditos fiscais (ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS) em R\$418,7 milhões, valor registrado na Controladora e Usiminas Mecânica, e dos créditos a receber da Eletrobrás em R\$186,0 milhões.

Resultado financeiro

Em 2018, o resultado financeiro foi de R\$93,0 milhões positivo, contra R\$462,9 milhões negativo em 2017, principalmente em função dos créditos a receber da Eletrobrás e do reconhecimento de juros relativos ao processo de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS – detalhados anteriormente –, parcialmente compensados pela perda cambial de R\$163,4 milhões em 2018, contra perda de R\$21,6 milhões em 2017.

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

No ano de 2018, o resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas totalizou R\$260,4 milhões, contra R\$154,9 milhões no ano de 2017, principalmente em função da maior contribuição da Unigal e da MRS Logística e do menor impacto do resultado negativo da Codeme.

Lucro (prejuízo) líquido

No ano de 2018, a companhia registrou lucro líquido de R\$828,7 milhões, contra lucro líquido de R\$315,1 milhões em 2017.

Capital de giro

No ano de 2018, o capital de giro foi de R\$4,0 bilhões, contra R\$2,8 bilhões em 2017, um aumento de R\$1,1 bilhão, principalmente em função do aumento em Estoques, Contas a receber, Demais Ativos, parcialmente compensados pelo aumento em Demais Passivos. Destacam-se:

- Aumento no saldo de Estoques em R\$1,1 bilhão em função principalmente da elevação de preços de matérias primas, em destaque o carvão e placas adquiridas;
- Aumento em Contas a Receber no valor de R\$339,0 milhões em função do maior volume de vendas e maiores preços praticados no ano;
- Elevação de R\$359,0 milhões no saldo de Demais Ativos relacionado ao aumento em impostos a recuperar, principalmente em função do reconhecimento de créditos fiscais relativos ao processo de inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS;
- Aumento de R\$491,0 milhões em Demais Passivos em função de operações de *forfaiting* relativas ao fornecimento de placas e de matérias primas.

Investimentos (CAPEX)

Em 2018, o CAPEX totalizou R\$462,7 milhões, contra R\$216,2 milhões em 2017. Os principais investimentos realizados foram em *sustaining* CAPEX. Do total dos investimentos em 2018, foram aplicados 78% na Unidade de Siderurgia, 16% na Mineração, 4% na Transformação do Aço e 2% em Bens de Capital, aproximadamente.

Endividamento financeiro

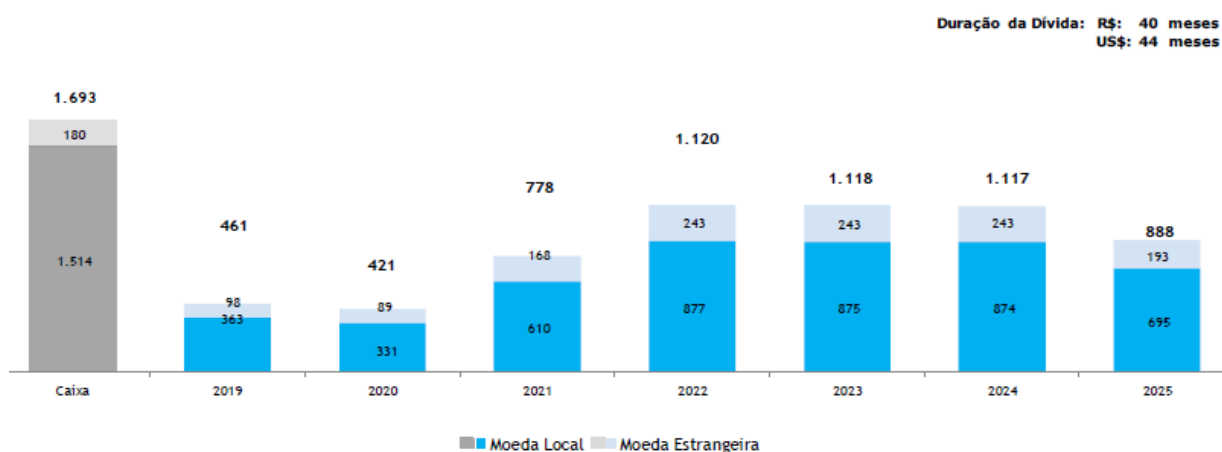
Em 31/12/18, a dívida bruta consolidada era de R\$5,9 bilhões, contra R\$6,7 bilhões em 31/12/17, uma redução de 12,1% principalmente em função dos seguintes pagamentos:

- Na data de 18/01/18, foi realizado o pagamento integral das Notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd. em 2008 (Eurobonds), no valor total de US\$400,0 milhões, dos quais cerca de US\$180,0 milhões foram pagos a terceiros e cerca de US\$220,0 milhões retornaram ao caixa da Companhia em razão da operação de recompra de parte das Notas, realizada em 2013;
- Adicionalmente, em 15/03/18 a companhia realizou o pagamento do valor correspondente à totalidade do Excedente de Caixa ("Cash Sweep"), calculado com base nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31/12/17, no montante total de R\$378,8 milhões, a título de amortização parcial dos valores de principal, devidos pela Usiminas aos Credores.

Ao final de 2018, a composição da dívida por prazo de vencimento era de 8% no curto prazo e 92% no longo prazo, contra de 15% no curto prazo e 85% no longo prazo em 2017.

A dívida líquida consolidada em 31/12/18 era de R\$4,2 bilhões, contra R\$4,3 bilhões em 2017, uma redução de 4,2%. O indicador dívida líquida/EBITDA encerrou o ano de 2018 em 1,6x, contra 2,0x em 2017.

O gráfico abaixo demonstra a posição de caixa e o perfil da dívida (somente principal) em milhões de reais em 31/12/18. Vale ressaltar que, em função do mecanismo de cash sweep, em 31/12/18, foi apurado o montante de R\$365,6 milhões como excedente de caixa, que será distribuído proporcionalmente aos credores até 15/03/19. O valor da dívida que será amortizada antecipadamente por esse montante excedente foi reclassificado para o passivo circulante.



4) MERCADO DE CAPITAIS

Desempenho na BM&FBOVESPA

A ação ordinária (USIM3) da Usiminas encerrou 2018 cotada a R\$11,44 (2017 em R\$10,83) e a ação preferencial (USIM5) a R\$9,22 (2017 em R\$9,10).

Bolsas estrangeiras

OTC - Nova York

A Usiminas tem American Depositary Receipts (ADRs) negociados no mercado de balcão americano (denominado OTC - over-the-counter): o USDMY, com lastro em ações ordinárias, e o USNZY, com lastro em ações preferenciais classe A. Em 31/12/18, o ADR USNZY, de maior liquidez, estava cotado a US\$2,35 (2017 em US\$2,77) e apresentou uma desvalorização de 15% no ano.

Latibex - Madri

A Usiminas tem ações negociadas na LATIBEX – Seção da Bolsa de Madrid: ação preferencial XUSI e ação ordinária XUSIO. Em 31/12/18, a ação XUSI encerrou cotada a €2,06 (2017 em €2,27). Já a ação XUSIO encerrou cotada a €2,56 (2017 em €2,61).

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. ("Companhia" ou "Usiminas"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

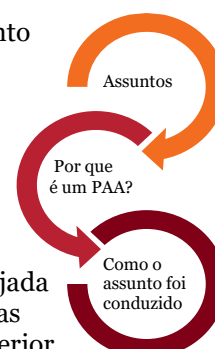
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas permaneceram substancialmente consistentes com as operações no ano anterior. Considerando esse contexto, nossa estratégia de auditoria e a definição dos Principais Assuntos de Auditoria mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior. Vale destacar ainda que a Companhia obteve ganhos transitados em julgados em ações judiciais em montantes significativos que requereram atenção especial em nossa auditoria.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Valor recuperável do imobilizado e intangível (Notas explicativas 3.13, 16 e 17) e realização de tributos diferidos (Notas explicativas 3.16 e 13)

A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de imobilizado e intangíveis para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia e suas controladas também possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos substancialmente referentes a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias decorrentes de provisões constituídas. Esses saldos de tributos diferidos foram reconhecidos com base em estudo que contém as projeções de lucro tributável futuro.

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e nem sempre objetivos, por parte da administração, em relação às projeções de resultados, lucros tributáveis e fluxos de caixa, que dependem de eventos econômicos

Entre outros, realizamos os seguintes procedimentos de auditoria:

Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, checamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos leitura das divulgações efetuadas.

Porque é um PAA

futuros. A utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro adicional de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Quanto aos trabalhos relacionados com os tributos diferidos, testamos, adicionalmente, e com o apoio de nossos especialistas em tributos, as bases de cálculo dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, bem como das diferenças temporárias, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as principais premissas utilizados pela administração para a avaliação da recuperabilidade desses ativos são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Provisões para demandas judiciais (Notas explicativas 3.14 e 24)

A Usiminas e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

O reconhecimento da provisão e a classificação da probabilidade de êxito nos processos envolvem a avaliação do mérito das causas e aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente, que demandam julgamento relevante pela administração da Companhia, reavaliado periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e teste sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e avaliação dos processos, bem a quantificação dos riscos para fins de constituição da provisão para demandas judiciais ou sua divulgação em nota explicativa quando as estimativas indicarem perspectiva de perda provável ou possível, respectivamente.

Efetuamos ainda procedimentos de confirmação dos processos com os advogados que patrocinam os processos judiciais e administrativos para obtenção dos dados relacionados a avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.

Adicionalmente, contamos com o apoio de nossos especialistas em tributos para a análise de

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

razoabilidade dos prognósticos de perda das causas mais significativas, sobretudo as de natureza tributária.

Por fim, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com as avaliações dos consultores jurídicos.

Ganhos em ações judiciais transitadas em julgado (Notas 12, 24(c), 32(b), 33)

Durante o exercício de 2018 transitaram em julgado, com êxito para a Companhia e suas controladas, as ações judiciais relacionadas ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e à recuperação de empréstimos compulsórios à Eletrobras.

Em maio de 2018, houve o trânsito em julgado do mandado de segurança impetrado em 2010 pela Usiminas, pela sua controlada Usiminas Mecânica S.A. e pela sua controlada em conjunto Unigal Ltda. que pleiteava o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos compreendidos entre junho de 2004 a dezembro de 2014. Como resultado dessa evolução, foram registrados em 2018 créditos tributários no montante de R\$789.160 mil na Controladora (Consolidado – R\$802.955 mil).

Em relação ao processo judicial visando a recuperação dos montantes recolhidos a título de empréstimos compulsórios à Eletrobras, relativos à filial de Ipatinga, no qual a Companhia figura no polo ativo, em 19 de dezembro de 2018 houve despacho do juízo responsável, reconhecendo como

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, obtivemos o entendimento do andamento dos processos mediante discussões com o departamento jurídico e a administração da Companhia.

Em relação à ação do direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, obtivemos os resultados dos trabalhos de apuração dos créditos tributários levantados pela Companhia e suas controladas, com o apoio de consultores externos. Com o apoio de nossos especialistas tributários, procedemos ao entendimento dos critérios empregados na apuração dos créditos, à conferência de sua exatidão matemática e ao confronto, em bases amostrais, de apurações mensais com os registros contábeis e fiscais históricos.

Em relação à ação dos créditos decorrentes dos empréstimos compulsórios à Eletrobras, obtivemos cópia da sentença judicial que deu provimento ao pedido de homologação do montante incontroverso, realizado pela Eletrobras.

incontroverso o montante de R\$676.023 mil que fora objeto de pedido de homologação por parte da Eletrobras. O montante total em disputa, na ação relativa à filial de Ipatinga, acima mencionada, e da filial de Cubatão é de R\$2.221.211 mil e continua sendo pleiteado judicialmente pela Companhia.

Esse assunto foi considerado dentre os principais assuntos de auditoria de 2018, tendo em vista a sua complexidade, a relevância dos valores envolvidos e a existência de julgamento crítico em relação ao momento do reconhecimento dos ganhos e sua correspondente contabilização nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

Tivemos ainda acesso à opinião legal de escritório de advocacia especializado, que amparou a decisão da Companhia pelo reconhecimento dos créditos e também a opinião legal do advogado que patrocina a causa, na qual se indicou como incontroverso o montante reconhecido de R\$676.023 mil.

Efetuamos leitura das informações apresentadas pela Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras e verificamos que as mesmas são consistentes com as informações obtidas em nosso processo de auditoria.

Benefícios pós-emprego (Notas explicativas 3.17 e 26)

A Usiminas e suas controladas são patrocinadoras em planos de suplementação de aposentadoria administrados pela Previdência Usiminas.

A Companhia também possui obrigação com benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria, relativa aos colaboradores da controlada Companhia Siderúrgica Paulista - Cosipa que se aposentaram até 30 de abril de 2002 e que ainda mantêm o direito ao benefício.

Os cálculos atuariais base para determinação dessas obrigações são elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia e consideram premissas atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde.

Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do valor da obrigação presente com os planos e o elevado grau de julgamento em relação a premissas atuariais empregadas em sua determinação.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, testes detalhados sobre as informações individuais de participantes ativos e assistidos dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde, cadastradas nos bancos de dados usados para o cálculo do passivo atuarial.

Com o apoio de nossos especialistas em cálculos atuariais, verificamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo utilizado para estimar o valor presente das obrigações atuariais e discutimos as premissas-chave empregadas no cálculo do passivo atuarial, tais como projeções de crescimento salarial, tábuas de mortalidade e invalidez, custos médicos e taxa de desconto.

Também procedemos à revisão da conciliação preparada pela administração do laudo atuarial com os saldos apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas.

Efetuamos, ainda, avaliação da competência técnica do atuário externo independente responsável por preparar os cálculos atuariais.

Em relação aos ativos dos planos de suplementação de aposentadoria, efetuamos testes detalhados que compreenderam a obtenção de confirmações de terceiros quanto à custódia dos ativos garantidores dos planos e o teste da estimativa de seu valor justo.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia na apuração das obrigações de benefício pós-emprego, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.⁴

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Campos e Silva

Demonstrações Financeiras

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

31 de dezembro de 2018
com Relatório dos Auditores Independentes

Índice

Balanços patrimoniais	1
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações do resultado abrangente	4
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11
1 Contexto operacional	11
2 Aprovação das demonstrações financeiras	12
3 Resumo das principais políticas contábeis	13
3.1 Base de preparação e declaração de conformidade	13
3.2 Base de consolidação e investimentos em controladas	14
3.3 Apresentação de informações por segmentos	15
3.4 Conversão de moeda estrangeira	15
3.5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	16
3.6 Ativos financeiros	16
3.7 Passivos financeiros	18
3.8 Instrumentos derivativos e atividades de <i>hedge</i>	19
3.9 Estoques	19
3.10 Depósitos judiciais	19
3.11 Imobilizado	20
3.12 Ativos intangíveis	20
3.13 Valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>) não financeiros	21
3.14 Provisões para demandas judiciais	21
3.15 Provisão para recuperação ambiental	21
3.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	22
3.17 Benefícios a empregados	22
3.18 Reconhecimento de receita	23
3.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	25
3.20 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018	25
3.21 Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018	26
4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	27
4.1 Julgamentos	27
4.2 Estimativas e premissas	28
5 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro	30
5.1 Fatores de risco financeiro	30
5.2 Política de utilização dos instrumentos financeiros	30
5.3 Política de gestão de riscos financeiros	31
5.4 Gestão de capital	37
5.5 Estimativa do valor justo	38
6 Instrumentos financeiros de derivativos	41
7 Instrumentos financeiros por categoria	42
8 Caixa e equivalentes de caixa	43
9 Títulos e valores mobiliários	44
10 Contas a receber de clientes	45
11 Estoques	47
12 Impostos a recuperar	48
13 Imposto de renda e contribuição social	49
14 Depósitos judiciais	54
15 Investimentos	55

16	Imobilizado	59
17	Valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>) não financeiros	63
18	Intangível	67
19	Fornecedores, empreiteiros e fretes	71
20	Empréstimos e financiamentos	71
20.1	Condicionantes e cláusulas da renegociação da dívida	71
20.2	Composição dos empréstimos e financiamentos	74
20.3	Escalonamento dos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante	74
20.4	Movimentação dos empréstimos e financiamentos	75
21	Debêntures	76
22	Tributos a recolher	77
23	Tributos parcelados	77
24	Provisão para demandas judiciais	79
25	Provisão para recuperação ambiental	87
26	Obrigações de benefícios de aposentadoria	88
26.1	Planos de suplementação de aposentadoria	89
26.2	Dívidas contratadas – requisitos de fundamentais mínimos	90
26.3	Cálculo atuarial dos planos de aposentadoria	93
26.4	Ajustes de experiências	95
26.5	Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade	95
26.6	Planos de benefícios de assistência médica aos aposentados	96
26.7	Ativos dos planos de aposentadoria	97
27	Patrimônio líquido	98
28	Informações por segmento de negócios	102
29	Receita	105
30	Despesas por natureza	106
31	Despesas e benefícios a empregados	107
32	Receitas (despesas) operacionais	107
33	Resultado financeiro	109
34	Lucro (prejuízo) por ação	110
35	Compromissos	111
36	Transações com partes relacionadas	112
37	Cobertura de seguros	117
38	Plano de outorga de opção de compra de ações	118
39	Garantias	121
40	Transações de investimentos e financiamentos sem efeito de caixa	122

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	765.638	3.122	1.106.790	1.770.573
Títulos e valores mobiliários	9	-	775.677	586.559	543.715
Contas a receber de clientes	10	1.669.763	1.127.029	1.894.291	1.555.494
Estoques	11	3.183.996	2.296.407	3.880.635	2.763.496
Impostos a recuperar	12	478.283	121.176	617.731	176.851
Imposto de renda e contribuição social antecipados		79.407	106.227	130.197	185.614
Dividendos a receber	36	71.601	175.009	13.562	139.078
Instrumentos financeiros derivativos	6	347	12	347	12
Demais valores a receber		132.637	130.663	94.205	119.922
Total do ativo circulante		6.381.672	4.735.322	8.324.317	7.254.755
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	10	17.052	84.452	64.058	131.458
Valores a receber Eletrobrás	24	676.023	-	676.023	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	1.726.425	1.954.760	2.765.356	3.046.112
Valores a receber de empresas ligadas	36	45.069	53.943	2.342	3.147
Depósitos judiciais	14	367.777	516.871	523.557	675.600
Instrumentos financeiros derivativos	6	3.553	1.184	3.553	1.184
Impostos a recuperar	12	452.768	30.922	454.284	54.881
Demais valores a receber		181.579	142.996	211.649	203.480
		3.470.246	2.785.128	4.700.822	4.115.862
Investimentos	15	4.260.600	4.388.803	1.088.094	1.054.052
Imobilizado	16	10.248.224	11.192.811	11.715.022	12.882.618
Intangível	18	78.343	186.666	695.596	677.190
Total do ativo não circulante		18.057.413	18.553.408	18.199.534	18.729.722
Total do ativo		24.439.085	23.288.730	26.523.851	25.984.477

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo					
Circulante					
Fornecedores, empreiteiros e fretes	19	1.038.083	875.399	1.133.763	976.917
Empréstimos e financiamentos	20	392.126	334.468	396.799	927.946
Debêntures	21	70.237	62.031	70.237	62.031
Adiantamentos de clientes		25.076	19.781	63.484	81.394
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>		965.927	475.251	965.927	475.251
Salários e encargos sociais		158.556	146.822	205.583	188.735
Tributos a recolher	22	101.151	72.593	122.913	95.089
Tributos parcelados	23	4.178	7.626	4.180	20.494
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	-	-	3.299	1.434
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	27	172.762	55.479	202.809	75.644
Demais contas a pagar		114.846	83.591	166.676	141.485
Total do passivo circulante		3.042.942	2.133.041	3.335.670	3.046.420
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	4.552.937	4.741.430	4.562.971	4.758.468
Debêntures	21	819.783	887.334	819.783	887.334
Valores a pagar a empresas ligadas	36	96.896	79.935	134.254	143.170
Provisão para demandas judiciais	24	474.106	481.924	635.551	668.964
Provisão para recuperação ambiental	25	-	-	203.707	158.333
Benefícios pós-emprego	26	1.033.840	1.050.324	1.034.228	1.050.324
Demais contas a pagar		152.283	139.947	100.296	87.500
Total do passivo não circulante		7.129.845	7.380.894	7.490.790	7.754.093
Total do passivo		10.172.787	9.513.935	10.826.460	10.800.513
Patrimônio líquido					
Capital social	27	13.200.295	13.200.295	13.200.295	13.200.295
Reservas de capital		309.391	311.747	309.391	311.747
Reservas de lucros		766.942	202.207	766.942	202.207
Ajustes de avaliação patrimonial		(10.330)	60.546	(10.330)	60.546
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		14.266.298	13.774.795	14.266.298	13.774.795
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.431.093	1.409.169
Total do patrimônio líquido		14.266.298	13.774.795	15.697.391	15.183.964
Total do passivo e do patrimônio líquido		24.439.085	23.288.730	26.523.851	25.984.477

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Operações continuadas					
Receita	29	12.570.079	9.977.529	13.736.780	10.734.118
Custo das vendas	30	(10.861.424)	(8.676.104)	(11.521.694)	(9.099.024)
Lucro (prejuízo) bruto		<u>1.708.655</u>	<u>1.301.425</u>	<u>2.215.086</u>	<u>1.635.094</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	32	(186.890)	(155.940)	(337.404)	(250.950)
Despesas gerais e administrativas	32	(322.966)	(301.419)	(440.022)	(404.393)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	(467.640)	(290.325)	(555.739)	(250.777)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	<u>249.747</u> <u>(727.749)</u>	<u>260.214</u> <u>(487.470)</u>	<u>260.350</u> <u>(1.072.815)</u>	<u>154.896</u> <u>(751.224)</u>
Lucro (prejuízo) operacional		<u>980.906</u>	<u>813.955</u>	<u>1.142.271</u>	<u>883.870</u>
Resultado financeiro	33	35.805	(540.308)	93.045	(462.920)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>1.016.711</u>	<u>273.647</u>	<u>1.235.316</u>	<u>420.950</u>
Imposto de renda e contribuição social	13				
Corrente		(31.319)	-	(98.228)	(59.038)
Diferido		<u>(258.734)</u> <u>(290.053)</u>	<u>(40.632)</u> <u>(40.632)</u>	<u>(308.393)</u> <u>(406.621)</u>	<u>(46.832)</u> <u>(105.870)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>726.658</u>	<u>233.015</u>	<u>828.695</u>	<u>315.080</u>
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		726.658	233.015	726.658	233.015
Acionistas não controladores			-	102.037	82.065
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	34	R\$ 0,57	R\$ 0,18	R\$ 0,57	R\$ 0,18
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial	34	<u>R\$ 0,62</u>	<u>R\$ 0,20</u>	<u>R\$ 0,62</u>	<u>R\$ 0,20</u>

Demonstrações do resultado abrangente
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		726.658	233.015	828.695	315.080
Outros componentes do resultado abrangente					
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	26	(59.149)	59.692	(59.166)	60.444
Total de outros componentes do resultado abrangente		<u>(59.149)</u>	<u>59.692</u>	<u>(59.166)</u>	<u>60.444</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>667.509</u>	<u>292.707</u>	<u>769.529</u>	<u>375.524</u>
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		667.509	292.707	667.509	292.707
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>102.020</u>	<u>82.817</u>

Os itens da demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 13.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

Atribuído aos acionistas controladores													
				Reservas de capital			Reservas de lucros						
		Valor excedente na subscrição de ações	Valor excedente na alienação de ações em tesouraria	Ações em tesouraria	Reserva especial de ágio	Opções Outorgadas reconhecidas	Reserva legal	Reserva de investimentos e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Nota	Capital social												
Em 31 de dezembro de 2017	13.200.295	105.295	9.425	(102.789)	278.729	21.087	11.651	190.556	60.546	-	13.774.795	1.409.169	15.183.964
Resultado abrangente do período													
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	726.658	726.658	102.037	828.695
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	26	-	-	-	-	-	-	-	(59.149)	-	(59.149)	(17)	(59.166)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.149)	726.658	667.509	102.020	769.529
Destinação do lucro (prejuízo) líquido do exercício													
27													
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(184.036)	(184.036)	(80.096)	(264.132)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	36.333	528.402	-	(564.735)	-	-	-
Plano de opção de compra de ações	38	-	-	-	-	(10.343)	-	-	-	10.343	-	-	-
Alienação de ações em tesouraria	-	-	6.270	1.717	-	-	-	-	-	-	7.987	-	7.987
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	43	-	43
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.727)	11.727	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	13.200.295	105.295	15.695	(101.072)	278.729	10.744	47.984	718.958	(10.330)	-	14.266.298	1.431.093	15.697.391

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

Atribuído aos acionistas controladores													
		Reservas de capital					Reservas de lucros						
		Valor excedente na subscrição de ações	Valor excedente na alienação de ações em tesouraria	Ações em tesouraria	Reserva especial de ágio	Opções Outorgadas reconhecidas		Reserva de investimentos e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados		Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Nota	Capital social						Reserva legal				Total		
Em 31 de dezembro de 2016	13.200.295	105.295	3.339	(104.762)	278.729	26.844	-	-	26.000	-	13.535.740	1.655.894	15.191.634
Resultado abrangente do período													
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	233.015	233.015	82.065	315.080
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	26	-	-	-	-	-	-	-	59.692	-	59.692	752	60.444
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	-	59.692	233.015	292.707	82.817	375.524
Redução de capital em controlada		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(300.000)	(300.000)
Destinação do lucro (prejuízo) líquido do exercício	27												
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	(55.341)	(55.341)	(23.807)	(79.148)
Constituição de reservas		-	-	-	-	-	11.651	190.556	-	(202.207)	-	-	-
Plano de opção de compra de ações	38	-	-	-	-	(5.757)	-	-	-	6.708	951	-	951
Alienação de ações em tesouraria		-	-	6.086	1.973	-	-	-	-	-	8.059	-	8.059
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado		-	-	-	-	-	-	-	(11.764)	17.825	6.061	-	6.061
Alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle	15	-	-	-	-	-	-	-	(13.382)	-	(13.382)	(5.735)	(19.117)
Em 31 de dezembro de 2017	13.200.295	105.295	9.425	(102.789)	278.729	21.087	11.651	190.556	60.546	-	13.774.795	1.409.169	15.183.964

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		726.658	233.015	828.695	315.080
Ajustes para conciliar o resultado					
Encargos e variações monetárias/cambiais líquidas		367.027	236.675	346.360	200.702
Despesas de juros		395.306	646.967	392.031	636.934
Depreciação, amortização e exaustão		854.048	966.188	1.029.535	1.171.851
Resultado na venda/baixa de imobilizado/investimento		(2.781)	1.255	267	1.183
Perda (reversão) por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	17	529.268	73.010	472.787	74.892
Participações nos resultados de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	(249.747)	(260.214)	(260.350)	(154.896)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	258.734	40.632	308.393	46.832
Constituição (reversão) de provisões		348.862	174.324	415.318	236.683
Perdas (ganhos) atuariais	26	91.917	28.502	91.917	29.096
Plano de outorga de opção de ações	38	-	951	-	951
(Acréscimo) decréscimo de ativos					
Contas a receber de clientes		(509.815)	(341.847)	(313.315)	(536.710)
Estoques		(923.689)	(198.645)	(1.078.691)	(268.659)
Impostos a recuperar		(715.168)	(51.921)	(759.696)	4.654
Valores a receber de empresas ligadas		8.874	5.837	805	695
Depósitos judiciais		39.501	2.929	33.587	(19.082)
Outros		(697.855)	(46.211)	(644.673)	(13.629)
Acréscimo (decréscimo) de passivos					
Fornecedores, empreiteiros e fretes		162.684	14.564	156.846	130.540
Adiantamentos de clientes		5.295	12.494	(17.910)	45.588
Valores a pagar a empresas ligadas		-	3.817	(8.916)	(10.099)
Títulos a pagar - <i>Forfeiting</i>		490.676	118.281	490.676	118.281
Tributos a recolher		17.103	31.312	(25.006)	36.642
Outros		(150.963)	(107.777)	(139.478)	(150.656)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(50.274)	-	(78.260)	(25.262)
Juros pagos		(511.977)	(797.350)	(533.504)	(764.250)
Passivo atuarial pago		(197.800)	(230.257)	(197.800)	(230.332)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		285.884	556.531	509.618	877.029
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários	9	775.677	186.883	(42.844)	993.869
Compras de imobilizado	16	(337.267)	(169.627)	(405.141)	(208.471)
Valor recebido pela venda de imobilizado		36.180	8.149	39.512	8.647
Redução de capital em subsidiária		-	700.000	-	-
Compras de <i>software</i>	18	(25.440)	(6.196)	(28.382)	(7.699)
Dividendos recebidos		472.715	61.368	340.955	26.500
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		921.865	780.577	(95.900)	812.846

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em milhares de reais

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>Exercícios findos em</u>		<u>Exercícios findos em</u>	
<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
	(389.153)	(1.557.934)	(951.206)	(309.780)	
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures					
Pagamento de tributos parcelados	23	(131)	-	(132)	(4.342)
Liquidação de operações de swap		14	(145.776)	14	(6.976)
Redução de capital em controlada - participação dos acionistas não controladores		-	-	-	(300.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	27	(55.255)	-	(125.469)	(25.505)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		<u>(444.525)</u>	<u>(1.703.710)</u>	<u>(1.076.793)</u>	<u>(646.603)</u>
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		(708)	7.431	(708)	7.431
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		762.516	(359.171)	(663.783)	1.050.703
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	3.122	362.293	1.770.573	719.870
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8	<u>765.638</u>	<u>3.122</u>	<u>1.106.790</u>	<u>1.770.573</u>
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		<u>762.516</u>	<u>(359.171)</u>	<u>(663.783)</u>	<u>1.050.703</u>

Demonstrações do valor adicionado
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		15.289.583	12.360.999	17.499.783	14.000.424
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	30	(34.481)	(16.757)	(41.918)	(24.313)
Outras receitas		364.320	364.228	371.247	385.579
		15.619.422	12.708.470	17.829.112	14.361.690
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(11.681.532)	(8.625.482)	(12.865.579)	(9.324.115)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(946.737)	(722.493)	(1.189.480)	(769.050)
		(12.628.269)	(9.347.975)	(14.055.059)	(10.093.165)
Valor adicionado bruto		2.991.153	3.360.495	3.774.053	4.268.525
Depreciação, amortização e exaustão	30	(854.048)	(966.188)	(1.029.535)	(1.171.851)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		2.137.105	2.394.307	2.744.518	3.096.674
Valor adicionado recebido em transferência					
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	249.747	260.214	260.350	154.896
Receitas financeiras	33	1.095.567	448.629	1.169.147	561.238
Variações cambiais, líquidas	33	38.655	(65.677)	62.026	(21.601)
Ganhos e perdas atuariais	26	(29.380)	(28.502)	(29.380)	(29.096)
		1.354.589	614.664	1.462.143	665.437
Valor adicionado a distribuir		3.491.694	3.008.971	4.206.661	3.762.111

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal e encargos				
Salários e encargos	561.502	549.188	866.268	833.758
FGTS	58.033	72.364	77.256	88.643
Remuneração da Administração	28.045	17.055	35.817	22.779
Participação dos empregados nos lucros	48.495	45.227	65.206	53.197
Planos de aposentadoria	<u>3.253</u>	<u>5.569</u>	<u>3.572</u>	<u>6.024</u>
	699.328	689.403	1.048.119	1.004.401
Impostos, taxas e contribuições				
Federais (i)	464.685	415.700	634.157	579.835
Estaduais	432.079	687.530	476.244	787.682
Municipais	64.127	56.132	73.657	67.875
Incentivos fiscais	<u>6.400</u>	<u>3.931</u>	<u>7.661</u>	<u>4.681</u>
	967.291	1.163.293	1.191.719	1.440.073
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	856.867	929.670	915.426	1.002.428
Variações cambiais, líquidas	244.269	-	225.421	-
Outras	<u>(2.719)</u>	<u>(6.410)</u>	<u>(2.719)</u>	<u>129</u>
	1.098.417	923.260	1.138.128	1.002.557
Remuneração de capitais próprios				
Lucros (prejuízos) retidos	726.658	233.015	726.658	233.015
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>102.037</u>	<u>82.065</u>
	<u>726.658</u>	<u>233.015</u>	<u>828.695</u>	<u>315.080</u>
Valor adicionado distribuído	<u>3.491.694</u>	<u>3.008.971</u>	<u>4.206.661</u>	<u>3.762.111</u>
(i) Os encargos previdenciários estão classificados na rubrica "Tributos federais".				

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contexto operacional

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("USIMINAS", "Usiminas", "Controladora" ou "Companhia"), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma companhia aberta e tem suas ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (USIM3, USIM5 e USIM6).

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas ("Empresas Usiminas") têm como principal objeto a exploração da indústria siderúrgica e outras atividades correlatas, como a extração de minério de ferro, transformação do aço, fabricação de bens de capital e logística. Atualmente, possui duas usinas siderúrgicas com capacidade nominal de produção de 9,5 milhões (não auditado) de toneladas por ano de produtos laminados, localizadas nas cidades de Ipatinga, Estado de Minas Gerais e Cubatão, Estado de São Paulo, além de reservas de minério de ferro, centros de serviços e distribuição, portos marítimos e terminais de cargas, estrategicamente localizados em diversas regiões do país.

Visando à ampliação de seu ramo de atividade, a Companhia mantém participação, direta ou indireta, em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a seguir apresentadas:

(a) Empresas controladas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Mineração Usiminas S.A. (MUSA)	70	70	Belo Horizonte/MG	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de <i>pellet feed</i> , <i>sinter feed</i> e granulados.
Rios Unidos Logística e Transporte de Aço Ltda.	100	100	Itaquaquecetuba/SP	Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas.
Soluções em Aço Usiminas S.A.	68,88	68,88	Belo Horizonte/MG	Transformação de produtos siderúrgicos, além da atuação como centro de distribuição.
Usiminas Commercial Ltd.	100	100	Ilhas Cayman/Caribe	Captação de recursos no mercado externo.
Usiminas Europa A/S	100	100	Copenhague/Dinamarca	Opera como <i>trading company</i> , intermediando as exportações dos produtos da Companhia, além de fomentar o comércio no exterior.
Usiminas International Ltd.	100	100	Principado de Luxemburgo	Detém os investimentos da Companhia no exterior.
Usiminas Mecânica S.A. (UMSA)	99,99	100	Belo Horizonte/MG	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.
Usiminas Participações e Logística S.A. (UPL)	100	100	Belo Horizonte/MG	Investimento na MRS Logística S.A.

(i) (ii)

(i) Participação direta da Companhia de 16,7% e indireta, via MUSA, de 83,3%.

(ii) Participação direta da Companhia no capital votante de 50,10% e indireta, via MUSA, de 49,90%.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Unigal Ltda.	70	70	Belo Horizonte/MG	Transformação de bobinas laminadas a frio em bobinas galvanizadas por imersão a quente.
Modal Terminal de Granéis Ltda.	50	50	Itaúna/MG	Operações de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério de ferro e produtos siderúrgicos e transporte rodoviário de cargas.
Usiroll - Usiminas Court Tecnologia de Acabamento Superficial Ltda.	50	50	Ipatinga/MG	Prestação de serviços, especialmente para retificação de cilindros e de rolos de laminação.

(c) Investimentos em coligadas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Codeme Engenharia S.A.	30,77	30,77	Betim/MG	Fabricação e montagem de construções em aço.
MRS Logística S.A. (i)	0,28	0,50	Rio de Janeiro/RJ	Prestação de serviços de transporte ferroviário e logísticos.
Terminal de Cargas Paraopeba	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.
Terminal de Cargas Sarzedo	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.

(i) A participação indireta da Companhia na MRS Logística S.A., que é de 11,13%, por meio da UPL, está divulgada na Nota 15 (b).

2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2019.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

Políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à Controladora, controladas, coligadas e controladas em conjunto, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas foram ajustadas para atender a este critério.

3.1 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, além do exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”) foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), na Controladora e no Consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência disso, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

(a) Controladas

As controladas são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais da metade do direito a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para as Empresas Usiminas. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Os saldos e ganhos não realizados e demais transações entre as Empresas Usiminas são eliminados.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia classifica os seus empreendimentos da seguinte forma:

- coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa por meio da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detêm o controle ou o controle em conjunto sobre essas políticas; e
- controladas em conjunto são as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Os exercícios sociais das coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da USIMINAS. Contudo, exceto para as coligadas (diretas e indiretas) Codeme, Metform e Terminal Sarzedo, e para a controlada em conjunto Modal, a Companhia utilizou, para fins de equivalência patrimonial, em consonância com o CPC 18 (R2) e IAS 28, demonstrações financeiras elaboradas em 30 de novembro de 2018.

A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da sua participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e das controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Caso a participação societária na coligada seja reduzida, mas seja mantida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Operações e participações de acionistas não controladores

As Empresas Usiminas tratam as transações com participações de acionistas não controladores como transações com proprietários de ativos das Empresas Usiminas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais foram apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. As Empresas Usiminas estão organizadas em quatro segmentos operacionais: Siderurgia, Mineração e Logística, Transformação do Aço e Bens de Capital. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia, quando aplicável, responsável pela tomada de decisões estratégicas das Empresas Usiminas.

3.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das Empresas Usiminas.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

(b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração não objetiva a atender compromissos de curto prazo.

3.6 Ativos financeiros

3.6.1 Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

3.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, as Empresas Usiminas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

3.6.3 Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

As Empresas Usiminas avaliam no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pelas Empresas Usiminas para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal;
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

3.6.4 Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.7 Passivos financeiros

3.7.1 Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos. Empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

3.7.2 Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

3.7.3 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

3.7.4 Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado.

3.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção (média ponderada móvel) ou, ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

3.10 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

3.11 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os gastos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado caso ele seja maior do que seu valor recuperável estimado.

A Companhia possui peças e sobressalentes de reposição destinadas à manutenção de itens do ativo imobilizado, que possuem vida útil estimada superior a 12 meses. Desta forma, o saldo dos estoques dessas peças e sobressalentes está classificado no grupo do ativo imobilizado.

3.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para o grupo de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são registrados pelo valor de aquisição e deduzidos com base na exaustão das reservas minerais.

Os direitos minerários provenientes de aquisição de empresas são reconhecidos pelo valor justo considerando a alocação dos ativos e dos passivos adquiridos.

A exaustão dos direitos minerários é realizada de acordo com a exploração das reservas minerais.

(c) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 18.

3.13 Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

3.14 Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando as Empresas Usiminas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita.

3.15 Provisão para recuperação ambiental

A provisão para gastos com recuperação ambiental, quando relacionados com a construção ou aquisição de um ativo, é registrada como parte dos custos desses ativos e leva em conta as estimativas da Administração da controlada Mineração Usiminas S.A.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

O imposto de renda diferido, ativo e passivo, é apresentado pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.17 Benefícios a empregados

(a) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia e suas controladas participam de planos de aposentadoria, administrados pela Previdência Usiminas, que proveem a seus empregados benefícios complementares de aposentadoria e pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram. Para o plano de contribuição definida (Cosiprev), a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência complementar em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

(b) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

Para os empregados que se aposentaram na extinta controlada Companhia Siderúrgica Paulista - Cosipa, até 30 de abril de 2002, foram oferecidos benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de aposentadoria de benefício definido.

Adicionalmente, a Companhia registra as obrigações de acordo com a legislação vigente, que assegura, aos colaboradores que contribuíram com o plano de saúde, o direito de manutenção como beneficiário quando da sua aposentadoria, desde que assumam o pagamento integral das contribuições. O prazo de manutenção após a aposentadoria é de 1 ano para cada ano de contribuição e se a contribuição ocorreu por pelo menos 10 anos, o prazo para permanência é indefinido.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

(c) Participação nos lucros e resultados

As Empresas Usiminas provisionam a participação de empregados nos lucros e resultados, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas a seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas de “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

(d) Remuneração com base em ações

A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações, a ser liquidado com ações preferenciais em tesouraria, o qual permite que membros da Administração e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram as suas ações. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa.

Quando as opções são exercidas, os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal).

3.18 Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as Empresas Usiminas para efeitos de consolidação. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos

As Empresas Usiminas, beneficiam, fabricam e vendem diversos produtos e matérias-primas, tais como aços planos, minério de ferro, peças estampadas de aço para a indústria automobilística e produtos para a construção civil e indústria de bens de capital.

A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

(b) Venda de serviços

As Empresas Usiminas realizam a prestação de serviços de transferência de tecnologia no segmento de siderurgia, no gerenciamento de projetos e na prestação de serviços na área de construção civil e indústria de bens de capital, transporte rodoviário de aços planos, galvanização de aço por imersão a quente e texturização e cromagem de cilindros.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

(c) Receita de encomendas em curso

A receita de encomendas em curso é reconhecida segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). A receita é calculada e contabilizada com base na aplicação, sobre o preço de venda atualizado, do percentual representado pela relação entre os custos incorridos e o custo total orçado atualizado, ajustada por provisão para reconhecer perdas de encomendas em processo de execução, quando aplicável. Os valores faturados além da execução física de cada projeto são reconhecidos como serviços faturados a executar no passivo circulante.

A variação entre o custo final efetivo e o custo total orçado, atualizado e revisado periodicamente, tem se mantido em parâmetros considerados razoáveis pela Administração. Os contratos de encomenda contêm cláusulas de garantia de fabricação dos equipamentos após entrada em funcionamento por períodos variáveis de tempo; os custos eventualmente incorridos são absorvidos diretamente no resultado.

As receitas de encomenda em curso fazem parte exclusivamente das operações realizadas pela controlada Usiminas Mecânica S.A. que, além desse tipo de receita, efetua a venda de serviços. As receitas da Usiminas Mecânica compreendem os montantes reportados na Nota 28 no segmento de bens de capital.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras das Empresas Usiminas ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de acionistas.

O benefício tributário dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3.20 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

Em 1º de janeiro de 2018 entraram em vigor o IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros e o IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes.

(i) IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 substituiu as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 incluiu novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir:

- a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e
- a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção da IFRS 9 em suas operações e não identificou impactos significativos.

A classificação de instrumentos financeiros de acordo com a nova norma está demonstrada na Nota 7 - Instrumentos financeiros por categoria.

(ii) IFRS 15 / CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

A IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substituiu as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações.

A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos. A Nota 3.18 descreve os diferentes tipos de receita das Empresas Usiminas e a forma de reconhecimento de cada uma destas receitas.

No caso da venda de produtos (Nota 3.18(a)), as receitas continuarão sendo reconhecidas quando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Companhia com os produtos.

No caso da venda de serviços (Nota 3.18(b)), as receitas continuarão sendo reconhecidas com base nos serviços efetivamente realizados até a data do balanço, uma vez que o valor justo e os preços de venda dos serviços individuais são relativamente semelhantes.

As receitas de encomendas em curso da controlada Usiminas Mecânica (Nota 3.18(c)), continuarão sendo reconhecidas segundo o método de porcentagem de conclusão (POC), uma vez que os ativos fabricados pela Companhia são específicos para o cliente e não têm uso alternativo no mercado. Os contratos firmados com clientes possuem cláusula que garante o direito da Usiminas Mecânica ao recebimento pelos trabalhos efetivamente concluídos até a data em que ocorreu o distrato ou a descontinuidade das atividades.

3.21 Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

(i) IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração revisou todos os contratos de arrendamento das Empresas Usiminas e concluiu que a maior parte refere-se a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor

e ainda arrendamentos nos quais as Empresas Usiminas não controlam o ativo e nem direcionam o uso. Estes arrendamentos continuarão sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado do exercício. Com relação aos demais arrendamentos, sujeitos ao escopo da nova Norma, as Empresas Usiminas esperam reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de aproximadamente R\$11.000 em 1º de janeiro de 2019. A natureza das despesas relacionadas a estes ativos e passivos de arrendamento mudará em relação ao modelo vigente até 31 de dezembro de 2018, uma vez que serão reconhecidas despesas de depreciação para os ativos e despesas de juros sobre os passivos.

As Empresas Usiminas pretendem aplicar a abordagem de transição simplificada e não irão reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

4.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(a) Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado seja o CDI e a TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica “Efeitos monetários”, no Resultado financeiro (Nota 33).

(b) Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

4.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

(a) Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 17).

(b) Imposto de renda e contribuição social

As Empresas Usiminas estão sujeitas ao imposto de renda em alguns países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. As Empresas Usiminas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica (Nota 13 (b)).

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(d) Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica S.A. utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data de elaboração do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

(e) Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.

As Empresas Usiminas apuram a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 26.

(f) Provisões para demandas judiciais

Como descrito na Nota 24, as Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos das Empresas Usiminas.

(g) Provisão para recuperação ambiental

Como parte das atividades de mineração da controlada Mineração Usiminas S.A., a Companhia reconhece no Consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

(h) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

5 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades das Empresas Usiminas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros, risco de preços de *commodities* e risco de preço do aço).

A gestão dos riscos financeiros é realizada pela Diretoria Corporativa Financeira, segundo orientações do Comitê Financeiro e do Conselho de Administração. Essa equipe avalia, acompanha e busca proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as demais unidades, entre elas, unidades operacionais, suprimentos, planejamento, dentre outras das Empresas Usiminas.

5.2 Política de utilização dos instrumentos financeiros

A política de gestão de ativos e passivos financeiros tem o objetivo de: (i) manter a liquidez desejada, (ii) definir nível de concentração de suas operações e (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro. As Empresas Usiminas monitoram os riscos aos quais está exposta e avalia a necessidade da contratação de operações de derivativos visando minimizar os impactos sobre os seus ativos e passivos financeiros. Adicionalmente, avalia as operações de derivativos para reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa causado pela exposição cambial, para minimizar o descasamento entre moedas e os efeitos dos preços de *commodities*, dentre outros.

As Empresas Usiminas não possuem contratos de instrumentos financeiros sujeitos a margens de garantia.

5.3 Política de gestão de riscos financeiros

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos e aplicações em bancos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

A política de vendas das Empresas Usiminas se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, o Comitê de Crédito avalia e acompanha o risco dos clientes. Essa ação é obtida por meio de análise criteriosa e da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial e por meio da diversificação de suas contas a receber de clientes (pulverização do risco).

A Companhia conta ainda com provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 10.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, as Empresas Usiminas têm como política trabalhar com instituições de primeira linha. São aceitos somente títulos e papéis de entidades classificadas com *rating* mínimo "A-" pelas agências de *rating* internacionais.

(b) Risco de liquidez

A política responsável e conservadora de gestão de ativos e passivos financeiros envolve uma análise criteriosa das contrapartes das Empresas Usiminas por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e *rating* visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar risco de liquidez.

A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. Essa previsão leva em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento da dívida das Empresas Usiminas. Nesse trabalho, é observado o cumprimento de cláusulas de *covenants* e recomendação interna do nível de alavancagem. A tesouraria monitora as previsões contidas no fluxo de caixa direto da Companhia, diariamente, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, de investimentos e ao devido cumprimento de pagamento de suas obrigações.

O caixa mantido pelas Empresas Usiminas é investido em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Operações em Compromissadas, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados que atendam à liquidez adequada, conforme demonstrado na Nota 8.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos das Empresas Usiminas e os passivos financeiros derivativos que são realizados, pelo saldo líquido, por essas mesmas empresas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.038.083	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	817.012	766.270	3.455.143	1.907.327
Debêntures	151.671	141.963	632.094	345.160
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	965.927	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	875.399	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	775.145	522.780	3.030.861	3.357.987
Debêntures	152.444	105.601	588.916	639.112
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	475.251	-	-	-

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.133.763	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	822.557	770.812	3.461.515	1.907.331
Debêntures	151.671	141.963	632.094	345.160
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	965.927	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	976.917	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	781.840	528.325	3.041.749	3.358.018
Debêntures	152.444	105.601	588.916	639.112
<i>Eurobonds</i>	609.881	-	-	-
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	475.251	-	-	-

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos e outras obrigações.

(c) Risco cambial

(i) Exposição em moeda estrangeira

As Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	49.059	939	170.717	1.478.473
Títulos e valores mobiliários	-	775.665	9.036	8.428
Contas a receber	233.168	182.137	342.424	297.966
Adiantamentos a fornecedores	3.720	4.042	4.407	5.404
	<u>285.947</u>	<u>962.783</u>	<u>526.584</u>	<u>1.790.271</u>
Passivos em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	(1.272.702)	(1.157.250)	(1.272.702)	(1.747.954)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(338.289)	(201.202)	(361.804)	(219.628)
Adiantamento de clientes	(13.740)	(12.385)	(17.480)	(13.699)
Demais contas a pagar	(23.760)	(18.163)	(23.756)	(18.159)
	<u>(1.648.491)</u>	<u>(1.389.000)</u>	<u>(1.675.742)</u>	<u>(1.999.440)</u>
Exposição cambial	<u>(1.362.544)</u>	<u>(426.217)</u>	<u>(1.149.158)</u>	<u>(209.169)</u>

Os valores dos empréstimos e financiamentos e das debêntures das Empresas Usiminas são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Real	4.562.381	4.868.013	4.577.088	4.887.825
Dólar norte-americano	<u>1.272.702</u>	<u>1.157.250</u>	<u>1.272.702</u>	<u>1.747.954</u>
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	<u>5.835.083</u>	<u>6.025.263</u>	<u>5.849.790</u>	<u>6.635.779</u>

(ii) Análise de sensibilidade - risco cambial dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos contratados em moeda estrangeira, em aberto no fim do período, considerando o câmbio vigente em 31 de dezembro de 2018. O cenário I considerou desvalorização do real em 5% sobre o cenário atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração do real em 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor da moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Moeda	31/12/2018			
	Taxa de câmbio final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	3,8748	4,0685	4,8435	5,8122
EUR	4,4390	4,6610	5,5488	6,6585
JPY	0,0353	0,0370	0,0441	0,0529

Os efeitos no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

Moeda	Consolidado		
	31/12/2018		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	(57.523)	(287.617)	(575.234)
EUR	76	378	756
JPY	(10)	(51)	(101)

(d) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros

(i) Composição dos empréstimos e financiamentos por taxa de juros

O risco de taxa de juros das Empresas Usiminas decorre das taxas de juros utilizadas nas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures.

A composição dos empréstimos e financiamentos e das debêntures contratados, por tipo de taxa de juros, no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2018	%	31/12/2017	%	31/12/2018	%	31/12/2017	%
Empréstimos e financiamentos								
Pré-fixada	20.420	1	25.735	1	35.127	1	636.251	9
TJLP	336.902	6	359.896	6	336.902	6	359.896	5
Libor	1.133.228	19	1.032.430	17	1.133.228	19	1.032.430	16
CDI	3.324.139	57	3.549.410	58	3.324.139	57	3.549.410	54
Outras	130.374	2	108.427	2	130.374	2	108.427	2
	<u>4.945.063</u>	<u>85</u>	<u>5.075.898</u>	<u>84</u>	<u>4.959.770</u>	<u>85</u>	<u>5.686.414</u>	<u>86</u>
Debêntures								
CDI	890.020	15	949.365	16	890.020	15	949.365	14
	<u>5.835.083</u>	<u>100</u>	<u>6.025.263</u>	<u>100</u>	<u>5.849.790</u>	<u>100</u>	<u>6.635.779</u>	<u>100</u>

A Companhia possui operação de instrumento financeiro derivativo para o gerenciamento de risco referente à oscilação da taxa de empréstimos e financiamentos.

(ii) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos indexados a taxas de juros, em aberto no fim do período, considerando como cenário provável o valor das taxas vigentes em 31 de dezembro de 2018. O cenário I considera um aumento de 5% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2018.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Indexador	31/12/2018			
	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	6,4%	6,7%	8,0%	9,6%
TJLP	7,0%	7,3%	8,7%	10,5%
LIBOR	3,0%	3,2%	3,8%	4,5%

Os efeitos no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

Indexador	Consolidado		
	31/12/2018		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	(8.810)	(44.050)	(88.100)
TJLP	(1.176)	(5.879)	(11.758)
LIBOR	(1.703)	(8.515)	(17.029)

As taxas de juros específicas as quais a Companhia está exposta, são relacionadas aos empréstimos e financiamentos e debêntures, estão apresentadas na Nota 20 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, e são principalmente compostas por Libor, TJLP e Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A operação de instrumento financeiro derivativo de taxa de juros, contratada com o objetivo de minimizar o impacto da oscilação das taxas de juros no resultado da Companhia, foi incluída na análise de sensibilidade de ativos e passivos. Esta operação está demonstrada na Nota 6.

5.4 Gestão de capital

Os objetivos das Empresas Usiminas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, as Empresas Usiminas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e debêntures, além dos tributos parcelados (incluindo operações de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraindo o montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A seguir está demonstrado o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Total dos empréstimos e financiamentos, debêntures e tributos parcelados	5.839.261	6.032.889	5.853.970	6.656.273
Menos: caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(765.638)	(778.799)	(1.693.349)	(2.314.288)
Dívida líquida	5.073.623	5.254.090	4.160.621	4.341.985
Total do patrimônio líquido	14.266.298	13.774.795	15.697.391	15.183.964
Total do capital	19.339.921	19.028.885	19.858.012	19.525.949
Índice de alavancagem financeira	26%	28%	21%	22%

5.5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo das contas a receber de clientes menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa seja próximo de seu valor justo devido ao seu curto vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para as Empresas Usiminas para instrumentos financeiros similares.

Para as operações de *swap*, as posições ativas e passivas são calculadas pela Companhia de forma independente, utilizando a metodologia de marcação a mercado de acordo com as taxas praticadas e verificadas em divulgações do *site* da BM&F, *Broadcast* e *Bloomberg*. No caso de não existir negociação para o prazo do portfólio da Companhia, é utilizada a metodologia de interpolação para encontrar as taxas referentes aos prazos específicos. Em ambos os casos, é calculado o valor presente dos fluxos. A diferença entre os valores a pagar e a receber é o valor justo das operações.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (preços não observáveis);
- Nível 2: Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), seja indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis).

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, que maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis. Esses instrumentos compreendem investimentos em CDB's e instrumentos financeiros derivativos (*swap*), que estão demonstrados na Nota 7.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros passivos. A tabela a seguir apresenta os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

(i) Controladora

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
Ativos		
Títulos e valores mobiliários	-	12
Instrumentos financeiros derivativos	<u>3.900</u>	<u>1.196</u>
Total do ativo	<u>3.900</u>	<u>1.208</u>

(ii) Consolidado

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
Ativos		
Títulos e valores mobiliários	586.559	543.715
Instrumentos financeiros derivativos	<u>3.900</u>	<u>1.196</u>
Total do ativo	<u>590.459</u>	<u>544.911</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelos Níveis 1 e 3.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos e debêntures

Nas operações de mercado de capitais, como debêntures e *Eurobonds*, o valor justo reflete o valor praticado no mercado. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado é apurada de acordo com taxas divulgadas no *site* da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), *Broadcast* e *Bloomberg* e pode ser assim sumariada:

	31/12/2018		Controladora 31/12/2017	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	1.272.702	1.272.702	1.157.250	1.157.250
Empréstimos bancários – moeda nacional	3.672.361	3.672.361	3.918.648	3.918.648
Debêntures – moeda nacional	890.020	896.477	949.365	957.172
	5.835.083	5.841.540	6.025.263	6.033.070

	31/12/2018		Consolidado 31/12/2017	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	1.272.702	1.272.702	1.157.250	1.157.250
Empréstimos bancários – moeda nacional	3.687.068	3.687.068	3.938.460	3.938.460
Debêntures – moeda nacional	890.020	896.477	949.365	957.172
<i>Eurobonds</i>	-	-	590.704	612.479
	5.849.790	5.856.247	6.635.779	6.665.361

Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos e das debêntures não divergem significativamente dos valores contábeis desses, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

(c) Demais ativos e passivos financeiros

O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros não diverge significativamente dos valores contábeis desses, na medida em que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia participa em operação de *swap* com o objetivo de proteger e gerenciar, principalmente, o risco da taxa de juros. Essa operação visa reduzir a volatilidade da taxa de juros dos seus empréstimos. A Companhia não possui instrumentos financeiros com fins especulativos. A Companhia tem por política não liquidar as suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais e não efetuar pagamentos antecipados de seus instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui operação de instrumentos financeiros derivativos, a qual está apresentada a seguir:

(a) Controladora e Consolidado

Faixas de vencimento mês/ano	INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocional)				VALOR JUSTO (MERCADO) - CONTÁBIL		Resultado do período	
	31/12/2018		31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	
	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)	
PROTEÇÃO DE TAXAS E CÂMBIO (SWAP)										
Bradesco	04/15 a 04/25	TR + 9,8000% a.a.	95,00% do CDI	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	3.900	1.196	2.719
Resultado financeiro no período									2.719	
Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva)								3.900	1.196	

Os saldos contábeis das operações de instrumentos financeiros derivativos estão descritos a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2018	31/12/2017		
Ativo circulante	347	12		
Ativo não circulante	3.553	1.184		
	3.900	1.196		
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2018
No resultado financeiro	2.719	6.410	2.719	(129)

7 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	31/12/2018			31/12/2017			
	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	765.638	-	765.638	2.046	1.076	-	3.122
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	12	775.665	775.677
Contas a receber de clientes	1.686.815	-	1.686.815	1.211.481	-	-	1.211.481
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	-	3.900	3.900	-	1.196	-	1.196
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	1.049.440	-	1.049.440	431.547	-	-	431.547
	<u>3.501.893</u>	<u>3.900</u>	<u>3.505.793</u>	<u>1.645.074</u>	<u>2.284</u>	<u>775.665</u>	<u>2.423.023</u>

	31/12/2018	31/12/2017
	Passivos ao custo amortizado	Outros passivos financeiros
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	5.835.083	6.025.263
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.038.083	875.399
Títulos a pagar – <i>Forfaiting</i>	<u>965.927</u>	<u>475.251</u>
	<u>7.839.093</u>	<u>7.375.913</u>

(b) Consolidado

	31/12/2018			31/12/2017		
	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.106.790	-	1.106.790	1.494.318	276.255	1.770.573
Títulos e valores mobiliários	-	586.559	586.559	-	543.715	543.715
Contas a receber de clientes	1.958.349	-	1.958.349	1.686.952	-	1.686.952
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	-	3.900	3.900	-	1.196	1.196
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	<u>1.118.387</u>	<u>-</u>	<u>1.118.387</u>	<u>461.681</u>	<u>-</u>	<u>461.681</u>
	<u>4.183.526</u>	<u>590.459</u>	<u>4.773.985</u>	<u>3.642.951</u>	<u>821.166</u>	<u>4.464.117</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Passivos ao custo amortizado</u>	<u>Outros passivos financeiros</u>
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	5.849.790	6.635.779
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.133.763	976.917
Títulos a pagar – <i>Forfaiting</i>	<u>965.927</u>	<u>475.251</u>
	<u>7.949.480</u>	<u>8.087.947</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa, bem como os passivos estão classificados como “Custo amortizado”. Em 31 de dezembro de 2017, estão classificados como “Empréstimos e recebíveis” e “Outros passivos financeiros”, respectivamente.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bancos conta movimento	19.706	1.107	52.551	15.845
Bancos conta movimento exterior	49.059	939	170.717	91.854
Certificados de depósitos bancários (CDBs) e aplicações em compromissadas	696.873	1.076	883.522	276.255
Aplicações financeiras no exterior (<i>Time Deposit</i>)	-	-	-	1.386.619
	<u>765.638</u>	<u>3.122</u>	<u>1.106.790</u>	<u>1.770.573</u>

As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs) e as aplicações em compromissadas possuem liquidez imediata, além de rendimentos cuja variação média é de 99,88% (31 de dezembro de 2017 – 100,07%) do certificado de depósito interbancário (CDI) na Controladora e 100,39% (31 de dezembro de 2017 – 100,41%) do CDI no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$1.386.619, apresentado no Consolidado, refere-se a aplicação da controlada no exterior Usiminas Commercial em *Time Deposit*, que foi antecipado pela Companhia para pagamento integral dos *Eurobonds*, em 18 de janeiro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, as Empresas Usiminas não possuem contas garantidas.

9 Títulos e valores mobiliários

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Certificados de depósitos bancários (CDB's)	-	577.523	534.768
Aplicações financeiras no exterior	-	9.036	8.428
<i>Eurobonds</i>	775.665	-	-
Outras aplicações	<u>12</u>	<u>-</u>	<u>519</u>
	<u>775.677</u>	<u>586.559</u>	<u>543.715</u>

As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs) possuem rendimentos cuja variação média é de 100,39% (31 de dezembro de 2017 – 100,41%) do certificado de depósito interbancário (CDI) no Consolidado.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$775.665 na Controladora refere-se a parcela dos *Eurobonds* de titularidade da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, esses recursos foram integralmente utilizados no fluxo operacional da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui saldos de aplicações financeiras classificados como títulos e valores mobiliários.

10 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber de clientes:				
No país	1.187.944	954.817	1.747.854	1.485.132
No exterior	203.923	181.277	313.179	299.862
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	<u>(141.908)</u>	<u>(108.544)</u>	<u>(185.964)</u>	<u>(145.526)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>1.249.959</u>	<u>1.027.550</u>	<u>1.875.069</u>	<u>1.639.468</u>
Contas a receber de partes relacionadas				
No país	403.075	180.402	49.499	46.711
No exterior	<u>33.781</u>	<u>3.529</u>	<u>33.781</u>	<u>773</u>
Contas a receber de partes relacionadas	<u>436.856</u>	<u>183.931</u>	<u>83.280</u>	<u>47.484</u>
	<u>1.686.815</u>	<u>1.211.481</u>	<u>1.958.349</u>	<u>1.686.952</u>
Ativo circulante	1.669.763	1.127.029	1.894.291	1.555.494
Ativo não circulante	<u>17.052</u>	<u>84.452</u>	<u>64.058</u>	<u>131.458</u>

(i) Do total de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na Controladora e no Consolidado, o saldo de R\$4.536 (R\$2.669 – 31 de dezembro de 2017) refere-se a contas a receber de clientes em moeda estrangeira.

A análise de vencimentos das contas a receber de clientes está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Valores a vencer	1.325.683	1.042.201	1.753.909	1.481.810
Vencidos:				
Até 30 dias	332.515	103.377	173.611	85.026
Entre 31 e 60 dias	11.896	1.460	5.527	1.428
Entre 61 e 90 dias	-	4	2.769	1.361
Entre 91 e 180 dias	293	1.896	5.368	3.904
Acima de 181 dias	158.336	171.087	203.129	258.949
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(141.908)</u>	<u>(108.544)</u>	<u>(185.964)</u>	<u>(145.526)</u>
	<u>1.686.815</u>	<u>1.211.481</u>	<u>1.958.349</u>	<u>1.686.952</u>

Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber de clientes nos montantes de R\$361.132 na Controladora e R\$204.440 no Consolidado encontravam-se vencidas, mas não *impaired* (31 de dezembro de 2017 – R\$169.280 e R\$205.142 respectivamente). Essas contas se referem a diversos clientes independentes que não possuem histórico de inadimplência recente ou cujos saldos em aberto possuem garantias.

As contas a receber de clientes das Empresas Usiminas são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Real	1.453.647	1.029.344	1.615.925	1.388.986
Dólar	228.741	175.804	337.997	291.633
Euro	4.427	6.333	4.427	6.333
	<u>1.686.815</u>	<u>1.211.481</u>	<u>1.958.349</u>	<u>1.686.952</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes das Empresas Usiminas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(108.544)	(99.026)	(145.526)	(128.452)
(Adições) Reversões ao resultado	(34.481)	(16.757)	(41.918)	(24.313)
Baixas Contra Cliente	1.776	7.278	2.139	7.278
Variação cambial	(659)	(39)	(659)	(39)
Saldo final	<u>(141.908)</u>	<u>(108.544)</u>	<u>(185.964)</u>	<u>(145.526)</u>

A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes *impaired* foram registradas no resultado do exercício como “Despesas com vendas”. As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título de contas a receber de clientes sob qualquer modalidade de garantia.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber apresentadas. As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título como garantia de contas a receber.

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante				
Produtos acabados	775.025	562.902	929.661	667.178
Produtos em elaboração	745.192	749.839	764.214	756.195
Matérias-primas	709.731	385.305	1.196.015	701.609
Suprimentos e sobressalentes	533.253	499.492	589.732	554.467
Importações em andamento	327.054	85.012	327.062	85.148
Provisão para perdas	(86.172)	(123.938)	(102.837)	(136.858)
Outros	179.913	137.795	176.788	135.757
	<u>3.183.996</u>	<u>2.296.407</u>	<u>3.880.635</u>	<u>2.763.496</u>
Ativo não circulante				
Produtos em elaboração	-	-	26.900	39.037
	<u>3.183.996</u>	<u>2.296.407</u>	<u>3.907.535</u>	<u>2.802.533</u>

A controlada Mineração Usiminas S.A, com base no seu plano de produção, possui no ativo não circulante, registrado na rubrica “Demais valores a receber”, o estoque de produtos cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2018, foi reconhecida no resultado das demonstrações financeiras da controlada Mineração Usiminas S.A. uma reversão de perda por *impairment* nos estoques, no valor de R\$74.548, conforme Nota 17 (a). Em 31 de dezembro de 2017, não foi apurada perda por *impairment* na controlada Mineração Usiminas S.A..

12 Impostos a recuperar

	31/12/2018		Controladora 31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS (i)	72.683	76.143	3.527	-
COFINS (i)	322.859	348.202	15.387	-
ICMS	46.360	20.419	56.639	19.291
IPI	26.595	-	24.453	-
Crédito Exportação – Reintegra	6.115	-	21.170	-
Outros	3.671	8.004	-	11.631
	<u>478.283</u>	<u>452.768</u>	<u>121.176</u>	<u>30.922</u>
	31/12/2018		Consolidado 31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS (i)	83.324	76.161	4.760	18
COFINS (i)	371.246	348.285	21.013	85
ICMS	90.737	21.679	78.090	42.992
IPI	48.371	-	31.480	-
Crédito Exportação – Reintegra	6.115	-	21.170	-
INSS a recuperar	13.671	-	19.654	-
Outros	4.267	8.159	684	11.786
	<u>617.731</u>	<u>454.284</u>	<u>176.851</u>	<u>54.881</u>

(i) ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS conforme descrito na Nota 24 (c).

13 Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais desses tributos, aplicáveis ao lucro antes da tributação, na Controladora e no Consolidado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.016.711	273.647	1.235.316	420.950
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Tributos sobre o lucro calculados às alíquotas nominais	<u>(345.682)</u>	<u>(93.040)</u>	<u>(420.007)</u>	<u>(143.123)</u>
Ajustes para apuração dos tributos sobre o lucro:				
Equivalência patrimonial	94.034	96.894	88.518	52.665
Juros sobre capital próprio recebidos	(26.749)	(34.316)	(12.925)	(5.410)
Juros sobre capital próprio pagos	31.378	-	37.303	-
Exclusões (adições) permanentes	23.889	(63.533)	21.077	(66.197)
Créditos fiscais não reconhecidos	(68.710)	53.363	(113.068)	53.363
Incentivo fiscal	1.787	-	4.030	2.595
Lucro não tributável e diferenças de alíquota de controladas no exterior	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.549)</u>	<u>237</u>
Tributos sobre o lucro apurados	<u><u>(290.053)</u></u>	<u><u>(40.632)</u></u>	<u><u>(406.621)</u></u>	<u><u>(105.870)</u></u>
Corrente	(31.319)	-	(98.228)	(59.038)
Diferido	<u>(258.734)</u>	<u>(40.632)</u>	<u>(308.393)</u>	<u>(46.832)</u>
Tributos sobre o lucro (prejuízo) no resultado	<u><u>(290.053)</u></u>	<u><u>(40.632)</u></u>	<u><u>(406.621)</u></u>	<u><u>(105.870)</u></u>
Imposto de renda	(212.795)	(29.877)	(302.708)	(79.762)
Contribuição social	<u>(77.258)</u>	<u>(10.755)</u>	<u>(103.913)</u>	<u>(26.108)</u>
Alíquotas efetivas	<u>29%</u>	<u>15%</u>	<u>33%</u>	<u>25%</u>

Não há itens de imposto corrente apresentados no patrimônio líquido destas demonstrações financeiras.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, ativo e passivo, constituídos às alíquotas nominais, são demonstrados como segue:

(i) Controladora

	31/12/2017	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2018
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais	2.361.356	-	(7.169)	2.354.187
Créditos fiscais não reconhecidos	(960.481)	-	(68.710)	(1.029.191)
Provisões temporárias				
Provisão para passivo atuarial	312.076	-	(11.553)	300.523
Provisão para demandas judiciais	163.052	-	(2.457)	160.595
Provisão para ajustes de estoque	42.138	-	(12.840)	29.298
Regime de caixa nos contratos de <i>swap</i>	76	-	(76)	-
Regime de caixa na variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (i)	36.147	-	(36.147)	-
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	39.463	-	172.880	212.343
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	159.711	30.399	-	190.110
Outros	115.909	-	60.651	176.560
Total ativo	<u>2.269.447</u>	<u>30.399</u>	<u>94.579</u>	<u>2.394.425</u>
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Depreciação incentivada	13.698	-	(2.471)	11.227
Depreciação fiscal	-	-	357.294	357.294
Ajuste de imobilizado – IAS 29	61.808	-	(6.041)	55.767
Correção monetária sobre depósitos judiciais	48.625	-	(4.552)	44.073
Ajuste de ágio	21.450	-	(21.450)	-
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	162.655	-	28.844	191.499
Resultado nos contratos de <i>swap</i> valor de mercado	-	-	110	110
Outros	6.451	-	1.579	8.030
Total passivo	<u>314.687</u>	<u>-</u>	<u>353.313</u>	<u>668.000</u>
Total líquido	<u>1.954.760</u>	<u>30.399</u>	<u>(258.734)</u>	<u>1.726.425</u>

(i) Decorrente de diferença temporária entre o regime de caixa e o de competência.

(ii) Consolidado

	<u>31/12/2017</u>	<u>Patrimônio líquido/ Resultado abrangente</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>31/12/2018</u>
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais	2.529.167	(2.892)	40.852	2.567.127
Créditos fiscais não reconhecidos	(985.062)	-	(113.068)	(1.098.130)
Provisões temporárias				
Provisão para passivo atuarial	321.710	132	(13.986)	307.856
Provisão para demandas judiciais	213.305	-	(12.149)	201.156
Provisão para ajustes de estoques	43.111	-	8.390	51.501
Regime de caixa nos contratos de swap	76	-	(76)	-
Regime de caixa na variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (i)	36.147	-	(36.147)	-
Ágio/aquisição de empresas	303.827	-	(2.732)	301.095
Perda por valor recuperável de ativos (Impairment)	597.550	-	134.340	731.890
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	159.711	30.397	-	190.108
Outros	<u>169.059</u>	<u>-</u>	<u>68.494</u>	<u>237.553</u>
Total ativo	<u>3.388.601</u>	<u>27.637</u>	<u>73.918</u>	<u>3.490.156</u>
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Depreciação incentivada	13.698	-	(2.471)	11.227
Depreciação taxa fiscal	19.311	-	355.876	375.187
Ajuste de imobilizado – IAS 29	61.808	-	(6.041)	55.767
Correção monetária sobre depósitos judiciais	52.642	-	(3.962)	48.680
Ajuste de ágio	21.450	-	(21.450)	-
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	162.655	-	28.844	191.499
Outros	<u>10.925</u>	<u>-</u>	<u>31.515</u>	<u>42.440</u>
Total passivo	<u>342.489</u>	<u>-</u>	<u>382.311</u>	<u>724.800</u>
Total líquido	<u>3.046.112</u>	<u>27.637</u>	<u>(308.393)</u>	<u>2.765.356</u>

(i) Decorrente de diferença temporária entre o regime de caixa e o de competência.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia constituiu provisão para perda de créditos fiscais no montante de R\$68.710 na Controladora e R\$113.068 no Consolidado (31 de dezembro de 2017 – R\$53.363 na Controladora e no Consolidado). O total de créditos fiscais diferidos não reconhecidos nas demonstrações financeiras foi de R\$1.029.191 na Controladora e de R\$1.098.130 no Consolidado (31 de dezembro de 2017 – R\$960.481 e R\$985.062, respectivamente). A Administração da Companhia continuará monitorando esse montante não reconhecido, o qual poderá ser contabilizado tão logo seja provável a sua utilização.

A expectativa de realização dos impostos diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
2018	-	134.070	-	173.660
2019	180.545	188.375	211.258	226.861
2020	200.106	198.944	234.692	247.540
2021	167.353	210.905	206.002	262.293
2022	213.346	255.865	256.513	286.416
2023 até 2025	706.548	733.850	819.711	989.911
2026 até 2028	926.528	781.704	1.529.564	1.207.299
2029 até 2031	703.570	726.215	734.480	776.601
Após 2032 (i)	<u>325.620</u>	<u>-</u>	<u>596.066</u>	<u>203.082</u>
Ativo	3.423.616	3.229.928	4.588.286	4.373.663
Créditos fiscais não reconhecidos	<u>(1.029.191)</u>	<u>(960.481)</u>	<u>(1.098.130)</u>	<u>(985.062)</u>
Ativo	<u>2.394.425</u>	<u>2.269.447</u>	<u>3.490.156</u>	<u>3.388.601</u>
Passivo	<u>(668.000)</u>	<u>(314.687)</u>	<u>(724.800)</u>	<u>(342.489)</u>
Posição líquida	<u>1.726.425</u>	<u>1.954.760</u>	<u>2.765.356</u>	<u>3.046.112</u>

(i) No consolidado os valores referem-se substancialmente a créditos fiscais oriundos de ágio na incorporação, apurados na Mineração Usiminas. Esses créditos fiscais estão sendo aproveitados com base na expectativa de vida útil das minas, cuja exaustão total foi estimada para o ano de 2053.

O reconhecimento dos créditos tributários é fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O estudo de expectativa de lucros tributários futuros, adota os mesmos dados e premissas do estudo utilizado no teste de recuperabilidade dos ativos (Nota 17).

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros das Empresas Usiminas.

(c) Imposto de renda e contribuição social no passivo circulante

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda			
Receita (despesa) corrente (i)	(23.007)	(76.399)	(43.596)
Antecipações e compensações do período	<u>23.007</u>	<u>73.776</u>	<u>42.292</u>
	-	(2.623)	(1.304)
Contribuição social			
Receita (despesa) corrente (i)	(8.312)	(21.829)	(15.442)
Antecipações e compensações do período	<u>8.312</u>	<u>21.153</u>	<u>15.312</u>
	-	(676)	(130)
Total IR e CSLL a pagar	<u>-</u>	<u>(3.299)</u>	<u>(1.434)</u>

(i) Refere-se a ajuste entre a provisão e a declaração de imposto de renda de exercícios anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Controladora não apresentou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes, uma vez que apurou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Adicionalmente, não houve antecipações ou compensações no período mencionado.

14 Depósitos judiciais

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	177.007	(106.138)	70.869	177.454	(106.138)	71.316
IR e CSLL	152.847	(57.089)	95.758	152.847	(57.089)	95.758
INSS	72.559	(7.265)	65.294	120.856	(7.265)	113.591
CIDE	26.384	(26.384)	-	26.384	(26.384)	-
ICMS	10.115	-	10.115	9.836	-	9.836
COFINS	2.472	-	2.472	2.395	-	2.395
Trabalhistas	180.945	-	180.945	179.137	-	179.137
Cíveis	37.736	(16)	37.720	43.525	(16)	43.509
Outras	2.057	-	2.057	1.329	-	1.329
Provisão para perdas (i)	(97.453)	-	(97.453)	-	-	-
	<u>564.669</u>	<u>(196.892)</u>	<u>367.777</u>	<u>713.763</u>	<u>(196.892)</u>	<u>516.871</u>

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	177.007	(106.138)	70.869	177.454	(106.138)	71.316
IR e CSLL	158.787	(57.089)	101.698	158.787	(57.089)	101.698
INSS	81.068	(7.265)	73.803	128.703	(7.265)	121.438
CIDE	26.384	(26.384)	-	26.384	(26.384)	-
ICMS	11.257	-	11.257	10.957	-	10.957
COFINS	22.299	-	22.299	21.414	-	21.414
Trabalhistas	249.158	-	249.158	234.202	-	234.202
Cíveis	49.995	(16)	49.979	63.368	(16)	63.352
Outras	41.947	-	41.947	51.223	-	51.223
Provisão para perdas (i)	(97.453)	-	(97.453)	-	-	-
	<u>720.449</u>	<u>(196.892)</u>	<u>523.557</u>	<u>872.492</u>	<u>(196.892)</u>	<u>675.600</u>

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	713.763	727.047	872.492	858.261
Adições	43.345	34.712	124.757	85.888
Juros/atualizações	10.074	26.108	14.922	31.612
Reversões	(105.060)	(74.104)	(194.269)	(103.269)
Provisão para perdas (i)	(97.453)	-	(97.453)	-
Saldo final	<u>564.669</u>	<u>713.763</u>	<u>720.449</u>	<u>872.492</u>

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).

15 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

(i) Controladora

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>Equivalência patrimonial(i)</u>	<u>Juros sobre capital próprio e dividendos</u>	<u>Lucros não realizados nos estoques</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2018</u>
Controladas							
Mineração Usiminas	2.436.387	-	188.060	(156.233)	-	(29)	2.468.185
Soluções Usiminas	656.826	-	44.627	(29.080)	(26.199)	-	646.174
Usiminas Commercial	3.777	-	(3.777)	-	-	-	-
Usiminas Europa	114.845	-	(77)	-	-	-	114.768
Usiminas International	34.434	-	4.956	-	-	(1)	39.389
Usiminas Mecânica	442.224	-	(162.340)	-	(627)	(148)	279.109
UPL	69.678	-	9.675	(3.926)	-	14	75.441
Ágio em controladas (ii)	-	10.049	-	-	-	-	10.049
	3.758.171	10.049	81.124	(189.239)	(26.826)	(164)	3.633.115
Controladas em conjunto							
Unigal	579.991	-	209.863	(196.000)	-	-	593.854
Usiroll	9.873	-	1.713	(1.500)	-	27	10.113
	589.864	-	211.576	(197.500)	-	27	603.967
Coligadas							
Codeme	30.873	-	(18.095)	-	-	-	12.778
MRS	9.895	-	1.509	(667)	-	3	10.740
	40.768	-	(16.586)	(667)	-	3	23.518
	<u>4.388.803</u>	<u>10.049</u>	<u>276.114</u>	<u>(387.406)</u>	<u>(26.826)</u>	<u>(134)</u>	<u>4.260.600</u>

(i) Do resultado de equivalência patrimonial apresentado nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa da Controladora, que totaliza R\$276.114, quando comparado à receita de R\$249.747 demonstrada na movimentação dos investimentos, deve-se adicionar as perdas de passivo a descoberto da controlada Rios Unidos no valor de R\$459 e o lucro não realizado nos estoques no valor de R\$28.826 apurado com as controladas Soluções Usiminas e Usiminas Mecânica.

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrada reversão da perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*), no montante de R\$10.049, referente ao direito minerário proveniente da aquisição da controlada Mineração Usiminas S.A..

(ii) Consolidado

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Juros sobre capital próprio e dividendos</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2018</u>
Controladas em conjunto						
Modal	2.672	-	2.717	(2.763)	-	2.626
Unigal	579.991	-	209.863	(196.000)	-	593.854
Usiroll	9.873	-	1.713	(1.500)	27	10.113
Ágio em controladas em conjunto (i)	<u>14.201</u>	<u>(6.465)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.736</u>
	606.737	(6.465)	214.293	(200.263)	27	614.329
Coligadas						
Codeme	30.873	-	(18.095)	-	-	12.778
MRS	404.246	-	61.560	(27.126)	81	438.761
Terminal Paraopeba	902	-	(11)	-	-	891
Terminal Sarzedo	1.459	-	2.670	(2.571)	-	1.558
Outros	2.635	-	(67)	-	(40)	2.528
Ágio em coligadas (ii)	<u>7.200</u>	<u>10.049</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.249</u>
	<u>447.315</u>	<u>10.049</u>	<u>46.057</u>	<u>(29.697)</u>	<u>41</u>	<u>473.765</u>
	<u>1.054.052</u>	<u>3.584</u>	<u>260.350</u>	<u>(229.960)</u>	<u>68</u>	<u>1.088.094</u>

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrada perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*), no montante de R\$6.465, referente ao ágio proveniente da aquisição da controlada Modal.

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrada reversão da perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*), no montante de R\$10.049, referente ao direito minerário proveniente da aquisição da controlada Mineração Usiminas S.A.

(b) Informações financeiras das coligadas

A seguir, está demonstrada a participação da Companhia nos resultados das principais coligadas, em 31 de dezembro de 2018:

	<u>País de constituição</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro</u>	<u>% de participação</u>
Codeme	Brasil	313.545	225.481	88.064	91.464	15.483	30,77
MRS (i)	Brasil	8.019.175	4.174.969	3.844.206	3.726.448	521.616	11,41

(i) Participação direta de 0,28% e indireta, por meio da UPL, de 11,13%.

A participação nos lucros foi calculada após o imposto de renda e a contribuição social e após a participação dos acionistas não controladores em coligadas.

O capital votante nas empresas coligadas corresponde ao mesmo percentual do capital social total, exceto para a empresa MRS, cujo percentual do capital votante é de 19,92%. A USIMINAS participa do grupo de controle e tem influência significativa, o que classifica esse investimento como coligada.

As informações financeiras resumidas das empresas controladas em conjunto estão demonstradas a seguir de forma consolidada.

(i) Balanços patrimoniais resumidos

	31/12/2018			31/12/2017		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.680	54.186	3.845	2.663	262.599	4.206
Contas a receber	785	93.295	3.019	894	33.215	1.193
Estoques	-	49.031	531	-	46.925	362
Impostos a recuperar	-	78.961	-	-	-	-
Outros	8	363	42	8	5.110	132
Total do ativo circulante	3.473	275.836	7.437	3.565	347.849	5.893
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo	-	2.705	-	-	2.466	-
Imobilizado	2.446	860.767	13.942	2.597	905.003	14.418
Intangível	-	133	7	-	204	6
Total do ativo não circulante	2.446	863.605	13.949	2.597	907.673	14.424
Total do ativo	5.919	1.139.441	21.386	6.162	1.255.522	20.317
Passivo e Patrimônio líquido						
Empréstimos	-	37	-	-	33.152	-
Fornecedores	113	11.282	237	138	8.411	127
Contingências	-	1.377	-	-	1.291	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	196.419	-	-	179.703	5
Outros	554	68.613	923	681	195.295	434
Patrimônio líquido	5.252	861.713	20.226	5.343	837.670	19.751
Total do passivo e patrimônio líquido	5.919	1.139.441	21.386	6.162	1.255.522	20.317

(ii) Demonstrações dos resultados resumidas

	31/12/2018			31/12/2017		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Receita líquida de vendas e serviços	9.355	467.508	12.961	9.648	361.332	8.795
Custo produtos e serviços vendidos	(2.912)	(104.990)	(6.353)	(2.997)	(102.644)	(4.302)
Receitas (despesas) operacionais	(37)	28.358	(1.537)	(33)	(13.354)	(791)
Receitas (despesas) financeiras	124	38.047	289	208	8.637	206
Provisão IRPJ e CSLL	(1.097)	(124.880)	(1.934)	(1.160)	(65.877)	(1.296)
Lucro líquido do exercício	5.433	304.043	3.426	5.666	188.094	2.612

16

Imobilizado

							Controladora
		31/12/2018			31/12/2017		
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	2.068.343	(1.279.908)	788.435	2.043.821	(1.236.488)	807.333
Máquinas e equipamentos	5	21.005.476	(12.927.316)	8.078.160	20.814.835	(12.243.142)	8.571.693
Instalações	4	933.009	(276.725)	656.284	905.888	(232.928)	672.960
Móveis e utensílios	19	50.018	(42.622)	7.396	49.775	(40.340)	9.435
Equipamentos de informática	17	190.729	(174.767)	15.962	176.834	(168.610)	8.224
Veículos	26	36.915	(36.773)	142	37.039	(35.757)	1.282
Ferramentas e aparelhos	21	196.204	(179.898)	16.306	195.186	(172.944)	22.242
Impairment (i)		(428.974)	-	(428.974)	-	-	-
		24.051.720	(14.918.009)	9.133.711	24.223.378	(14.130.209)	10.093.169
Terrenos		395.279	-	395.279	419.550	-	419.550
Total em operação		24.446.999	(14.918.009)	9.528.990	24.642.928	(14.130.209)	10.512.719
Em obras							
Obras em andamento		559.185	-	559.185	555.878	-	555.878
Imobilizado em processamento		65.642	-	65.642	32.793	-	32.793
Importações em andamento		8.705	-	8.705	512	-	512
Adiantamentos a fornecedores		79	-	79	817	-	817
Encargos de empréstimos capitalizados		5.763	-	5.763	7.613	-	7.613
Outros		79.860	-	79.860	82.479	-	82.479
Total em obras		719.234	-	719.234	680.092	-	680.092
		25.166.233	(14.918.009)	10.248.224	25.323.020	(14.130.209)	11.192.811

(i) Refere-se a teste de *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

							Consolidado
							31/12/2017
							31/12/2018
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	2.398.361	(1.478.765)	919.596	2.400.504	(1.418.472)	982.032
Máquinas e equipamentos	5	22.218.596	(13.793.117)	8.425.479	22.059.248	(13.053.003)	9.006.245
Instalações	4	1.650.164	(625.487)	1.024.677	1.618.523	(518.455)	1.100.068
Móveis e utensílios	19	66.032	(56.825)	9.207	66.823	(54.102)	12.721
Equipamentos de informática	17	231.108	(210.848)	20.260	218.076	(202.079)	15.997
Veículos	26	55.658	(55.484)	174	55.914	(54.507)	1.407
Ferramentas e aparelhos	21	216.403	(197.719)	18.684	224.943	(188.394)	36.549
Impairment (i)		(428.974)	-	(428.974)	-	-	-
Outros		120.718	(7.364)	113.354	91.118	(6.079)	85.039
		26.528.066	(16.425.609)	10.102.457	26.735.149	(15.495.091)	11.240.058
Terrenos		766.553	-	766.553	798.335	-	798.335
Total em operação		27.294.619	(16.425.609)	10.869.010	27.533.484	(15.495.091)	12.038.393
Em obras							
Obras em andamento		671.939	-	671.939	705.901	-	705.901
Imobilizado em processamento		77.580	-	77.580	45.967	-	45.967
Importações em andamento		8.738	-	8.738	545	-	545
Adiantamentos a fornecedores		386	-	386	929	-	929
Encargos de empréstimos capitalizados		5.763	-	5.763	7.613	-	7.613
Outros		81.606	-	81.606	83.270	-	83.270
Total em obras		846.012	-	846.012	844.225	-	844.225
		28.140.631	(16.425.609)	11.715.022	28.377.709	(15.495.091)	12.882.618

(i) Refere-se a teste de *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

								Controladora
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	807.333	8.571.693	672.960	22.242	419.550	680.092	18.941	11.192.811
Adições (i)	3.029	15.550	2.411	4	-	315.935	338	337.267
Baixas	-	(6.577)	-	(16)	(24.271)	(3.166)	-	(34.030)
Depreciação	(43.462)	(726.933)	(43.797)	(6.998)	-	-	(10.657)	(831.847)
Encargos de empréstimos Capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	5.763	-	5.763
Impairment (iii)	-	-	-	-	-	-	(428.974)	(428.974)
Transferências	21.535	223.488	23.775	1.074	-	(284.750)	14.878	-
Outros	-	939	935	-	-	5.360	-	7.234
Saldos em 31 de dezembro de 2018	788.435	8.078.160	656.284	16.306	395.279	719.234	(405.474)	10.248.224

(i) As adições do imobilizado na Controladora compreendem compras à vista no valor de R\$337.267.

(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

(iii) Refere-se a teste de *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota nº17.

	Controladora							
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	842.917	9.240.571	593.031	29.836	419.553	728.088	29.062	11.883.058
Adições (i)	-	1.332	-	6	-	168.261	28	169.627
Adições (redução de capital)	-	7.575	6.662	185	-	-	55	14.477
Baixas	-	(669)	-	(2)	(3)	(8.729)	(1)	(9.404)
Depreciação (ii)	(44.691)	(746.945)	(45.279)	(9.564)	-	-	(13.029)	(859.508)
Encargos de empréstimos Capitalizados (iii)	-	-	-	-	-	7.613	-	7.613
Transferências	9.107	68.635	115.916	1.781	-	(198.295)	2.856	-
Outros (iv)	-	1.194	2.630	-	-	(16.846)	(30)	(13.052)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	807.333	8.571.693	672.960	22.242	419.550	680.092	18.941	11.192.811

- (i) As adições do imobilizado na Controladora compreendem compras à vista no valor de R\$169.627.
(ii) Em 31 de dezembro de 2017, além da depreciação total do período, foi reconhecido no resultado o montante de R\$82.440, referente à depreciação originalmente contabilizada nos estoques e realizada neste período.
(iii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.
(iv) O total contempla valores de transferência para o intangível no montante de R\$17.853, deduzidos da transferência de itens em estoque referentes a imobilizado no montante de R\$4.801.

	Consolidado							
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	982.032	9.006.245	1.100.068	36.549	798.335	844.225	115.164	12.882.618
Adições (i)	3.121	30.437	2.503	52	150	367.971	30.094	434.328
Baixas	(536)	(10.433)	(209)	(276)	(24.271)	(3.175)	(98)	(38.998)
Depreciação	(60.400)	(805.658)	(107.947)	(9.786)	-	-	(16.287)	(1.000.078)
Encargos de empréstimos Capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	5.763	-	5.763
Impairment (iii)	(26.846)	(35.109)	(9.713)	(9.948)	(7.859)	(46.839)	(431.571)	(567.885)
Transferências	21.535	223.488	23.775	1.074	-	(284.750)	14.878	-
Outros	690	16.509	16.200	1.019	198	(37.183)	1.841	(726)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	919.596	8.425.479	1.024.677	18.684	766.553	846.012	(285.979)	11.715.022

- (i) As adições do imobilizado no Consolidado compreendem compras à vista no valor de R\$434.328.
(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.
(iii) Refere-se a teste de *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

	Consolidado							
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.034.922	9.779.824	1.067.855	46.047	798.338	892.605	129.299	13.748.890
Adições (i)	-	9.559	2.657	158	-	195.604	493	208.471
Baixas	(243)	(831)	-	(9)	(3)	(8.729)	(15)	(9.830)
Depreciação (ii)	(61.756)	(851.135)	(111.536)	(12.274)	-	-	(19.769)	(1.056.470)
Encargos de empréstimos Capitalizados (iii)	-	-	-	-	-	7.613	-	7.613
Impairment de ativos	-	-	-	-	-	-	1.833	1.833
Transferências	9.109	66.319	137.643	2.643	-	(219.090)	3.376	-
Outros	-	2.509	3.449	(16)	-	(23.778)	(53)	(17.889)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	982.032	9.006.245	1.100.068	36.549	798.335	844.225	115.164	12.882.618

(i) As adições do imobilizado no Consolidado compreendem compras à vista no valor de R\$208.471.

(ii) Em 31 de dezembro de 2017, além da depreciação total do período, foi reconhecido no resultado o montante de R\$82.440, referente à depreciação originalmente contabilizada nos estoques e realizada neste período.

(iii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

Em 31 de dezembro de 2018, as adições do imobilizado referem-se, principalmente, aos gastos incorridos na substituição dos staves do alto forno nº3 e na reativação do alto forno nº1, em Ipatinga (MG), bem como demais obras com o objetivo de garantir a capacidade produtiva.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do imobilizado em andamento, no montante de R\$846.012, no Consolidado, refere-se a projetos de melhoria nos processos industriais e de manutenção da capacidade produtiva.

Em 31 de dezembro de 2018, foram capitalizados juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos no imobilizado, cujo montante foi de R\$5.763 na Controladora e no Consolidado. Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

Em 31 de dezembro de 2018, a depreciação na Controladora foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, nos montantes de R\$819.512, R\$3.067 e R\$9.268 (31 de dezembro de 2017 – R\$844.724, R\$3.125 e R\$11.659), respectivamente. No Consolidado, nessa mesma data, a depreciação foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$982.069, R\$4.093 e R\$13.916 (31 de dezembro de 2017 - R\$1.035.389, R\$4.424 e R\$16.658), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos e processos judiciais (Nota 39).

17 Valor recuperável de ativos (*impairment*) não financeiros

Para o cálculo do valor recuperável de cada segmento de negócio, as Empresas Usiminas utilizam o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções consideram as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação das empresas, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

As Empresas Usiminas possuem quatro unidades geradoras de caixa ou segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Essas unidades geradoras de caixa são determinadas com base no menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa e não existem segmentos e unidades geradoras de caixa diferentes dentro de uma mesma empresa.

As quatro unidades geradoras de caixa e/ou segmentos reportáveis identificados na Companhia são Mineração e Logística, Siderurgia, Transformação do Aço e Bens de Capital (Nota 28).

(a) Premissas e critérios gerais

Os cálculos de valor em uso utilizam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Diretoria Executiva. Estimamos que o valor justo líquido de despesas de alienação sejam inferiores ao valor em uso, razão pela qual este foi utilizado para a apuração do valor recuperável.

Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volumes de vendas, preços médios e custos operacionais realizadas pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 5 anos, considerando participação de mercado, variação de preços internacionais, evolução do dólar e da inflação, com base em relatórios de mercado. Também foram considerados a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção dos ativos testados.

Para os anos posteriores foram adotadas taxas de crescimento em função de estimativa da inflação de longo prazo e taxa de câmbio.

A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. Para projeção das taxas anuais de câmbio (real/dólar), foram consideradas as taxas de inflação norte-americana e brasileira de longo prazo.

A taxa de inflação de longo prazo utilizada nos fluxos projetados foi de 3,75% a.a.

As taxas de desconto aplicadas nas projeções de fluxos de caixa futuros representam uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A Companhia adotou taxas distintas para cada segmento de negócio testado de forma a refletir sua estrutura de capital. As taxas nominais utilizadas para descontar o fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa variaram entre 13,21% e 14,2% a.a.

Os cenários utilizados nos testes são baseados nas melhores estimativas das Empresas Usiminas para os resultados e a geração de caixa futuros em seus segmentos de negócio.

(b) Valor recuperável e perdas reconhecidas

(i) Ativos intangíveis com vida útil indefinida

As seguintes unidades geradoras de caixa possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio) para as quais os testes para verificação de *impairment* são realizados anualmente:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Mineração e logística	-	14.936	21.401
Siderurgia	110.343	-	110.343
Transformação do aço	-	2.433	2.433
	<u>110.343</u>	<u>17.369</u>	<u>134.177</u>

Em 31 de dezembro de 2018, como resultado dos testes de valor recuperável, as seguintes (perdas) reversões por *impairment* foram reconhecidas no resultado da Companhia, na rubrica de outras receitas e despesas operacionais (Nota 32 (b)):

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Mineração e logística	-	-	(6.465)	(1.882)
Siderurgia	(110.343)	(73.010)	(110.343)	(73.010)
	<u>(110.343)</u>	<u>(73.010)</u>	<u>(116.808)</u>	<u>(74.892)</u>

A Unidade de Transformação do Aço não possuía ativos intangíveis com vida útil indefinida e seus ativos de vida útil definida foram revisados, não tendo se verificado indicadores de *impairment*.

(ii) Outros ativos de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia efetuou testes de recuperabilidade dos ativos das suas unidades geradoras de caixa, e as seguintes (perdas) reversões por *impairment* foram reconhecidas no resultado da Companhia, na rubrica de outras receitas e despesas operacionais (Nota 32 (b)):

<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2018</u>

Mineração e logística

Estoques	-	74.548
Direitos minerários	-	131.518
Siderurgia		
Investimentos	10.049	10.049
Imobilizado	(428.974)	(428.974)
Bens de capital		
Intangível	-	(4.209)
Imobilizado	-	(138.911)
	<u>(418.925)</u>	<u>(355.979)</u>

(c) Testes de *impairment* do segmento de mineração

O valor em uso do segmento Mineração foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro obtido com o beneficiamento e comercialização do minério de ferro, com base em projeções de preço de venda, gastos e investimentos. Tal avaliação mantém-se sensível à volatilidade dos preços da *commodity* e eventuais alterações nas expectativas de longo prazo poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido.

A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxos de caixa futuros representou uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A taxa real utilizada foi de 8,78% a.a. A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. Os preços projetados para o minério de ferro (CFR China 62% Fe) foram entre USD62,00/t e USD65,80/t. Os preços utilizados no cálculo dos fluxos de caixa futuros encontram-se dentro do intervalo das estimativas publicadas pelos analistas de mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia reconheceu uma reversão de *impairment* no valor de R\$206.066, que foi reconhecido no resultado das demonstrações financeiras da controlada Mineração Usiminas S.A. A perda por *impairment* remanescente no valor de R\$1.432.940, continua sendo monitorada pela Companhia e será revertida na medida que as projeções futuras possibilitarem.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 foram registradas perdas por *impairment* no valor de R\$6.465 (2017 – R\$1.882) relacionadas ao ágio no investimento na controlada em conjunto, Modal.

A Companhia continuará monitorando as premissas-chave deste segmento de negócio.

(d) Testes de *impairment* do segmento de siderurgia

O valor em uso do segmento Siderurgia foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro.

A revisão nas estimativas dos volumes de vendas futuros combinado com as projeções de aumento dos custos de matérias primas atrelados ao dólar, diminuiram o valor recuperável líquido estimado dos ativos testados, resultando em perda por *impairment*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi registrada perda por *impairment* no segmento Siderurgia no valor de R\$539.317, correspondente à perda no imobilizado de R\$428.974 e ao ágio pago na aquisição de ativos incorporados pela Controladora no valor de R\$110.343.

Em 31 de dezembro de 2017 foram registradas, na rubrica de investimentos da controladora, perdas por *impairment* relacionadas ao segmento de Siderurgia no valor

de R\$73.010, sendo R\$62.175 referente a ágio pago na aquisição da coligada Codeme e R\$10.835 na coligada Rios Unidos.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 foram registradas reversões por *impairment* no valor de R\$10.049 relacionadas ao intangível com vida útil definida apurado na aquisição da Mineração Usiminas.

A Companhia continuará a monitorar os resultados em 2019, os quais indicarão a razoabilidade das projeções futuras utilizadas.

(e) Testes de *impairment* do segmento bens de capital

A Usiminas Mecânica utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras que consideram as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de bens de capital, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrada perda por *impairment* no segmento no valor de R\$143.120, sendo R\$138.911 referente à totalidade do saldo do imobilizado e R\$4.209 sobre o intangível, reflexo da forte retração do mercado de bens de capital que não retomou o crescimento com geração de resultado sustentável para a companhia.

A Companhia continuará monitorando as premissas-chave deste segmento de negócio.

18 Intangível

A composição do ativo intangível pode ser demonstrada conforme a seguir:

							Controladora
							31/12/2017
							31/12/2018
	Taxa média ponderada de amortização anual %	31/12/2018			31/12/2017		
		Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	32	242.080	(192.748)	49.332	242.821	(170.547)	72.274
Âgio	-	-	-	-	153.692	(43.349)	110.343
Outros	-	29.011	-	29.011	4.049	-	4.049
		<u>271.091</u>	<u>(192.748)</u>	<u>78.343</u>	<u>400.562</u>	<u>(213.896)</u>	<u>186.666</u>

							Consolidado
							31/12/2017
							31/12/2018
	Taxa média ponderada de amortização anual %	31/12/2018			31/12/2017		
		Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	32	337.003	(278.193)	58.810	335.591	(252.302)	83.289
Âgio	-	2.433	-	2.433	156.125	(43.349)	112.776
Direito Minerário	-	2.063.280	(82.985)	1.980.295	2.063.280	(80.559)	1.982.721
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	-	(1.377.733)	-	(1.377.733)	(1.509.251)	-	(1.509.251)
Outros	-	42.915	(11.124)	31.791	21.539	(13.884)	7.655
		<u>1.067.898</u>	<u>(372.302)</u>	<u>695.596</u>	<u>1.067.284</u>	<u>(390.094)</u>	<u>677.190</u>

A movimentação do ativo intangível pode ser demonstrada conforme a seguir:

	Controladora			
	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	110.343	72.274	4.049	186.666
Adições	-	-	25.440	25.440
(Constituição) reversão da perda do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>) (i)	(110.343)	-	-	(110.343)
Transferências	-	(741)	741	-
Amortização	-	(22.201)	-	(22.201)
Outros	-	-	(1.219)	(1.219)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	49.332	29.011	78.343
Custo total	-	242.080	29.011	271.091
Amortização acumulada	-	(192.748)	-	(192.748)
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	-	49.332	29.011	78.343
Taxas anuais de amortização %	-	32	-	-

(i) Refere-se a teste de *impairment* dos ativos intangíveis conforme demonstrado na Nota nº17.

	Controladora			
	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	110.343	50.638	25.874	186.855
Adições	-	-	6.196	6.196
Transferências	-	25.389	(25.389)	-
Amortização	-	(24.240)	-	(24.240)
Outros	-	20.487	(2.632)	17.855
Saldos em 31 de dezembro de 2017	110.343	72.274	4.049	186.666
Custo total	153.692	242.821	4.049	400.562
Amortização acumulada	(43.349)	(170.547)	-	(213.896)
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	110.343	72.274	4.049	186.666
Taxas anuais de amortização %	-	27	-	-

	Consolidado				
	Direitos minerários (i)	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	473.470	112.776	83.289	7.655	677.190
Adições	-	-	2.502	25.880	28.382
Transferências	-	-	(615)	615	-
Amortização	(2.426)	-	(25.891)	(1.140)	(29.457)
(Constituição) reversão da perda do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>) (ii)	131.518	(110.343)	(4.209)	-	16.966
Outros	-	-	3.734	(1.219)	2.515
Saldos em 31 de dezembro de 2018	602.562	2.433	58.810	31.791	695.596
Custo total	685.547	2.433	337.003	42.915	1.067.898
Amortização acumulada	(82.985)	-	(278.193)	(11.124)	(372.302)
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	602.562	2.433	58.810	31.791	695.596
Taxas anuais de amortização %	-	-	32	-	-

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas a uma taxa média de R\$0,52 por tonelada (taxa ajustada de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*).

(ii) Refere-se a teste de *impairment* dos ativos intangíveis conforme demonstrado na Nota nº17.

	Consolidado				
	Direitos minerários (i)	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	476.148	123.611	64.798	29.361	693.918
Adições	-	-	1.314	6.385	7.699
Transferências	-	-	24.596	(24.596)	-
Amortização	(2.678)	-	(29.400)	(863)	(32.941)
Reversão da perda do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	-	(10.835)	-	-	(10.835)
Outros	-	-	21.981	(2.632)	19.349
Saldos em 31 de dezembro de 2017	473.470	112.776	83.289	7.655	677.190
Custo total	557.929	156.125	335.591	17.639	1.067.284
Amortização acumulada	(84.459)	(43.349)	(252.302)	(9.984)	(390.094)
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	473.470	112.776	83.289	7.655	677.190
Taxas anuais de amortização %	-	-	27	-	-

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas a uma taxa média de R\$0,55 por tonelada (taxa ajustada de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*).

A amortização na Controladora foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$260 e R\$21.941 (31 de dezembro de 2017 - R\$310 em “Custos das vendas” e R\$23.930 em “Despesas gerais e administrativas”), respectivamente. No Consolidado, nessa mesma data, a amortização foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$4.452, R\$57 e R\$24.948 (31 de dezembro de 2017 - R\$5.540, R\$74 e R\$27.327), respectivamente.

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e dos passivos (ágio por expectativa de rentabilidade futura) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2018, foi reconhecida no resultado das demonstrações financeiras da controlada Mineração Usiminas uma reversão de *impairment* no valor de R\$131.518, conforme Nota 17 (b) (ii).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi registrada perda por *impairment* no segmento Siderurgia no valor de R\$110.343, referente ao ágio pago na aquisição de ativos incorporados pela Controladora, conforme Nota 17 (b) (ii).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrada perda por *impairment* no segmento de bens de capital no valor de R\$4.209 sobre o montante total do intangível, conforme Nota 17 (b) (ii).

Em 31 de dezembro de 2017, foi reconhecida no resultado das demonstrações financeiras da controlada Rios Unidos uma perda por *impairment* no valor de R\$10.835, conforme Nota 17 (b) (ii).

19 Fornecedores, empreiteiros e fretes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
No país	677.663	392.304	786.660	471.041
No exterior	27.126	29.034	50.641	47.460
Valores a pagar a empresas ligadas	333.294	454.061	296.462	458.416
	<u>1.038.083</u>	<u>875.399</u>	<u>1.133.763</u>	<u>976.917</u>

20 Empréstimos e financiamentos

20.1 Composição dos empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

(a) Controladora

(i) Em moeda nacional

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2018		31/12/2017	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDDES	R\$	2025	TJLP + 3,48%, 3,88% e 4,88% a.a.	26.888	306.493	23.996	332.140
BNDDES	R\$	2018	5,50% a.a.	-	-	431	-
BNDDES	R\$	2025	TJLP	279	3.242	248	3.512
FINAME	R\$	2019 a 2024	2,5% a 9,5% a.a.	4.298	16.122	4.926	20.378
Banco do Brasil	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	177.991	2.051.333	157.591	2.222.667
Bradesco	R\$	2025	TR + 9,8% a.a.	8.334	43.418	8.019	49.213
Bradesco	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	39.190	451.095	34.790	488.784
Itaú BBA	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	48.321	556.209	42.898	602.680
Comissões e Outros Custos	-	-	-	(12.728)	(48.124)	(12.772)	(60.853)
				<u>292.573</u>	<u>3.379.788</u>	<u>260.127</u>	<u>3.658.521</u>

(ii) Em moeda estrangeira

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2018		31/12/2017	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDDES	US\$	2025	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	1.711	19.699	1.297	18.226
BNDDES	US\$	2025	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	10.070	115.943	7.638	107.267
Nippon Usiminas	US\$	2025	Libor + 2,83% a.a.	14.113	164.448	10.583	152.091
JBIC	US\$	2025	Libor + 2,55% a.a.	37.537	439.680	28.135	406.637
JBIC	US\$	2025	Libor + 2,885% a.a.	37.779	439.672	28.347	406.637
Comissões e outros custos	-	-	-	(1.657)	(6.293)	(1.659)	(7.949)
				<u>99.553</u>	<u>1.173.149</u>	<u>74.341</u>	<u>1.082.909</u>
Em moeda nacional				<u>292.573</u>	<u>3.379.788</u>	<u>260.127</u>	<u>3.658.521</u>
				<u>392.126</u>	<u>4.552.937</u>	<u>334.468</u>	<u>4.741.430</u>

(b) Consolidado

(i) Em moeda nacional

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2018		31/12/2017	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	R\$	2025	TJLP + 3,48%, 3,88% e 4,88% a.a.	26.888	306.493	23.996	332.140
BNDES	R\$	2018	5,50% a.a.	-	-	431	-
BNDES	R\$	2025	TJLP	279	3.242	248	3.512
FINAME	R\$	2019 a 2024	2,5% a 10%a.a.	6.263	18.034	7.431	24.245
Banco do Brasil	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	177.991	2.051.333	157.591	2.222.667
Bradesco	R\$	2025	TR + 9,8% a.a.	8.334	43.418	8.019	49.213
Bradesco	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	39.190	451.095	34.790	488.784
Itaú BBA	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	48.321	556.209	42.898	602.680
Outros	-	-	-	2.708	8.122	269	13.171
Comissões e outros custos	-	-	-	(12.728)	(48.124)	(12.772)	(60.853)
				<u>297.246</u>	<u>3.389.822</u>	<u>262.901</u>	<u>3.675.559</u>

(ii) Em moeda estrangeira

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2018		31/12/2017	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	US\$	2025	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	1.711	19.699	1.297	18.226
BNDES	US\$	2025	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	10.070	115.943	7.638	107.267
Nippon Usiminas	US\$	2025	Libor + 2,83% a.a.	14.113	164.448	10.583	152.090
JBIC	US\$	2025	Libor + 2,55% a.a.	37.537	439.680	28.135	406.637
JBIC	US\$	2025	Libor + 2,885% a.a.	37.779	439.672	28.347	406.637
Eurobonds	US\$	2018	7,25%	-	-	590.704	-
Comissões e outros custos	-	-	-	(1.657)	(6.293)	(1.659)	(7.948)
				<u>99.553</u>	<u>1.173.149</u>	<u>665.045</u>	<u>1.082.909</u>
Em moeda nacional				<u>297.246</u>	<u>3.389.822</u>	<u>262.901</u>	<u>3.675.559</u>
				<u>396.799</u>	<u>4.562.971</u>	<u>927.946</u>	<u>4.758.468</u>

20.2 Escalonamento dos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	66.368	-	70.943
2020	346.521	332.197	350.649	336.104
2021	649.990	624.370	653.137	627.517
2022	939.551	903.198	942.281	905.928
2023	939.853	903.787	939.878	906.446
2024 e 2025	<u>1.677.022</u>	<u>1.911.510</u>	<u>1.677.026</u>	<u>1.911.530</u>
	<u>4.552.937</u>	<u>4.741.430</u>	<u>4.562.971</u>	<u>4.758.468</u>

20.3 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	<u>5.075.898</u>	<u>6.540.287</u>	<u>5.686.414</u>	<u>5.926.573</u>
Encargos provisionados	329.072	538.579	331.627	528.546
Variação monetária	96.115	88.269	96.274	88.518
Variação cambial	185.818	73.640	170.875	26.400
Amortização de encargos	(427.460)	(667.509)	(448.987)	(634.409)
Amortização de principal	(328.812)	(1.511.824)	(890.865)	(263.670)
Diferimento de comissões	<u>14.432</u>	<u>14.456</u>	<u>14.432</u>	<u>14.456</u>
Saldo final	<u>4.945.063</u>	<u>5.075.898</u>	<u>4.959.770</u>	<u>5.686.414</u>

20.4 Condicionantes e cláusulas de renegociação da dívida

(a) Covenants

Em relação aos *covenants* financeiros, a Companhia está obrigada ao cumprimento dos seguintes índices, calculados em uma base individual (Controladora):

(i) Dívida Líquida / EBITDA:

- menor ou igual a 4,5x em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2019;
- menor ou igual a 3,5x em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020;
- menor ou igual a 3,0x em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2021; e
- menor ou igual a 2,5x nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

(ii) EBITDA / Despesas Financeiras:

- mínimo 2,0x em 30 de junho de 2019, 31 de dezembro de 2019 e nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

Em relação aos *covenants* não financeiros estabelecidos nos instrumentos de dívida, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram verificados descumprimentos desses *covenants*.

(b) Cash sweep

Nos instrumentos de renegociação da dívida está previsto o *cash sweep*, que define um valor como limite de caixa da Companhia. Caso haja um montante excedente a esse limite previamente definido, excluídos certos eventos de liquidez, a Companhia deverá distribuí-lo proporcionalmente aos seus credores. Esse montante excedente será utilizado na amortização antecipada dos valores de principal, de juros e demais encargos devidos nos termos dos referidos instrumentos. As medições são realizadas com base nas demonstrações financeiras da Companhia em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou o montante de R\$365.638 como excedente de caixa, que será distribuído proporcionalmente aos credores até 15 de março de 2019. O valor da dívida que será amortizada antecipadamente por esse montante excedente foi reclassificado para o passivo circulante.

21 Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia, não conversíveis em ações e de espécie quirografária, possuem pagamentos anuais que vencem entre 2019 e 2025, além de encargos financeiros de 3% a.a. + 100% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2018, a movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	949.365	997.735
Encargos provisionados e outros	69.686	115.456
Variação monetária	15.827	12.125
Amortização de encargos	(84.517)	(129.841)
Amortização de principal	(60.341)	(46.110)
Saldo final (i)	890.020	949.365
Passivo circulante	70.237	62.031
Passivo não circulante	819.783	887.334

(i) Saldo apresentado líquido, após deduzido o valor de R\$6.467 (31 de dezembro de 2017 – R\$7.816) referente ao diferimento de custos da transação, conforme o Pronunciamento Técnico CPC08 – Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2018, os encargos sobre as debêntures no montante de R\$1.589 estão registrados no passivo circulante (31 de dezembro de 2017 - R\$1.942).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	11.692
2020	61.769	61.692
2021	116.769	116.692
2022	169.269	169.192
2023	169.269	169.192
2024 e 2025	302.707	358.874
	819.783	887.334

22 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ICMS	52.633	42.606	57.499	49.319
IPI	23.664	18.369	27.127	21.168
IRRF	20.044	6.793	21.787	8.353
ISS	1.612	1.046	4.050	3.321
PIS e COFINS	1.965	1.998	3.395	4.231
Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM)	-	-	5.869	4.701
Outros	1.233	1.781	3.186	3.996
	<u>101.151</u>	<u>72.593</u>	<u>122.913</u>	<u>95.089</u>

23 Tributos parcelados

A composição dos tributos parcelados pode ser apresentada como segue:

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	7.265	(7.265)	-	7.265	(7.265)	-
IPI	104.257	(100.079)	4.178	107.705	(100.079)	7.626
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)	-	16	(16)	-
	<u>201.070</u>	<u>(196.892)</u>	<u>4.178</u>	<u>204.518</u>	<u>(196.892)</u>	<u>7.626</u>

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	7.265	(7.265)	-	7.265	(7.265)	-
IPI	104.257	(100.079)	4.178	107.705	(100.079)	7.626
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
PERT	2	-	2	12.868	-	12.868
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)	-	16	(16)	-
	<u>201.072</u>	<u>(196.892)</u>	<u>4.180</u>	<u>217.386</u>	<u>(196.892)</u>	<u>20.494</u>

A movimentação do saldo de tributos parcelados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial (i)	204.518	205.237	217.386	215.611
Adições	-	-	3	6.326
Provisão (reversão) de juros	179	421	179	421
Liquidação com a utilização de prejuízos fiscais (ii)	-	-	(12.868)	-
Compensação com precatório – Lei 11.941	(3.627)	-	(3.627)	-
Amortização de principal	(131)	-	(132)	(4.342)
Recuperação de crédito	131	-	131	-
Baixa	-	(1.140)	-	(1.140)
Variação monetária	-	-	-	510
Subtotal	201.070	204.518	201.072	217.386
Saldo compensação depósito judicial	(196.892)	(196.892)	(196.892)	(196.892)
Saldo final (iii)	4.178	7.626	4.180	20.494

(i) Ao total de tributos parcelados apresentado no balanço patrimonial, deve-se diminuir o valor de R\$196.892 (31 de dezembro de 2017 – R\$196.892) na Controladora e no Consolidado, referente a compensação com depósitos judiciais.

(ii) Liquidação com base em adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

(iii) O saldo da Controladora é, substancialmente, composto de IPI. O saldo do Consolidado, além do IPI da Controladora é, substancialmente, composto de débitos previdenciários.

Em 31 de dezembro de 2018, conforme os respectivos prazos de exigibilidade, o saldo dos tributos parcelados está integralmente registrado no passivo circulante.

24 Provisão para demandas judiciais

Controladora					
31/12/2018			31/12/2017		
Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
ICMS	50.581	-	50.581	58.490	-
Trabalhistas	361.516	(123.414)	238.102	294.962	(110.478)
Cíveis	62.009	(28.453)	33.556	128.472	(30.660)
	<u>474.106</u>	<u>(151.867)</u>	<u>322.239</u>	<u>481.924</u>	<u>(141.138)</u>
		<u>340.786</u>			
Consolidado					
31/12/2018			31/12/2017		
Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
INSS	54	(54)	-	54	(54)
ICMS	67.269	(1.194)	66.075	86.941	(1.121)
PIS/COFINS	1.927	-	1.927	-	-
Trabalhistas	460.227	(175.995)	284.232	391.641	(145.652)
Cíveis	78.650	(44.453)	34.197	150.562	(33.394)
Outras	27.424	(21.435)	5.989	39.766	(34.234)
	<u>635.551</u>	<u>(243.131)</u>	<u>392.420</u>	<u>668.964</u>	<u>(214.455)</u>
		<u>454.509</u>			

A Companhia possui ainda depósitos judiciais, registrados no ativo não circulante, para os quais não existem provisões relacionadas (Nota 14).

A movimentação das provisões para demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	481.924	422.405	668.964	607.863
Adições	223.764	139.202	235.244	202.058
Juros/atualizações	98.082	88.258	109.787	98.241
Amortizações/baixas	(219.134)	(107.837)	(254.668)	(150.132)
Reversões de principal	(68.236)	(46.500)	(84.426)	(83.228)
Reversões de juros	(42.294)	(13.604)	(43.438)	(15.323)
Transferências entre passivos	-	-	4.088	9.485
Saldo final	<u>474.106</u>	<u>481.924</u>	<u>635.551</u>	<u>668.964</u>

(a) Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos. As causas mais relevantes em 31 de dezembro de 2018 estão descritas a seguir:

(i) Provisões da Controladora

Descrição	Posição	31/12/2018	31/12/2017
		Saldo	Saldo
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	50.502	48.228
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	296.218	229.020
Ação pleiteando indenização por danos materiais (pensão, gastos médicos fixos etc.) e danos morais por exposição ao gás benzeno durante o horário de trabalho.	Aguardando julgamento.	12.368	27.458
Divergências em relação ao preço pago pelas ações quando da aquisição de empresa incorporada na Soluções Usiminas.	Aguardando o prosseguimento do feito.	14.467	67.071
Ações anulatórias de decisões administrativas do CADE (Usiminas e antiga Cosipa).	Em trâmite perante o Tribunal Regional Federal 1ª Região.	11.668	11.343
Ação anulatória ajuizada para discussão de autos de infração lavrados pelo estado do Rio Grande do sul para exigência de ICMS supostamente devido pela Usiminas.	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	43.884	51.925
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	23.506	22.601
Outras ações de natureza trabalhista.	-	14.796	17.714
Outras ações de natureza tributária.	-	6.697	6.564
		<u>474.106</u>	<u>481.924</u>

(ii) **Provisões da controlada Soluções Usiminas**

		31/12/2018	31/12/2017
Descrição	Posição	Saldo	Saldo
Auto de Infração exigindo ICMS/RS em razão de suposta irregularidade na tomada de créditos presumidos.	Aguardo prosseguimento do feito em segunda instância judicial.	16.688	28.450
Ações trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	61.399	57.539
Outras ações de natureza cível.	-	8.693	16.821
Outras ações de natureza tributária.	-	10.453	10.483
		<u>97.233</u>	<u>113.293</u>
		31/12/2018	31/12/2017
Provisões da Controladora		474.106	481.924
Provisões da Soluções Usiminas		97.233	113.293
Provisões das demais empresas		<u>64.212</u>	<u>73.747</u>
Total do Consolidado		<u>635.551</u>	<u>668.964</u>

(b) Contingências possíveis

Adicionalmente, a Controladora, e algumas de suas controladas figuram como parte em processos não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

(i) Contingências da Controladora

Descrição	Posição	31/12/2018	31/12/2017
		Saldo	Saldo
Ação contestando a não homologação da compensação de débitos de tributos federais com créditos de IRPJ apurados após revisão do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	93.680	91.660
Execuções fiscais pleiteando o estorno de créditos de ICMS/SP em razão de divergência entre o Fisco e a Usiminas referente à classificação de materiais.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	41.698	40.952
Autuação fiscal referente à cobrança do ICMS/SP incidente sobre mercadorias cuja internação na Zona Franca de Manaus não foi devidamente comprovada.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial e administrativa.	41.573	41.712
Execuções fiscais visando ao estorno de créditos de ICMS/SP de materiais considerados como de uso e consumo (refratários e outros).	Diversos autos, ações declaratórias e execuções fiscais, suspensos ou aguardando decisão dos tribunais superiores.	1.216.891	1.180.292
Execução fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS/SP aproveitados pela Usiminas quando da contratação de serviços de transporte.	Aguardando julgamento na primeira instância judicial.	53.109	51.696
Ação contestando o indeferimento da desistência ao parcelamento do IRPJ da Lei nº 11.941/09.	Aguardando julgamento na segunda instância judicial.	96.741	93.516
Autuação fiscal visando à cobrança de ICMS/SP sobre operações de exportação, sob a alegação de que as empresas destinatárias não constavam como habilitadas na SECEX.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	40.305	39.572
Execuções fiscais visando à cobrança de ICMS/SP incidente sobre mercadorias remetidas ao exterior, sem a efetiva comprovação da exportação.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	625.856	609.031
Pedido de compensação de débitos de IPI e de PIS e COFINS com crédito proveniente de pagamento indevido de CSL, não homologado.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	48.340	46.740
Arbitramento do adicional à contribuição previdenciária relativa ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	50.016	48.989
Taxa de Ocupação incidente sobre os terrenos de marinha, cuja inscrição de ocupação perante a Secretaria do Patrimônio da União encontra-se relacionada ao RIP.	Aguardando julgamento pelos tribunais superiores.	-	34.651
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS em virtude de aproveitamento indevido de créditos pela aquisição de uso e consumo utilizado na exportação de mercadorias.	Aguardando decisão na esfera administrativa e primeira instância judicial.	306.624	285.111

Descrição	Posição	31/12/2018	31/12/2017
		Saldo	Saldo
Ação anulatória ajuizada para discussão dos autos de infração lavrados para exigir estorno de créditos presumidos que teriam sido tomados quando a Usiminas estava supostamente em situação fiscal irregular – ICMS/RS.	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	105.427	91.419
Autuação fiscal visando a cobrança de IRPJ e CSLL referentes aos lucros auferidos no exterior.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	115.433	133.251
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente a suspensão do imposto nas remessas de combustíveis para à Usina Termoelétrica (industrialização por transformação).	Encerrada esfera administrativa e iniciada discussão judicial	60.187	57.710
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente aproveitamento de créditos pela aquisição de mercadorias de uso e consumo.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	32.226	31.233
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	372.344	146.232
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	276.608	188.148
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Companhia ao pagamento de multas por violação da ordem econômica.	Recurso especial não admitido.	57.414	56.315
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Cosipa (atualmente, planta da Usiminas de Cubatão) ao pagamento de multas por violação da ordem econômica.	Recurso especial não admitido.	51.847	50.854
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente ao não recolhimento da antecipação do imposto, devido na entrada de mercadorias oriundas de outras Unidades da Federação (diferencial de alíquotas).	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	86.925	-
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	170.979	156.411
Outras ações de natureza trabalhista.	-	43.048	35.825
Outras ações de natureza tributária.	-	686.868	397.650
		<u>4.674.140</u>	<u>3.908.970</u>

(ii) **Contingências da Usiminas Mecânica**

Descrição	Posição	31/12/2018	31/12/2017
		Saldo	Saldo
Ação pleiteando ressarcimento de gastos diretos e indiretos apurados nas etapas de fabricação e fornecimento por motivo de desacordo entre a Usiminas Mecânica e o cliente.	Aguardando julgamento.	661.686	614.087
Ação Civil Pública relativa a construção de ponte, pleiteando o ressarcimento ao cliente de valores acrescidos por meio de aditamento ao contrato da empreitada.	Aguardando julgamento.	557.636	490.613
Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público contra a Usiminas Mecânica, pleiteando o ressarcimento dos supostos danos causado ao cliente em razão de valores com gastos indevidos na construção de ponte.	Aguardando decisão sobre pedido de nulidade de perícia.	115.264	101.530
ICMS/SP exigido pelo Governo do Estado em razão de infrações diversas relacionadas à emissão e escrituração de notas fiscais emitidas para industrialização.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	13.240	12.778
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	96.629	95.047
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	37.022	16.584
Outras ações de natureza tributária.	-	25.981	47.323
		<u>1.507.458</u>	<u>1.377.962</u>

(iii) Contingências da Soluções Usiminas

		31/12/2018	31/12/2017
Descrição	Posição	Saldo	Saldo
Diversos autos de infração decorrentes de não homologação da compensação de PIS com outros tributos como: COFINS, FINSOCIAL, ICMS e INCRA.	Autuação foi impugnada.	16.943	26.280
Processos trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	100.966	102.774
Outras ações de natureza tributária.	-	76.373	73.445
Outras ações de natureza cível.	-	14.056	12.371
		208.338	214.870

(iv) Contingências da Mineração Usiminas

		31/12/2018	31/12/2017
Descrição	Posição	Saldo	Saldo
Procedimento arbitral, por meio da qual a Requerente pretende o reembolso dos prejuízos e custos adicionais alegadamente suportados durante a execução das obras de construção da Nova ITM Friável - Flotação no Município de Itatiaiuçu-MG.	Perícia realizada e manifestação das partes sobre laudos.	11.269	9.975
Pleito reconvenicional apresentado em arbitragem iniciada pela MUSA.	Sentença proferida em Novembro 2018 – processo encerrado sem pagamento de valores de parte a parte.	-	1.096.398
Autuação fiscal visando a cobrança de PIS e COFINS referentes ao aproveitamento de créditos de serviços relacionados à atividade da pessoa jurídica.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	36.081	-
Outras ações de natureza cível.	-	17.916	15.614
Outras ações de natureza trabalhista.	-	10.069	16.441
Outras ações de natureza tributária.	-	12.045	2.030
		87.380	1.140.458
		31/12/2018	31/12/2017
Contingências da Controladora		4.674.140	3.908.970
Contingências da Usiminas Mecânica		1.507.458	1.377.962
Contingências da Soluções Usiminas		208.338	214.870
Contingências da Mineração Usiminas		87.380	1.140.458
Contingências das demais empresas		23.117	24.299
Total do Consolidado		6.500.433	6.666.559

(c) Contingências ativas

A seguir estão apresentados os principais processos nos quais a Companhia figura como parte ativa em 31 de dezembro de 2018:

(i) Empréstimo compulsório - Eletrobrás

A Companhia figura como parte ativa no processo visando receber o valor integral recolhido pela Usiminas, nas suas filiais de Cubatão e Ipatinga, à Eletrobrás, a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.

O processo referente à filial de Cubatão teve a sua ação declaratória transitada em julgado. Em junho de 2016, a Companhia requereu a liquidação por arbitramento, com a imediata nomeação de perito judicial. Em 31 de dezembro de 2018, o valor desta ação totalizava R\$833.915 (31 de dezembro de 2017 - R\$797.430).

O processo referente à filial de Ipatinga, no qual a Companhia pleiteia o montante de R\$1.387.296 (31 de dezembro de 2017 - R\$1.326.601), teve sua ação declaratória transitada em julgado. Em 19 de dezembro de 2018, a 2ª Vara Federal do Distrito Federal emitiu despacho reconhecendo o montante de R\$676.023 como incontroverso para cumprimento de sentença, tendo em vista que a própria Eletrobrás requereu expressamente a homologação deste montante, atualizado monetariamente até 1º de julho de 2016. Desta forma, a Companhia registrou esse valor em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, na rubrica “Valores a receber - Eletrobrás”, no ativo não circulante, em contrapartida das rubricas “Outras receitas operacionais” e “Resultado financeiro”, nos montantes de R\$186.010 e R\$490.013, respectivamente. A Companhia seguirá com os trâmites judiciais necessários para o recebimento do montante incontroverso, bem como da sua atualização monetária até a data do seu efetivo recebimento. Adicionalmente, a Companhia continuará pleiteando judicialmente o valor não reconhecido, o qual entende ser devido pela Eletrobrás.

(ii) PIS e COFINS - Importação

A Companhia também figurou no polo ativo do processo que discutiu a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS e das próprias contribuições nas bases de cálculo do PIS e da COFINS Importação. A sentença, transitada em julgado em agosto de 2015, reconheceu o direito à compensação dos valores efetivamente recolhidos a maior. A Companhia habilitou créditos junto à Delegacia da Receita Federal, dos quais R\$738.405 foram compensados até 31 de dezembro de 2017. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou compensações no valor de R\$55.699.

(iii) ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em maio de 2018, transitou em julgado o Mandado de Segurança impetrado em 2010 pela Companhia, sua controlada Usiminas Mecânica S.A. e sua controlada em conjunto Unigal Ltda., que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Com esta decisão favorável, referente ao período de junho de 2005 a dezembro de 2014, a Companhia apurou, juntamente com os seus consultores externos, os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos, em especial a Solução de Consulta Interna no. 13 - COSIT da Receita Federal do Brasil, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como às perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher. Desta forma, na Controladora, foi registrado o montante de R\$789.160 em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, na rubrica “Impostos a recuperar”, sendo R\$364.815 no ativo circulante e R\$424.345 no ativo não circulante, em contrapartida das rubricas “Outras receitas operacionais” e “Resultado financeiro”, nos montantes de R\$410.932 e R\$378.228, respectivamente. No Consolidado, no mesmo período, foi registrado o montante de R\$803.249 na rubrica “Impostos a recuperar”, sendo R\$378.904 no ativo circulante e R\$424.345 no ativo não circulante, em contrapartida das rubricas “Outras receitas operacionais” e “Resultado financeiro”, nos montantes de R\$418.744 e R\$384.505, respectivamente.

25 Provisão para recuperação ambiental

A controlada Mineração Usiminas S.A. possui provisão para recuperação ambiental de áreas em exploração cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$203.707 (31 de dezembro de 2017 – R\$158.333).

Os gastos com a recuperação ambiental foram registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida da provisão que suportará tais gastos, e levam em conta as estimativas da Administração da Companhia. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados.

26 Obrigações de benefícios de aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:				
Benefícios de planos de aposentadoria	546.681	648.860	546.681	648.860
Benefícios de saúde pós-emprego	<u>487.159</u>	<u>401.464</u>	<u>487.547</u>	<u>401.464</u>
	<u>1.033.840</u>	<u>1.050.324</u>	<u>1.034.228</u>	<u>1.050.324</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas (despesas) reconhecidas na demonstração do resultado com (Nota 32 (b))				
Benefícios de planos de aposentadoria	(53.957)	7.771	(53.957)	7.771
Benefícios de saúde pós-emprego	<u>(37.960)</u>	<u>(36.273)</u>	<u>(37.960)</u>	<u>(36.867)</u>
	<u>(91.917)</u>	<u>(28.502)</u>	<u>(91.917)</u>	<u>(29.096)</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes	(309.014)	(45.117)	(309.031)	(44.365)
Redução (aumento) no ativo (<i>asset ceiling</i>) nos outros resultados abrangentes - parágrafo 58 CPC 33 e IAS 19	<u>249.865</u>	<u>104.809</u>	<u>249.865</u>	<u>104.809</u>
Ganhos (perdas) atuariais acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes (i)	<u>(59.149)</u>	<u>59.692</u>	<u>(59.166)</u>	<u>60.444</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2018, o total da Controladora inclui o valor de R\$137 (31 de dezembro de 2017 – R\$2.708) e do consolidado inclui o valor de R\$17 (31 de dezembro de 2017 – R\$752) referente aos ganhos (perdas) atuariais de empresas controladas e controladas em conjunto, registradas pelo método de equivalência patrimonial.

26.1 Planos de suplementação de aposentadoria

A Companhia instituiu, em agosto de 1972, a Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA).

Em 29 de março de 2012, a PREVIC, aprovou a incorporação da Fundação Cosipa de Seguridade Social (FEMCO), instituída em agosto de 1975, pela Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA), ambas entidades fechadas de previdência complementar sem fins lucrativos. Com essa aprovação, a Administradora dos planos previdenciários das Empresas Usiminas passou a se chamar Previdência Usiminas.

A Previdência Usiminas, em consonância com a legislação aplicável, tem como finalidade principal a administração e a execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Planos Administrados pela Previdência Usiminas

As reservas técnicas dos planos de benefícios administrados pela Previdência Usiminas são calculadas por atuário independente contratado pela Companhia e representam a obrigação assumida de benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários.

(i) Plano de Benefícios 1 (PB1)

É um plano de benefício definido e se encontra fechado para novas adesões desde novembro de 1996.

Oferece os seguintes benefícios convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial, pensão por morte. Além disso, os participantes deste plano têm direito a suplementação de auxílio-doença, auxílio-reclusão e auxílio-funeral. Contam também, com os institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

(ii) Plano de Benefícios 2 (USIPREV)

Trata-se de um plano de benefícios de Contribuição Variável (CV), ativo em funcionamento desde agosto de 1998, oferecido aos colaboradores das empresas patrocinadoras. Atualmente é o único Plano aberto a novas adesões das Empresas Usiminas.

Durante a fase de acumulação o participante do USIPREV define sua contribuição mensal para a constituição da sua reserva de poupança. No momento da concessão do benefício, o participante pode optar em receber seu benefício em uma renda mensal entre 0,5% a 1,5% do seu Saldo de Conta, ou em uma renda mensal por prazo determinado, entre 60 e 360 meses. O “Participante Fundador” - inscrito no plano até 13 de abril de 2011, também poderá optar por converter seu saldo de conta em uma renda mensal vitalícia. Neste caso, durante a fase de recebimento do benefício, o USIPREV terá características de um plano da modalidade Benefício Definido (BD).

Os benefícios assegurados por este plano abrangem: aposentadoria programada, benefícios decorrentes da opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefícios gerados por recursos portados, aposentadoria por invalidez; auxílio doença e pensão por morte - antes e após aposentadoria. São ainda assegurados os Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

(iii) Plano de Benefício Definido (PBD)

É um plano de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões desde dezembro de 2000.

Oferece os seguintes tipos de benefício convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial e pensão por morte. Oferece também, auxílio doença, auxílio reclusão e auxílios natalidade e funeral.

Além disso, os participantes deste plano têm direito aos Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

(iv) COSIPREV

Trata-se de um plano de contribuição definida fechado para novas adesões desde 30 de abril de 2009.

Os benefícios de aposentadoria oferecidos são: aposentadoria programada, pecúlio por invalidez total e permanente, pecúlio por morte e auxílio doença.

Além disso, os participantes desse plano têm direito aos Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

26.2 Dívidas contratadas – requisitos de fundamentos mínimos

A Companhia possui dívidas contratadas que representam requisitos de fundamentos mínimos para pagamento de contribuições com o objetivo de cobrir a defasagem existente em relação aos serviços já recebidos.

Em razão de algum eventual superávit não ser recuperável, as dívidas contratadas são reconhecidas como um passivo adicional na apuração do passivo atuarial líquido.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor das referidas dívidas da Companhia com os planos PB1 e PBD junto à Previdência Usiminas era de R\$517.378 (31 de dezembro de 2017- R\$654.370).

A seguir estão descritas as características gerais das dívidas que foram consideradas nos cálculos atuariais.

A Companhia, bem como as demais patrocinadoras do plano PB1, vem efetuando mensalmente as contribuições normais e as extraordinárias, necessárias para cobertura da insuficiência de reserva apurada em dezembro de 1994. Essa insuficiência de reserva está sendo amortizada pelas patrocinadoras no prazo de 19 anos, desde 2002, incorrendo em taxa de juros de 6% a.a. e atualização mensal pelo IGP-M.

O saldo devedor da dívida do plano PBD é estabelecido no encerramento de cada exercício, com base em reavaliação atuarial direta das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder. No decorrer do exercício subsequente, conforme definido na sistemática de reavaliação atuarial, o valor da dívida é ajustado pelo *superávit* ou *déficit* mensal apurado no plano PBD e pelo pagamento das parcelas a vencer no período. O saldo devedor dessa dívida deverá ser amortizado em 150 parcelas, que correspondem ao valor das prestações mensais calculadas com base na “Tabela Price”, com juros equivalentes a 6% (seis por cento) ao ano e atualização mensal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A dívida do plano PBD está garantida por bens patrimoniais da Companhia, cujo valor de mercado é de aproximadamente R\$146.058 em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

26.3 Cálculo atuarial dos planos de aposentadoria

Os valores apurados, conforme laudo atuarial, e reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2018				
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(3.957.061)	(1.724.394)	(1.056.430)	(2.431)	(6.740.316)
Valor justo dos ativos	4.991.783	1.574.446	1.102.517	28.320	7.697.066
	<u>1.034.722</u>	<u>(149.948)</u>	<u>46.087</u>	<u>25.889</u>	<u>956.750</u>
Ativo de benefício (<i>asset ceiling</i>)	(1.034.722)	-	(42.585)	(25.324)	(1.102.631)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	<u>(400.800)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(400.800)</u>
	<u>(400.800)</u>	<u>(149.948)</u>	<u>3.502</u>	<u>565</u>	<u>(546.681)</u>

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2017				
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(3.724.118)	(1.581.302)	(917.162)	(3.370)	(6.225.952)
Valor justo dos ativos	4.729.071	1.481.199	1.050.667	29.829	7.290.766
	<u>1.004.953</u>	<u>(100.103)</u>	<u>133.505</u>	<u>26.459</u>	<u>1.064.814</u>
Ativo de benefício (<i>asset ceiling</i>)	(1.004.953)	-	(128.769)	(25.685)	(1.159.407)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	<u>(520.295)</u>	<u>(33.972)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(554.267)</u>
	<u>(520.295)</u>	<u>(134.075)</u>	<u>4.736</u>	<u>774</u>	<u>(648.860)</u>

As patrocinadoras do USIPREV são solidárias entre si no que concerne às obrigações relativas à cobertura de benefícios de risco oferecidos pela Previdência Usiminas aos participantes e respectivos beneficiários deste Plano.

Os planos USIPREV e COSIPREV possuem um Fundo Previdencial, formado por recursos dos saldos de conta de patrocinadoras não utilizados na concessão dos benefícios. Esse Fundo, com base nos regulamentos dos planos, poderá ser utilizado no futuro como fonte de custeio desses planos. Em 31 de dezembro de 2018, a parcela do Fundo Previdencial atribuído às Empresas Usiminas é de R\$59.941 (31 de dezembro de 2017 – R\$75.041).

A movimentação na obrigação de benefício definido nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(6.225.952)	(6.702.706)
Saldo de conta apurado em ano anterior	-	802.111
Custo do serviço corrente	(591)	(708)
Custo dos juros	(587.060)	(601.973)
Benefícios pagos	540.953	571.308
Ganhos (perdas) atuariais	(467.666)	(293.984)
	<u>(6.740.316)</u>	<u>(6.225.952)</u>

A movimentação no valor justo dos ativos do plano nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	7.290.766	7.493.938
Saldo de conta apurado em ano anterior	-	(802.111)
Retorno esperado dos ativos	760.665	951.138
Contribuições reais durante o ano	186.588	219.109
Benefícios pagos	(540.953)	(571.308)
Saldo final	<u>7.697.066</u>	<u>7.290.766</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Custo do serviço corrente	(591)	(708)
Custo dos juros	(755.404)	(690.299)
Retorno esperado dos ativos	702.038	698.778
	<u>(53.957)</u>	<u>7.771</u>

Os encargos demonstrados foram reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” e no “Resultado financeiro”, na demonstração do resultado.

As contribuições esperadas dos planos de benefício pós-emprego para o exercício de 2019 totalizam R\$211.920.

Premissas Atuariais

	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de desconto	(i)	(ii)
Taxa de inflação	4,30%	4,30%
Retorno esperado sobre os ativos – PB1 e PBD	9,31%	9,83%
Retorno esperado sobre os ativos – USIPREV e COSIPREV	9,41% e 8,99%	9,83% e 8,89%
Crescimentos salariais futuros	1,6% a 3,04%	1,66% a 3,04%
Crescimento dos benefícios da Previdência Social	4,30%	4,30%

(i) Em 31 de dezembro de 2018, a taxa de desconto real apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 4,8%; PBD, 4,8%; USIPREV, 4,90%; e COSIPREV, 4,50%.

(ii) Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de desconto real apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 5,30%; PBD, 5,30%; USIPREV, 5,40%; e COSIPREV, 4,40%.

As premissas referentes à mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com estatísticas publicadas e sua experiência, conforme Nota 26.5.

26.4 Ajustes de experiências

Os efeitos dos ajustes de experiências apurados no período são apresentados como segue:

	31/12/2018					
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(3.957.061)	(1.724.394)	(1.056.430)	(2.431)	(6.740.316)	(487.159)
Valor justo dos ativos do plano	4.991.783	1.574.446	1.102.517	28.320	7.697.066	-
(Déficit) excedente no plano	1.034.722	(149.948)	46.087	25.889	956.750	(487.159)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(16.196)	16.609	(53.972)	613	(52.946)	(6.610)
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	(39.891)	89.857	7.674	977	58.617	-
						58.617

	31/12/2017					
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(3.724.118)	(1.581.302)	(917.162)	(3.370)	(6.225.952)	(401.464)
Valor justo dos ativos do plano	4.729.071	1.481.199	1.050.667	29.829	7.290.766	-
(Déficit) excedente no plano	1.004.953	(100.103)	133.505	26.459	1.064.814	(401.464)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	77.495	20.057	6.201	587	104.340	45.622
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	206.050	19.648	27.580	(916)	252.362	-
						252.362

26.5 Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2018			
Hipóteses atuariais significativas	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV
Valor presente da obrigação	(3.957.061)	(1.724.394)	(1.056.430)	(2.431)
Taxa de desconto aplicada aos passivos do plano	9,31%	9,31%	9,41%	8,99%
Tábua de Mortalidade aplicada aos planos	AT-2000, suavizada em 10%	AT-2000, suavizada em 10%	AT-2000, suavizada em 50% (M) e 40% (F)	AT-2000, suavizada em 30%
Tábua de Mortalidade de inválidos	AT-83 M	AT-49 M	AT-83	AT-49 M
<u>Análise de sensibilidade sobre a taxa de desconto dos passivos do plano</u>				
1% de aumento sobre a taxa real	(373.758)	(166.403)	(116.343)	(86)
1% de redução sobre a taxa real	319.309	141.774	95.607	80
<u>Análise de sensibilidade sobre a Tábua de Mortalidade</u>				
Desagravada em 10%	111.019	44.630	(9.050)	37

Os resultados apresentados na análise de sensibilidade das obrigações atuariais foram preparados considerando apenas a variação sobre a taxa de desconto e sobre a tábua de mortalidade aplicada aos passivos dos planos.

26.6 Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

(a) COSaúde

O Plano Cosaúde foi criado com o objetivo de proporcionar aos seus participantes a cobertura de despesas médico-hospitalares. Os recursos financeiros do Plano, que foi

fechado para novas adesões em março de 2010, são constituídos por meio de contribuições mensais dos usuários.

O Plano possui o Fundo de Saúde – COSaúde, destinado a administrar as despesas que são custeadas pelos usuários. Essas despesas referem-se a internações hospitalares, clínicas e/ou cirúrgicas, além de outros procedimentos ambulatoriais de alto custo previstos no regulamento do Plano. O Fundo de Saúde – COSaúde é um plano de saúde não regulamentado e está registrado na ANS como custo operacional. A sua gestão é realizada integralmente por empresa operadora de planos de saúde, portanto sem a participação da Companhia.

Adicionalmente, para os procedimentos não cobertos pelo Cosaúde, há um subsídio concedido pela Companhia aos participantes que se aposentaram até 2002, bem como aos seus respectivos pensionistas e dependentes. Esse benefício, que é de 20% a 40% do custo médico, varia de acordo com o somatório do benefício do INSS mais o benefício da Previdência Usiminas.

(b) Saúde Usiminas

A Usiminas instituiu em 2010 o Plano Saúde Usiminas. Um Plano aberto a novas adesões e abrangente a todos os empregados e aposentados. As principais características do Saúde Usiminas são:

- (i) Plano regulamentado pela Lei nº 9.656/98 com coberturas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares, de acordo com o rol de coberturas estabelecido pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- (ii) Plano contratado junto a operadora de Planos de Saúde Fundação São Francisco Xavier, na modalidade de pré-pagamento;
- (iii) Precificado por faixa etária, subsidiado pela Companhia em 60, 70 ou 80% do valor da mensalidade, de acordo com a faixa salarial do empregado;
- (iv) Os desligados, por demissão ou aposentadoria, podem permanecer no Plano, de acordo com o disposto nos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98, desde que assumam integralmente os valores das mensalidades.

Além das características apresentadas, o Plano Saúde Usiminas possui relevante premissa atuarial relacionada ao aumento de longo prazo nos custos dos serviços médicos, que totalizou 7,69% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 11,08% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial, conforme laudo atuarial, foram determinados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(401.464)	(345.495)	(401.464)	(349.803)
Custo do serviço corrente	1.216	(11)	1.216	(11)
Custo dos juros	(39.176)	(36.274)	(39.176)	(36.868)
Benefícios pagos	11.223	11.149	11.223	11.149
Ganhos (perdas) atuariais	(58.958)	(30.833)	(59.346)	(25.931)
Saldo final	<u>(487.159)</u>	<u>(401.464)</u>	<u>(487.547)</u>	<u>(401.464)</u>

26.7 Ativos dos planos de aposentadoria

Os ativos dos planos de aposentadoria são compostos como segue:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%
Ações da Companhia	390.216	5	369.409	5
Títulos do Governo Federal	4.523.932	60	3.651.891	50
Renda fixa	2.100.621	27	2.618.965	36
Investimentos imobiliários	266.777	3	274.529	4
Outros	415.520	5	375.972	5
	<u>7.697.066</u>	<u>100</u>	<u>7.290.766</u>	<u>100</u>

Os ativos do plano de aposentadoria incluem 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R\$390.216 (31 de dezembro de 2017 – 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R\$369.409).

O retorno esperado sobre os ativos dos planos corresponde à taxa de desconto definida com base nos títulos do governo federal de longo prazo que são relacionados à inflação, alinhados com o prazo médio ponderado pelo fluxo futuro de pagamentos de benefícios ora avaliados.

27 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia, que totaliza R\$13.200.295, é composto por 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.749.823 ações preferenciais classe A e 68.601 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais Classe A</u>	<u>Preferenciais Classe B</u>	<u>Total</u>
Total de ações em 31 de dezembro de 2018	<u>705.260.684</u>	<u>547.749.823</u>	<u>68.601</u>	<u>1.253.079.108</u>
Total de ações em tesouraria	<u>(2.526.656)</u>	<u>(21.250.817)</u>	<u>-</u>	<u>(23.777.473)</u>
Total de ações ex-tesouraria	<u>702.734.028</u>	<u>526.499.006</u>	<u>68.601</u>	<u>1.229.301.635</u>

Conforme Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social no montante correspondente de até 11.396.392 em ações preferenciais de classe já existente.

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral e as ações preferenciais não têm direito a voto, mas (i) receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (ii) têm o direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, de quaisquer bonificações votadas em Assembleia Geral; (iii) têm a prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (iv) adquirirão direito a voto nas assembleias se a Companhia deixar de pagar dividendos preferenciais durante três exercícios consecutivos.

As ações preferenciais não podem ser convertidas em ordinárias.

Os titulares de ações preferenciais Classe B gozarão de prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia. Os titulares de ações preferenciais Classe A gozarão da mesma prioridade, porém, somente após o atendimento da prioridade conferida às ações preferenciais Classe B. As ações preferenciais Classe B poderão, a qualquer tempo e a exclusivo critério do acionista, ser convertidas em ações preferenciais Classe A.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos da lei societária.

(b) Reservas

Em 31 de dezembro de 2018, as reservas são assim compostas:

- Valor excedente na subscrição de ações – constituída no processo de incorporação, em conformidade com o art. 14, parágrafo único da Lei nº 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros, resgate, reembolso ou compra de ações, resgate de partes beneficiárias, incorporação ao capital social e pagamento de dividendos a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada (art. 200 da Lei nº 6.404/76).
- Ações em tesouraria – em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui 2.526.656 ações ordinárias e 21.250.817 ações preferenciais Classe A, em tesouraria (em 31 de dezembro de 2017 – 2.526.656 ações ordinárias e 22.366.733 ações preferenciais Classe A).
- Reserva especial de ágio – refere-se ao reconhecimento do benefício fiscal da incorporação reversa efetuada pela controlada Mineração Usiminas. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros.
- Opções outorgadas reconhecidas - refere-se ao reconhecimento das ações outorgadas conforme Plano de Opção de Compra de Ações (Nota 38).
- Reserva legal – constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

- Reserva para investimentos e capital de giro – a sua constituição não poderá ultrapassar o limite de 95% do capital social e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, resgates, reembolso ou compra de ações ou ainda capitalizado.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:

- Resultado de transação de capital: corresponde ao resultado de alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o saldo credor de R\$845.238, refere-se, substancialmente, a operação de reestruturação societária da Mineração Usiminas.
- Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 e IAS 19 (Nota 26). Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor dessa conta totaliza R\$965.630(31 de dezembro de 2017 – R\$906.481).
- Correção monetária do ativo imobilizado: corresponde a aplicação do IAS 29. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo credor dessa conta totaliza R\$110.062 (31 de dezembro de 2017 – R\$121.788).

(d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio propostos, relativos ao resultado do exercício de 2018, podem ser demonstrados conforme a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	726.658	233.015
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(36.333)</u>	<u>(11.651)</u>
Base de cálculo dos dividendos e juros sobre capital próprio	<u>690.325</u>	<u>221.364</u>
Dividendos mínimos e juros sobre capital próprio propostos (25%), líquidos de IRRF	<u>172.581</u>	<u>55.341</u>
Dividendos propostos	80.294	55.341
Juros sobre capital próprio propostos	92.287	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	11.455	-
Total	<u>184.036</u>	<u>55.341</u>
Valor por ação ON (i)	R\$0,143559	R\$0,043211
Valor por ação PN (i)	R\$0,157914	R\$0,047532

(i) Em 31 de dezembro de 2018, calculado com base no montante bruto de R\$184.036.

De acordo com a Deliberação CVM 683/12, os juros sobre capital próprio foram imputados ao montante dos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido, deduzidos do imposto de renda na fonte correspondente.

A movimentação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Dividendos a pagar no início do exercício	55.479	139	75.644	22.001
Pagamento de impostos e dos juros sobre capital próprio	(55.255)	(1)	(125.469)	(25.505)
Juros sobre capital próprio e dividendos propostos	172.581	55.341	252.677	79.148
Dividendos prescritos	(43)	-	(43)	-
Total dos dividendos líquidos a pagar no fim do exercício	<u>172.762</u>	<u>55.479</u>	<u>202.809</u>	<u>75.644</u>

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos prescrevem em favor da Companhia.

28 Informações por segmento de negócios

As Empresas Usiminas possuem quatro segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Estes segmentos são determinados com base em empresas jurídicas distintas e não existem segmentos diferentes dentro de uma mesma empresa.

O resumo a seguir descreve as principais operações de cada um dos segmentos reportáveis das Empresas Usiminas:

Segmentos reportáveis	Operações
Mineração e logística	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de pellet feed, sinter feed e granulados. Armazenamento, movimentação, transporte de cargas e operação de terminais de cargas rodoviários e ferroviários. As vendas de minério de ferro são destinadas principalmente para o segmento Siderurgia.
Siderurgia	Fabricação e venda de produtos siderúrgicos. Parte das vendas é destinada para os segmentos Transformação do aço e Bens de capital.
Transformação do aço	Transformação e distribuição de produtos siderúrgicos.
Bens de capital	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.

A Administração revisa os relatórios gerenciais internos de cada segmento periodicamente.

Informações sobre lucro (prejuízo) operacional, ativos e passivos por segmento reportável

	31/12/2018						
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita	1.085.047	12.570.368	3.237.873	352.718	17.246.006	(3.509.226)	13.736.780
Custo das vendas	(748.797)	(10.605.498)	(3.044.476)	(349.829)	(14.748.600)	3.226.906	(11.521.694)
Lucro (prejuízo) bruto	336.250	1.964.870	193.397	2.889	2.497.406	(282.320)	2.215.086
(Despesas)/receitas operacionais	3.805	(898.313)	(106.347)	(186.412)	(1.187.267)	114.452	(1.072.815)
Despesas com vendas	(87.787)	(186.890)	(46.251)	(11.667)	(332.595)	(4.809)	(337.404)
Despesas gerais e administrativas	(26.124)	(334.802)	(57.862)	(35.243)	(454.031)	14.009	(440.022)
Outras (despesas) e receitas	55.006	(440.056)	(2.234)	(139.432)	(526.716)	(29.023)	(555.739)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	62.710	63.435	-	(70)	126.075	134.275	260.350
Lucro (prejuízo) operacional	340.055	1.066.557	87.050	(183.523)	1.310.139	(167.868)	1.142.271
Resultado financeiro	23.997	81.926	12.719	5.293	123.935	(30.890)	93.045
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuição social	364.052	1.148.483	99.769	(178.230)	1.434.074	(198.758)	1.235.316
Imposto de renda e contribuição social	(81.466)	(404.120)	(34.978)	15.886	(504.678)	98.057	(406.621)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	282.586	744.363	64.791	(162.344)	929.396	(100.701)	828.695
Atribuível aos							
Acionistas controladores	200.713	744.363	44.627	(162.344)	827.359	(100.701)	726.658
Acionistas não controladores	81.873	-	20.164	-	102.037	-	102.037
Ativos	4.294.012	24.543.528	1.718.978	435.876	30.992.394	(4.468.543)	26.523.851
O total do ativo inclui:							
Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	430.474	23.580	-	2.462	456.516	-	456.516
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	77.133	408.960	93.509	10.586	590.188	(2.721)	587.467
Passivos circulante e não circulante	598.830	10.195.809	609.913	151.121	11.555.673	(729.213)	10.826.460

	31/12/2017						
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita	524.755	9.980.280	2.496.990	287.596	13.289.621	(2.555.503)	10.734.118
Custo das vendas	(342.908)	(8.488.708)	(2.328.070)	(278.202)	(11.437.888)	2.338.864	(9.099.024)
Lucro (prejuízo) bruto	181.847	1.491.572	168.920	9.394	1.851.733	(216.639)	1.635.094
(Despesas)/receitas operacionais	60.430	(497.829)	(99.470)	(62.528)	(599.397)	(151.827)	(751.224)
Despesas com vendas	(31.434)	(155.940)	(46.271)	(12.481)	(246.126)	(4.824)	(250.950)
Despesas gerais e administrativas	(20.015)	(311.420)	(54.017)	(31.975)	(417.427)	13.034	(404.393)
Outras (despesas) e receitas	61.153	(291.463)	818	(18.010)	(247.502)	(3.275)	(250.777)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	50.726	260.994	-	(62)	311.658	(156.762)	154.896
Lucro (prejuízo) operacional	242.277	993.743	69.450	(53.134)	1.252.336	(368.466)	883.870
Resultado financeiro	38.961	(506.463)	3.286	7.550	(456.666)	(6.254)	(462.920)
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuição social	281.238	487.280	72.736	(45.584)	795.670	(374.720)	420.950
Imposto de renda e contribuição social	(51.601)	(99.727)	(22.442)	15.247	(158.523)	52.653	(105.870)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	229.637	387.553	50.294	(30.337)	637.147	(322.067)	315.080
Atribuível aos							
Acionistas controladores	163.225	387.553	34.641	(30.337)	555.082	(322.067)	233.015
Acionistas não controladores	66.412	-	15.653		82.065	-	82.065
Ativos	4.221.699	23.973.135	1.437.086	631.843	30.263.763	(4.279.286)	25.984.477
O total do ativo inclui:							
Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	396.712	40.832	-	2.571	440.115	-	440.115
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	25.889	227.804	50.882	14.826	319.401	(2.868)	316.533
Passivos circulante e não circulante	581.960	10.146.763	350.593	184.596	11.263.912	(451.261)	10.812.651

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes.

O faturamento é pulverizado, e a Companhia e suas controladas não possuem clientes terceiros que representam individualmente mais de 10% do faturamento.

29 Receita

As normas contábeis estabelecem que a Companhia deve divulgar a receita por produto e por área geográfica, a menos que as informações necessárias não estejam disponíveis ou o custo da sua elaboração seja excessivo. A maior parte da receita líquida individual e consolidada é proveniente do mercado interno e a Administração considera que as informações por produto e por área geográfica dentro do Brasil não são relevantes na tomada de decisões e, portanto, não podem ser utilizadas como instrumento de análise sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produto e por área geográfica não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que a própria Administração não faz uso destas informações gerencialmente, a Companhia não está divulgando tais informações nestas demonstrações financeiras.

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Vendas de produtos				
Mercado interno	13.701.027	11.057.570	14.230.571	11.686.230
Mercado externo	<u>1.642.896</u>	<u>1.345.119</u>	<u>2.425.588</u>	<u>1.533.157</u>
	<u>15.343.923</u>	<u>12.402.689</u>	<u>16.656.159</u>	<u>13.219.387</u>
Vendas de serviços				
Mercado interno	18.131	7.936	205.128	191.940
Mercado externo	<u>2.818</u>	<u>451</u>	<u>2.818</u>	<u>451</u>
	<u>20.949</u>	<u>8.387</u>	<u>207.946</u>	<u>192.391</u>
Receita bruta	<u>15.364.872</u>	<u>12.411.076</u>	<u>16.864.105</u>	<u>13.411.778</u>
Deduções da receita	<u>(2.794.793)</u>	<u>(2.433.547)</u>	<u>(3.127.325)</u>	<u>(2.677.660)</u>
Receita líquida	<u>12.570.079</u>	<u>9.977.529</u>	<u>13.736.780</u>	<u>10.734.118</u>

30 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Depreciação, amortização e exaustão	(854.048)	(966.188)	(1.029.535)	(1.171.851)
Despesas e benefícios a empregados	(863.268)	(851.370)	(1.268.092)	(1.215.816)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(8.069.548)	(6.123.905)	(7.808.345)	(5.874.055)
Despesas com manutenções programadas	(111.461)	(104.193)	(108.572)	(106.468)
Frete e seguros	(380.099)	(322.005)	(608.628)	(436.603)
Custo de distribuição	(89.468)	(82.443)	(173.007)	(112.446)
Serviços de terceiros	(900.505)	(745.554)	(1.088.516)	(893.556)
Encargos judiciais	(28.189)	(20.741)	(35.248)	(32.002)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(155.528)	(92.702)	(146.767)	(118.830)
Resultado na venda energia elétrica excedente (i)	9.530	12.339	12.058	14.012
Resultado na venda/baixa de imobilizado, intangível e investimento	2.781	(1.255)	(267)	(1.183)
Créditos fiscais PIS/COFINS importação	36.063	237.492	36.063	237.492
(Perda) Reversão de valor recuperável de ativos (Impairment), líquidos	(529.268)	(73.010)	(472.787)	(74.892)
Acordo Porto Sudeste	-	-	-	205.106
Créditos Eletrobrás	186.010	-	186.010	-
ICMS na base de cálculo PIS e COFINS	410.932	-	418.744	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(34.481)	(16.757)	(41.918)	(24.313)
Outras	(468.373)	(273.496)	(726.052)	(399.739)
	<u>(11.838.920)</u>	<u>(9.423.788)</u>	<u>(12.854.859)</u>	<u>(10.005.144)</u>
Custo das vendas	(10.861.424)	(8.676.104)	(11.521.694)	(9.099.024)
Despesas com vendas	(186.890)	(155.940)	(337.404)	(250.950)
Despesas gerais e administrativas	(322.966)	(301.419)	(440.022)	(404.393)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(467.640)	(290.325)	(555.739)	(250.777)
	<u>(11.838.920)</u>	<u>(9.423.788)</u>	<u>(12.854.859)</u>	<u>(10.005.144)</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía créditos a receber pela venda de energia elétrica excedente no valor R\$23.202 na Controladora e R\$26.048 no consolidado (31 de dezembro de 2017 – R\$31.926 e R\$33.578, respectivamente), os quais estão registrados na rubrica de Outros Ativos Circulantes.

31 Despesas e benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários e encargos	(631.664)	(655.925)	(963.407)	(961.618)
Encargos previdenciários	(120.871)	(119.885)	(173.206)	(166.264)
Benefícios de planos de aposentadoria e saúde pós-emprego	(29.380)	(28.502)	(29.380)	(29.096)
Abonos	(15.916)	(12.606)	(15.934)	(13.324)
Participação dos empregados nos lucros	(48.495)	(14.514)	(65.206)	(22.484)
Custos de planos de aposentadoria	(3.253)	(5.569)	(3.572)	(6.024)
Plano de outorga de opção de ações	-	(789)	-	(951)
Outras	(13.689)	(13.580)	(17.387)	(16.055)
	<u>(863.268)</u>	<u>(851.370)</u>	<u>(1.268.092)</u>	<u>(1.215.816)</u>

As despesas com benefícios a empregados são registradas nas rubricas de “Custo das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

32 Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas com vendas e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal	(29.268)	(26.943)	(66.918)	(64.659)
Serviços de terceiros	(13.632)	(13.689)	(17.432)	(15.943)
Depreciação e amortização	(3.067)	(3.125)	(4.150)	(4.498)
Custo de distribuição	(89.468)	(82.443)	(173.007)	(112.446)
Comissões sobre vendas	(9.372)	(3.874)	(20.191)	(14.245)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(34.481)	(16.757)	(41.918)	(24.313)
Despesas gerais	<u>(7.602)</u>	<u>(9.109)</u>	<u>(13.788)</u>	<u>(14.846)</u>
	<u>(186.890)</u>	<u>(155.940)</u>	<u>(337.404)</u>	<u>(250.950)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	(145.600)	(150.146)	(192.273)	(193.005)
Serviços de terceiros	(80.071)	(62.864)	(114.114)	(89.457)
Depreciação e amortização	(31.209)	(35.589)	(38.864)	(43.985)
Honorários da Administração	(28.045)	(17.055)	(35.817)	(22.779)
Despesas gerais	<u>(38.041)</u>	<u>(35.765)</u>	<u>(58.954)</u>	<u>(55.167)</u>
	<u>(322.966)</u>	<u>(301.419)</u>	<u>(440.022)</u>	<u>(404.393)</u>

(b) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Outras receitas operacionais				
Receita com venda de Energia Elétrica	359.440	363.628	365.836	385.134
Créditos fiscais PIS/COFINS importação (i)	36.063	237.492	36.063	237.492
Recuperação de impostos em processos judiciais	3.786	19.797	5.867	21.485
Acordo Porto Sudeste	-	-	-	205.106
Alienação de investimentos, imobilizado e intangível	36.180	8.150	39.512	8.649
Recuperação de custo	32.979	870	37.301	4.800
Recuperação de despesas	14.592	7.415	23.611	8.087
Receita de vendas diversas	4.880	4.425	5.411	5.102
Projeto Reintegra	13.155	25.420	13.155	25.420
Créditos Eletrobrás	186.010	-	186.010	-
ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS (ii)	410.932	-	418.744	-
Outras receitas	9.028	9.919	3.507	14.660
	<u>1.107.045</u>	<u>677.116</u>	<u>1.135.017</u>	<u>915.935</u>
Outras despesas operacionais				
Custo com a venda de energia	(316.662)	(317.654)	(319.938)	(335.498)
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	(529.268)	(73.010)	(472.787)	(74.892)
Despesas de equipamentos parados temporariamente	(271.194)	(283.364)	(364.040)	(403.844)
Custo de vendas diversas e fretes	(1.152)	(479)	(1.152)	(911)
Encargos judiciais	(27.037)	(20.741)	(27.084)	(32.002)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(155.528)	(92.702)	(150.818)	(118.830)
PIS e COFINS s/ venda de energia	(33.248)	(33.635)	(33.840)	(35.624)
Pesquisas Tecnológicas	(25.891)	(25.382)	(25.891)	(25.382)
Custo na venda/baixa de imobilizado, investimento e intangível	(33.399)	(9.405)	(39.779)	(9.405)
Tributos (INSS, ICMS, IPTU etc.)	(9.526)	(14.544)	(19.294)	(22.722)
Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (<i>stock options</i>)	(4.454)	(578)	(4.454)	208
Controle ambiental	(3.246)	(2.149)	(3.246)	(2.149)
Benefícios de planos de pensão e saúde pós emprego	(29.380)	(28.502)	(29.380)	(29.096)
Ajuste de estoque	(21.475)	(35.929)	(21.475)	(35.929)
Provisões para perda	(55.825)	-	(96.760)	-
Despesas de pré-projeto	(21.048)	-	(21.048)	-
Outras despesas	<u>(36.352)</u>	<u>(29.367)</u>	<u>(59.770)</u>	<u>(40.636)</u>
	<u>(1.574.685)</u>	<u>(967.441)</u>	<u>(1.690.756)</u>	<u>(1.166.712)</u>
	<u>(467.640)</u>	<u>(290.325)</u>	<u>(555.739)</u>	<u>(250.777)</u>

(i) Refere-se à compensação de créditos habilitados junto à Receita Federal do Brasil (RFB), conforme Nota 24 (c).

(ii) Conforme descrito na Nota 24 (c).

33 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras				

Juros de clientes	16.954	13.856	34.487	21.351
Receita de aplicações financeiras	35.517	80.102	64.286	173.898
Efeitos monetários	12.050	15.730	26.939	35.169
Correção dos créditos fiscais PIS/COFINS Importação (i)	19.636	168.087	19.636	168.087
Juros sobre créditos Eletrobrás (ii)	490.013	-	490.013	-
Correção dos depósitos judiciais	10.074	26.108	14.922	31.612
Juros sobre créditos fiscais	5.193	4.675	8.902	12.003
ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS (ii)	378.228	-	384.505	-
Realização do ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	71.859	85.601	71.859	85.601
Reversão de provisão de juros de contingências judiciais	42.294	13.604	43.438	15.323
Outras receitas financeiras	<u>13.749</u>	<u>40.866</u>	<u>10.160</u>	<u>18.194</u>
	1.095.567	448.629	1.169.147	561.238
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos e tributos parcelados	(387.220)	(636.409)	(389.755)	(636.533)
Resultado das operações de swap	2.719	6.410	2.719	(129)
Efeitos monetários	(112.302)	(100.495)	(128.823)	(116.573)
PIS/COFINS sobre JSCP	(7.278)	(9.336)	(7.278)	(9.336)
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(45.651)	(16.246)	(47.692)	(21.176)
Juros sobre provisões para demandas judiciais	(98.082)	(88.258)	(109.787)	(98.241)
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores	(46.172)	(22.115)	(68.802)	(44.255)
Encargos sobre passivo atuarial	(62.537)	-	(62.537)	-
Comissões s/ financiamentos e outros	(19.474)	(41.421)	(19.474)	(35.984)
Outras despesas financeiras	<u>(78.151)</u>	<u>(15.390)</u>	<u>(81.278)</u>	<u>(40.330)</u>
	(854.148)	(923.260)	(912.707)	(1.002.557)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos	<u>(205.614)</u>	<u>(65.677)</u>	<u>(163.395)</u>	<u>(21.601)</u>
	<u>35.805</u>	<u>(540.308)</u>	<u>93.045</u>	<u>(462.920)</u>

(i) Refere-se à correção de créditos habilitados junto à Receita Federal do Brasil (RFB), conforme Nota 24 (c).

(ii) Conforme descrito na Nota 24 (c).

34 Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 27).

A Companhia não possui dívida conversível em ações. O Plano de Outorga de Opção de Ações não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição (Nota 38).

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Básico e diluído						
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido (prejuízo) disponível aos acionistas controladores	398.334	328.324	726.658	127.855	105.160	233.015
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações, excluindo ações em tesouraria	702.734.028	526.009.649	1.228.743.677	702.734.028	524.782.193	1.227.516.221
Lucro (prejuízo) por ação em R\$ - básico e diluído	0,57	0,62	-	0,18	0,20	-

35 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui compromissos diversos com terceiros cujo montante totaliza R\$3.816.671 na Controladora e R\$4.056.944 no Consolidado. A previsão de realização destes compromissos está demonstrada a seguir:

Controladora					
Previsão de realização dos compromissos					
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	177.540	45.250	-	-	222.790
Com fornecedores	1.480.958	1.100.456	537.252	475.215	3.593.881
	1.658.498	1.145.706	537.252	475.215	3.816.671
Consolidado					
Previsão de realização dos compromissos					
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	261.810	62.280	-	-	324.090
Com fornecedores	1.189.383	615.986	575.270	475.215	2.855.854
Arrendamentos mercantis operacionais	38.000	114.000	114.000	611.000	877.000
	1.489.193	792.266	689.270	1.086.215	4.056.944

(a) Compromissos para aquisição de ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018, os compromissos para aquisição de ativo imobilizado totalizam R\$222.790 na Controladora e R\$324.090 no Consolidado e estão destinados, principalmente, à adequação, reformas e melhorias nas áreas primárias de Ipatinga, aumento da qualidade, redução de custos, manutenção, atualização tecnológica de equipamentos e proteção ambiental.

(b) Compromissos com fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018, os compromissos com fornecedores totalizam R\$3.593.881 na Controladora e R\$2.855.854 no Consolidado e decorrem principalmente de contratos na modalidade *take or pay*, contratos de aquisição de energia e de aquisição de matérias primas.

(c) Arrendamentos mercantis operacionais

Os arrendamentos mercantis operacionais da Companhia estão vinculados a arrendamentos de direitos minerários. Em 31 de dezembro de 2018, o montante destinado corresponde a R\$877.000 no Consolidado.

36 Transações com partes relacionadas

A posição acionária da Companhia apresenta a seguinte composição:

31/12/2018

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Usiminas Co. Ltd. ("Nippon Usiminas") (i)	119.969.788	17,01	2.830.832	0,52	122.800.620	9,80
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN")	100.084.935	14,19	108.678.122	19,84	208.763.057	16,66
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i)	100.351.191	14,23	307.926	0,06	100.659.117	8,03
Confab Industrial S.A. (i)	36.502.746	5,17	1.283.203	0,23	37.785.949	3,01
Prosid Investments S.C.A. (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Ternium Argentina S.A. (i) (ii)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Metal One Corporation (i)	759.248	0,11	-	-	759.248	0,06
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,06	-	-	7.449.544	0,59
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,36	21.250.817	3,88	23.777.473	1,91
Demais acionistas	60.936.868	8,64	404.871.712	73,91	465.877.181	37,18
Total	705.260.684	100,00	547.749.823	100,00	1.253.079.108	100,00

31/12/2017

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Usiminas Co. Ltd. ("Nippon Usiminas") (i)	119.969.788	17,01	2.830.832	0,52	122.800.620	9,80
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN")	100.084.935	14,19	108.678.122	19,84	208.763.057	16,66
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i)	100.351.191	14,23	307.926	0,06	100.659.117	8,03
Confab Industrial S.A. (i)	36.502.746	5,17	1.283.203	0,23	37.785.949	3,01
Prosid Investments S.C.A. (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Siderar S.A.I.C. (i)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Metal One Corporation (i)	759.248	0,10	-	-	759.248	0,06
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,06	-	-	7.449.544	0,59
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,36	22.366.733	4,08	24.893.389	1,99
Demais acionistas	60.936.868	8,65	403.824.397	73,71	464.761.265	37,10
Total	705.260.684	100,00	547.818.424	100,00	1.253.079.108	100,00

(i) Acionistas controladores, por meio de Acordo de Acionistas.

(ii) A Siderar S.A.I.C. alterou razão social para Ternium Argentina S.A

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:

(a) Ativo

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	22.033	-	2.355	26.668	-	4.011
Controladas	354.235	71.255	97.740	136.915	48.584	103.674
Controladas em conjunto	68	-	-	55	126.000	-
Coligadas	26.076	346	-	16.525	425	-
Outras partes relacionadas (i)	34.444	-	-	3.768	-	-
Total	436.856	71.601	100.095	183.931	175.009	107.685
Circulante	420.856	71.601	55.026	167.931	175.009	53.742
Não Circulante	16.000	-	45.069	16.000	-	53.943
Total	436.856	71.601	100.095	183.931	175.009	107.685

(i) Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a receber de clientes refere-se à venda de produtos laminados ao Grupo Nippon (R\$3.106) e ao Grupo Ternium (R\$31.338).

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	22.033	-	2.355	26.668	-	4.011
Acionistas não controladores	-	-	-	401	-	-
Controladas em conjunto	68	-	-	55	126.000	-
Coligadas	26.588	13.562	-	16.592	13.078	-
Outras partes relacionadas (i)	34.591	-	-	3.768	-	650
Total	83.280	13.562	2.355	47.484	139.078	4.661
Circulante	67.280	13.562	13	31.484	139.078	1.514
Não Circulante	16.000	-	2.342	16.000	-	3.147
Total	83.280	13.562	2.355	47.484	139.078	4.661

(i) Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a receber de clientes refere-se, principalmente, à venda de produtos laminados ao Grupo Nippon (R\$3.106) e ao Grupo Ternium (R\$31.338).

As contas a receber de clientes classificadas como partes relacionadas são principalmente decorrentes de operações de vendas. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não foram constituídas provisões para as contas a receber de partes relacionadas.

(b) Passivo

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores	398	23.795	178.561	89	18.184	162.673
Controladas	70.413	96.905	-	33.793	78.751	-
Controladas em conjunto	96.073	-	-	33.215	-	-
Coligadas	2.313	1.356	-	1.494	-	-
Outras partes relacionadas (i)	138.937	-	-	368.470	-	-
Total	308.134	122.056	178.561	437.061	96.935	162.673
Circulante	308.134	25.160	2.934	437.061	17.000	358
Não Circulante	-	96.896	175.627	-	79.935	162.315
Total	308.134	122.056	178.561	437.061	96.935	162.673

(i) Em 31 de dezembro de 2018, contas a pagar refere-se a compra de placas da Ternium Brasil Ltda..

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores	200	23.793	178.561	392	18.184	162.673
Acionistas não controladores	-	19.957	-	-	16.604	-
Controladas em conjunto	96.807	-	-	33.215	834	-
Coligadas	34.674	136.305	-	36.586	143.905	-
Outras partes relacionadas (i)	138.937	6.667	-	368.470	-	-
Total	270.618	186.722	178.561	438.663	179.527	162.673
Circulante	270.618	52.468	2.934	438.663	38.646	358
Não Circulante	-	134.254	175.627	-	143.170	162.315
Total	270.618	186.722	178.561	438.663	181.816	162.673

(i) Em 31 de dezembro de 2018, contas a pagar refere-se a compra de placas da Ternium Brasil S.A.

No Consolidado, está registrado um empréstimo com a Nippon Usiminas Co. Ltd., acionista controlador da Usiminas, no montante de R\$178.561 (31 de dezembro de 2017 - R\$162.673).

(c) Resultado

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Resultado financeiro e operacional			Resultado financeiro e operacional		
	Vendas	Compras		Vendas	Compras	
Acionistas controladores	265.161	23.010	(37.947)	207.035	4.715	(10.885)
Controladas	3.818.817	493.177	(17.840)	2.922.662	464.174	(78.347)
Controladas em conjunto	198	528.122	(2.713)	-	406.260	2.636
Coligadas	35.677	143.110	30	18.111	140.354	-
Outras partes relacionadas (i)	389.190	2.850.151	43.726	125.053	1.086.288	(540)
Total	4.509.043	4.037.570	(14.744)	3.272.861	2.101.791	(87.136)

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Resultado financeiro e operacional			Resultado financeiro e operacional		
	Vendas	Compras		Vendas	Compras	
Acionistas controladores	265.161	25.735	(37.864)	207.035	4.715	(10.867)
Acionistas não controladores	362	61.514	-	401	9.243	-
Controladas em conjunto	2.428	533.447	(2.713)	2.173	411.124	2.636
Coligadas	65.211	283.934	(22.600)	18.755	236.805	(22.140)
Outras partes relacionadas (i) (ii)	391.476	2.851.728	44.948	125.192	1.086.288	(1.146)
Total	724.638	3.756.358	(18.229)	353.556	1.748.175	(31.517)

(i) Em 31 de dezembro de 2018, o total das vendas para outras partes relacionadas refere-se, principalmente, a vendas da Usiminas S.A. para o grupo Ternium, no valor de R\$310.156.

(ii) Em 07 de setembro de 2017, o acionista controlador Ternium concluiu a aquisição da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), que passou a se chamar Ternium Brasil Ltda. Desta forma, desde essa data, as transações com a referida empresa passaram a integrar os saldos com partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2018, o valor referente à compra de placas de aço da Ternium Brasil Ltda é de R\$2.796.528.

A natureza das principais operações da Companhia com partes relacionadas estão descritas na Nota 36 (e).

O resultado financeiro com partes relacionadas refere-se, substancialmente, a encargos sobre empréstimos e financiamentos relacionados no item (b) anteriormente descrito.

(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Honorários	13.785	11.067
Encargos sociais	3.863	2.256
Planos de aposentadoria	236	45
Provisão (reversão) de remuneração variável	10.161	3.687
	<u>28.045</u>	<u>17.055</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R\$22.290 (31 de dezembro de 2017 – R\$13.156).

(e) Natureza das operações com partes relacionadas

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- Venda de produtos para a Confab destinados à produção de tubos de grande diâmetro e equipamentos industriais.
- Compra de serviços da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation, que inclui fornecimento de tecnologia industrial avançada, serviços de assistência técnica e treinamento de empregados.
- Venda de produtos para a Ternium Argentina S.A.
- Compra de minério de ferro da Mineração Usiminas para utilização no processo produtivo.
- Venda de produtos para Soluções Usiminas para transformação e distribuição.
- Venda de produtos para Usiminas Eletro galvanizado e Usiminas Galvanizado, para fomentar o comércio com clientes no exterior.
- Venda de produtos para a Usiminas Mecânica e compra de serviços, como a industrialização de produtos siderúrgicos e equipamentos.
- Compra de serviços de galvanização por imersão a quente e de resfriamento para a produção de chapas e bobinas galvanizadas laminadas a quente da Unigal.
- Compra de serviços de texturização e cromagem de cilindros utilizados nas laminações da Usiroll.
- Compra de serviços ferroviários da MRS para o transporte de minério de ferro.
- Compra de serviços de estocagem e carregamento de minério da Modal e da Terminal Sarzedo.
- Empréstimo financeiro junto à Nippon Usiminas (Nota 20).

- Venda de minério de ferro da Mineração Usiminas para a Sumitomo Corporation.

As transações com partes relacionadas são, substancialmente, contratadas em condições de mercado, considerando preços e prazos.

37 Cobertura de seguros

As apólices de seguros mantidas pela Companhia e por algumas controladas proporcionam coberturas consideradas como suficientes pela Administração. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e algumas de suas controladas possuíam seguros para prédios, mercadorias e matérias-primas, equipamentos, maquinismos, móveis, objetos, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos segurados e as respectivas dependências da Companhia, da Usiminas Mecânica, da Unigal e da Usiroll, tendo como valor em risco US\$12.002.992 mil (31 de dezembro de 2017 – US\$12.002.992 mil), uma apólice de seguro de riscos operacionais (*All Risks*) com limite máximo de indenização de US\$600.000 mil por sinistro. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a franquia máxima para danos materiais era de US\$7.500 mil, e, para as coberturas de lucros cessantes (perda de receita), a franquia máxima era de 30 dias (tempo de espera). O término desse seguro ocorrerá em 30 de dezembro de 2019.

Em 10 de agosto de 2018, ocorreu a explosão de um dos quatro gasômetros da usina de Ipatinga. Esse gasômetro possuía, originalmente, capacidade nominal para armazenar até 150.000 m³ (não revisado) de gases gerados no processo siderúrgico e auxiliava no fornecimento de energia a diversas áreas. Os efeitos desse sinistro, apurados desde a data da sua ocorrência, foram registrados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e estão demonstrados a seguir:

- (i) baixa do ativo imobilizado, referente ao valor contábil residual do gasômetro, no montante de R\$3.571, em contrapartida de outras despesas operacionais;
- (ii) gastos emergenciais de reparação, no montante de R\$11.200, registrados em outras despesas operacionais; e
- (iii) custos de produção adicionais devido ao maior consumo de gás natural, óleo combustível e energia elétrica. O montante apurado desses custos adicionais, até 31 de dezembro de 2018, foi de R\$65.963, cujo impacto no resultado da Companhia ocorrerá conforme a apropriação normal dos custos das vendas.

Diante desse sinistro, a Companhia acionou imediatamente as seguradoras envolvidas como forma de exercer as coberturas contratadas para o referido equipamento.

Os custos de produção adicionais, mencionados no item (iii), estão cobertos pela apólice de seguro de lucros cessantes conforme a franquia contratada. A franquia do seguro do gasômetro para o início da cobertura de lucros cessantes é de vinte e um dias (tempo de espera). Desta forma, até a data de substituição do equipamento, com o seu consequente retorno em operação, a Companhia registrará mensalmente a estimativa de custos de produção adicionais, os quais estão cobertos pela apólice de seguro de lucros cessantes, na rubrica de outras receitas operacionais. Os valores apurados pela Companhia referentes a esses custos adicionais de produção serão aferidos por peritos próprios e das seguradoras.

38 Plano de outorga de opção de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2011, foi aprovado pelos acionistas o Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia ("Plano"). Os principais objetivos do Plano são:

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas;
- incentivo à criação de valor sustentável;
- atração e retenção de talentos; e
- manutenção da competitividade com as práticas de mercado.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, com a assessoria do Comitê de Recursos Humanos, observadas as limitações constantes do Plano.

Em 31 de dezembro de 2018, o Plano possui 4 programas vigentes:

- Programa 2011, lançado em 03 de outubro de 2011;
- Programa 2012, lançado em 28 de novembro de 2012;
- Programa 2013, lançado em 28 de novembro de 2013; e
- Programa 2014, lançado em 27 de novembro de 2014.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Administração da Companhia decidiu não lançar novos programas.

(a) Modalidades das Opções de Outorga

As Opções foram concedidas em duas diferentes modalidades:

- (i) Outorga Básica – em que o número de Opções concedidas será baseado na estratégia da Usiminas, sendo que cada Opção concedida conferirá ao seu titular direito a adquirir ou subscrever uma ação preferencial da Companhia.
- (ii) Outorga Bonificada – a qual deverá ser atrelada a um investimento voluntário do Participante que destinar parte do valor líquido da remuneração variável para a aquisição de ações preferenciais.

(b) Principais características dos programas

As Opções a serem concedidas aos diretores executivos e estatutários (“Participantes”) da Companhia, mediante “Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações”, possuem as seguintes características:

Programa	Data de outorga	Preço de exercício (USIM5)	Prazo de carência	Opções outorgadas		
				Básicas	Bonificadas	Total
2011	03/10/2011	R\$11,98	3 anos, 33% para cada ano	2.589.451	402.302	2.991.753
2012	28/11/2012	R\$10,58		3.576.963	83.598	3.660.561
2013	28/11/2013	R\$11,47		2.784.155	143.178	2.927.333
2014	27/11/2014	R\$6,14		4.778.483	370.948	5.149.431
				13.729.052	1.000.026	14.729.078

Adicionalmente, o Plano faculta pela destinação de até 50% da remuneração variável para compra de ações da Usiminas. Em contrapartida, a Companhia concede a outorga das opções bonificadas. O prazo máximo de exercício das opções é de 7 (sete) anos.

(c) Valor justo das Opções

O valor justo na data da outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação Black & Scholes foram as seguintes:

Programa 2011

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 4,83	R\$ 5,07	R\$ 5,27
Preço da ação	R\$ 11,45	R\$ 11,45	R\$ 11,45
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 11,98	R\$ 11,98	R\$ 11,98
Volatilidade do preço da ação	50,70%	50,70%	50,70%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	2,94%	2,94%	2,94%
Taxa de retorno livre de risco	11,62% a.a.	11,65% a.a.	11,69% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2012

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 4,06	R\$ 4,32	R\$ 4,61
Preço da ação	R\$ 10,38	R\$ 10,38	R\$ 10,38
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 10,58	R\$ 10,58	R\$ 10,58
Volatilidade do preço da ação	37,95%	37,95%	37,95%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	0,63%	0,63%	0,63%
Taxa de retorno livre de risco	8,13% a.a.	8,25% a.a.	8,37% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2013

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 5,87	R\$ 6,30	R\$ 6,58
Preço da ação	R\$ 11,88	R\$ 11,88	R\$ 11,88
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 11,47	R\$ 11,47	R\$ 11,47
Volatilidade do preço da ação	43,38%	43,38%	43,38%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	11,34% a.a.	11,37% a.a.	11,40% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2014

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 2,66	R\$ 2,85	R\$ 3,02
Preço da ação	R\$ 5,70	R\$ 5,70	R\$ 5,70
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 6,14	R\$ 6,14	R\$ 6,14
Volatilidade do preço da ação	43,41%	43,41%	43,41%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	12,10% a.a.	12,11% a.a.	12,12% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

(*) Não houve distribuição de dividendos nos 12 meses anteriores à data de outorga.

O preço de exercício foi determinado com base na média da cotação diária no exercício de 30 dias anteriores à concessão da Opção.

A volatilidade do preço da ação prevista é baseada na volatilidade histórica ajustada dos 36 meses anteriores à data da outorga.

A movimentação da quantidade de opções vigentes do Plano de Outorga está demonstrada a seguir:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Programa			Programa		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Opções:						
Em aberto no início do exercício	1.821.875	1.242.005	1.039.470	3.514.643	1.414.677	1.204.548
Realizadas durante o exercício	(952.917)	(28.626)	(161.826)	(1.312.493)	-	-
Canceladas durante o exercício	(259.699)	(347.315)	(354.029)	(380.275)	(172.672)	(165.078)
Em aberto no fim do exercício	<u>609.259</u>	<u>866.064</u>	<u>523.615</u>	<u>1.821.875</u>	<u>1.242.005</u>	<u>1.039.470</u>

Em 31 de dezembro de 2018, não houve impacto decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado da Controladora e do Consolidado, uma vez que as despesas, considerando os prazos de cada programa vigente, foram integralmente apropriadas até 31 de outubro de 2017. Em 31 de dezembro de 2017, o impacto no resultado foi de R\$951 (Controladora e Consolidado). Foi ainda revertido o montante de R\$10.343 à conta de “Lucros (prejuízos) acumulados” em decorrência de cancelamentos e do exercício de opções ocorridos ao longo do ano de 2018 (31 de dezembro de 2017 - R\$6.708). Desta forma, o impacto nas reservas de capital constituídas pela Companhia foi de R\$10.343 (31 de dezembro de 2017 - R\$5.757).

De acordo com o regulamento do Plano, que estabelece sete anos de vigência para cada programa, em outubro de 2018, encerrou-se o prazo do direito ao exercício das opções do Programa 2011. Desta forma, o saldo remanescente do referido Programa, no total de R\$3.392, foi integralmente revertido à conta de “Lucros (prejuízos) acumulados”.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, de acordo com o período de carência (*vesting period*) dos programas vigentes, todas as despesas previstas foram integralmente apropriadas.

39 Garantias

A composição dos ativos dados em garantia pode ser apresentada conforme a seguir:

Ativos em garantia	Passivos garantidos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	Processos judiciais	40.000	40.000	40.000	40.000
Estoques	Processos judiciais	145.374	118.253	145.374	118.253
Imobilizado	Processos judiciais	593.878	693.156	642.888	747.390
Imobilizado (i)	Empréstimos e financiamentos	3.829.345	3.990.612	3.851.406	4.012.674
		<u>4.608.597</u>	<u>4.842.021</u>	<u>4.679.668</u>	<u>4.918.317</u>

(i) A Companhia possui bens patrimoniais, avaliados a valor de mercado, em garantia de dívida junto à Previdência Usiminas referente ao plano de aposentadoria PBD, conforme apresentado na Nota 26.2.

40 Transações de investimentos sem efeito de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas transações de investimentos e financiamentos sem efeitos de caixa, sendo as principais as seguintes: (i) transferência de peças e sobressalentes, classificados originalmente nos estoques, para o ativo imobilizado no montante de R\$6.019 (Controladora e Consolidado); (ii) juros e encargos de empréstimos e financiamentos capitalizados no ativo imobilizado no montante de R\$5.763 (Controladora e Consolidado); (iii) compensação de depósitos judiciais em contrapartida de provisão para demandas judiciais no montante de R\$22.214 (Controladora) e R\$35.925 (Consolidado); e (iv) provisão para recuperação ambiental em contrapartida do imobilizado no montante de R\$29.187 (Consolidado).

Conselho de Administração

Ruy Roberto Hirschheimer
Presidente

Antonio Mendes
Conselheiro

Elias de Matos Brito
Conselheiro

Kazuhiro Egawa
Conselheiro

Luiz Carlos de Miranda Faria
Conselheiro

Oscar Montero Martinez
Conselheiro

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca
Conselheira

Ronald Seckelmann
Conselheiro

Conselho Fiscal

Wanderley Rezende de Souza
Presidente

Aloisio Macário Ferreira de Souza
Conselheiro

Lúcio de Lima Pires
Conselheiro

Paulo Frank Coelho da Rocha
Conselheiro

Paulo Roberto Batista Machado
Conselheiro

Diretoria Executiva

Sérgio Leite de Andrade
Diretor Presidente

Alberto Akikazu Ono
Diretor Vice-Presidente de Finanças e
Relações com Investidores

Kohei Kimura
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Miguel Angel Homes Camejo
Diretor Vice-Presidente Comercial

Takahiro Mori
Diretor Vice-Presidente de Planejamento
Corporativo

Túlio César do Couto Chipoletti
Diretor Vice-Presidente Industrial

Lucas Marinho Sizenando Silva
Contador CRC-MG 080.788/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias examinou (i) o Relatório da Administração; (ii) Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e (iii) Destinação dos Resultados de 2018, incluindo a data para pagamento dos dividendos (31 de maio de 2019) e o orçamento de capital. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes (PwC) sem ressalvas, até o momento, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2019.

Wanderley Rezende de Souza
Presidente

Paulo Frank Coelho da Rocha
Pires

Lúcio de Lima

Aloisio Macário Ferreira de Souza

Paulo Roberto Batista Machado

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores Estatutários da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. Usiminas, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PWC), relativamente às demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2019.

Sérgio Leite de Andrade
Diretor Presidente

Alberto Akikazu Ono
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Kohei Kimura
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Miguel Angel Homes Camejo
Diretor Vice-Presidente Comercial

Takahiro Mori
Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

Túlio César do Couto Chipoletti
Diretor Vice-Presidente Industrial

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores Estatutários da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. Usiminas, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2019.

Sérgio Leite de Andrade

Diretor Presidente

Alberto Akikazu Ono

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Kohei Kimura

Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Miguel Angel Homes Camejo

Diretor Vice-Presidente Comercial

Takahiro Mori

Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

Túlio César do Couto Chipoletti

Diretor Vice-Presidente Industrial

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2018, o EBITDA Ajustado foi de R\$2,7 bilhões, contra R\$2,2 bilhões em 2017, uma elevação de 23,2%, principalmente em função dos maiores preços e volumes de aço e de minério de ferro no período, do reconhecimento do valor do principal de créditos fiscais relativos à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$418,7 (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário) e do reconhecimento do valor do principal a receber da Eletrobrás em R\$186,0 milhões informações detalhadas no item 10.9 deste formulário). A margem do EBITDA Ajustado em 2018 atingiu 19,6%, contra 20,4% em 2017. A dívida consolidada no ano de 2018 era de R\$5,9 bilhões, contra R\$6,7 bilhões em 31/12/17, uma redução de 12,1% principalmente em função do pagamento de integral das Notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd. em 2008 (Eurobonds) no valor total de US\$400,0 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário), e o do pagamento do valor correspondente à totalidade do Excedente de Caixa (*"Cash Sweep"*), referentes ao período encerrado em 31/12/17, no montante total de R\$378,8 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário). A dívida líquida consolidada em 31/12/18 era de R\$4,2 bilhões, contra R\$4,3 bilhões em 2017, uma redução de 4,2%. O indicador dívida líquida/EBITDA encerrou o ano de 2018 em 1,6x, contra 2,0x em 2017. Ao final de 2018, a composição da dívida por prazo de vencimento era de 8% no curto prazo e 92% no longo prazo.

No ano de 2017, o EBITDA Ajustado foi de R\$2,2 bilhões, contra R\$660,4 milhões em 2016, principalmente devido ao melhor desempenho das Unidades de Negócio de Siderurgia, Mineração e Transformação do Aço. A margem de EBITDA Ajustado no ano de 2017 atingiu 20,4%, contra 7,8% em 2016. No ano de 2017 a dívida líquida consolidada foi de R\$4,3 bilhões, 8,5% inferior quando comparada com a dívida líquida de 31/12/16, que foi de R\$4,7 bilhões. A dívida bruta consolidada (Empréstimos, financiamentos e Debêntures) foi de R\$6,7 bilhões, contra R\$6,9 bilhões em 2016, uma redução de 2,9%, principalmente em razão da amortização de dívida no período, referente a antecipação relativa ao pagamento correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos Eurobonds, em função da renegociação da dívida; e da pequena desvalorização cambial média de 1,5% no ano, que afetou negativamente a parcela da dívida em moeda estrangeira. A composição da dívida por prazo de vencimento era de 15,2% no curto prazo e 84,8% no longo prazo. Esta composição continua sendo resultado da conclusão da renegociação de aproximadamente 92% da dívida total da Companhia. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) em 2017 alcançou 2,38 vezes, contra 3,66, em 2016, em boa parte pela transferência dos valores

de empréstimos e financiamentos e das debêntures do longo prazo para o curto prazo, correspondente ao *cash sweep* acordado entre a Companhia e seus credores.

No ano de 2016 a Usiminas apresentou um EBITDA ajustado de R\$660,4 milhões, contra R\$291,5 milhões em 2015, principalmente devido ao melhor desempenho das Unidades de Negócio de Siderurgia, Mineração e Transformação do Aço. A margem de EBITDA ajustado no ano de 2016 atingiu 7,8%, contra 2,9% em 2015. A dívida líquida consolidada foi de R\$4,7 bilhões em 31/12/16, 20,1% inferior quando comparada com a dívida líquida de 31/12/15, que foi de R\$5,9 bilhões, representando 24% do capital investido. A dívida bruta consolidada (Empréstimos, financiamentos e Debêntures) foi de R\$6,9 bilhões, contra R\$7,9 bilhões em 2015, uma redução de 12,0%, principalmente em razão da amortização de dívida no período e da valorização cambial média de 16,5% no ano, que afetou positivamente a parcela da dívida em moeda estrangeira. A composição da dívida por prazo de vencimento era de 1% no curto prazo e 99% no longo prazo. Esta nova composição é resultado da conclusão da renegociação da dívida de aproximadamente 92% da dívida total da Companhia, que obteve prazo total de 10 anos, dos quais 3 anos de carência para pagamento de principal, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) em 2016 alcançou 3,66 vezes, contra 1,53 em 2015, também em função da renegociação da dívida.

b) Estrutura de capital

O passivo total da Companhia, que compreende o total de obrigações com terceiros refletiu acréscimo em 2018 conforme demonstrado no quadro abaixo. Em 2017 houve decréscimo do passivo total, quando comparado com 2016. A relação entre capital próprio e de terceiros, líquido de caixa e valores mobiliários, pode ser assim sumarizada:

	2018	2017	2016
Passivo Total	10.826.460	10.800.513	11.063.111
Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	1.693.349	2.314.288	2.257.454
Passivo Total Líquido (A)	9.133.111	8.486.225	8.805.657
Patrimônio líquido (B)	15.697.391	15.183.964	15.191.634
Relação (A) / (B)	72%	79%	72%

i. Hipóteses de resgate

O estatuto social da Companhia não contém disposição a respeito, devendo ser observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Em caso de resgate, a Companhia adotará fórmula em acordo com as disposições legais.

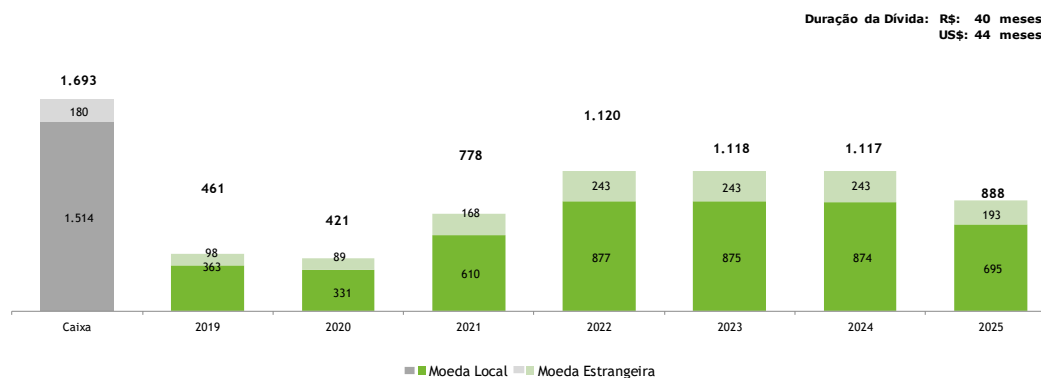
c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía um caixa de R\$1,7 bilhões (R\$2,3 bilhões em 2017 e R\$2,3 bilhões em 2016). Sua dívida apresenta um prazo médio de 3 anos em 2018 (4 anos em 2017 e 4 anos em 2016). A concentração da dívida no curto prazo em 2018 é de 8% do total da dívida (15% em 2017 e 1% em 2016). Esta composição continua sendo resultado da conclusão da renegociação de cerca de 92% da dívida total em 2016, entre os quais foram obtidos 3 anos de carência para pagamento de principal e foi adequado seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

Em 15/12/17 foi realizado o pagamento do valor correspondente a 50% do saldo do principal em aberto das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd. de forma pro rata, a título de amortização parcial das dívidas da Usiminas com cada um dos Credores, no montante total de US\$89,9 milhões.

Adicionalmente, em evento subsequente ao encerramento do trimestre, na data de 18/01/18, foi realizado o pagamento integral das Notas emitidas em 2008, no valor total de US\$400,0 milhões, dos quais cerca de US\$220,0 milhões retornaram ao caixa da Companhia em razão da operação de recompra de parte das Notas, realizada em 2013.

Perfil da Dívida - Consolidado



Com estes pagamentos, a Usiminas supera mais uma importante etapa de sua reestruturação financeira junto aos Credores, com vistas à geração de resultados sustentáveis para a Companhia.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes são geração de caixa operacional, linhas de bancos de desenvolvimento, empréstimos e financiamentos bancários com instituições/bancos públicos e privados, e emissão de títulos de dívida.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Conforme descrito no item (c), a Companhia buscará na administração de seu caixa, capital de giro e investimentos as fontes para possíveis coberturas de deficiência de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo

As Empresas Usiminas possuíam em 2018 empréstimos e financiamentos contratados no montante de R\$5,0 bilhões (R\$5,7 bilhões em 2017 e R\$5,9 bilhões em 2016) e R\$890,0 milhões de debêntures (R\$949,0 milhões em 2017 e R\$998,0 milhões em 2016).

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Após a renegociação ocorrida em setembro de 2016, as principais operações de financiamentos são:

- Diversos contratos de empréstimos com o BNDES e Fname com a finalidade de financiamento dos investimentos da Companhia, com vencimentos até 2025. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor destas operações era de R\$501 milhões (R\$516 milhões em 2017 e R\$546 milhões em 2016).
- Contratos de empréstimos com o JBIC e bancos comerciais japoneses para financiamento da construção da Central Termelétrica de Ipatinga, Coqueria em Ipatinga, Laminador de Tiras a Quente em Cubatão, com vencimentos até 2025. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor destas operações era de R\$1,1 bilhão (R\$1,0 bilhão em 2017 e R\$1,0 bilhão em 2016).
- Notas de Crédito de Exportação e Industrial com o Banco do Brasil para financiamento de capital de giro, com vencimentos até 2020. As notas foram liquidadas em setembro de 2016 e não há saldos em aberto destas operações no final de 2018, 2017 e 2016.
- Em 1º de outubro de 2013, as subsidiárias da Companhia sediadas na Dinamarca adquiriram US\$124,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2016 e US\$220,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2018, emitidos pelas companhias Cosipa Commercial Ltda. e Usiminas Commercial Ltda., ambas controladas pela Companhia. A operação permitiu melhor alocação dos recursos da Companhia, além de diminuir a sua alavancagem bruta e reduzir os desembolsos financeiros projetados até o vencimento dos mencionados títulos. Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia exerceu a cláusula de resgate antecipado (*Early Redemption*) do título de dívida com vencimento em 2016 e dessa forma recomprou a totalidade dos títulos emitidos. O resgate antecipado também foi feito com o objetivo de reduzir a alavancagem bruta e os desembolsos financeiros projetados. Em junho de 2016 a Companhia procedeu a liquidação financeira dos títulos de dívida emitidos pela Cosipa Commercial Ltda com vencimento em 2016, mencionados acima.

Em junho de 2017, a Companhia reduziu o capital desta controlada no exterior Usiminas Europa e transferiu para sua titularidade os Eurobonds que essa controlada possuía em carteira, que em 31 de dezembro de 2017 correspondia ao montante de R\$775,7 milhões. A partir desta redução de capital, a Companhia passou a deter ativos e passivos financeiros nas mesmas bases, com a Usiminas Commercial como contraparte. Desta forma, a Companhia apresentou esse ativo e passivo financeiros pelo montante líquido no passivo circulante nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho e 30 de setembro de 2017. Em 12 de dezembro de 2017, a Companhia liquidou o contrato de mútuo junto à Usiminas Commercial no montante total de US\$400 milhões. Portanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detinha apenas o ativo financeiro junto à Usiminas Commercial no montante de R\$775,7 milhões. Em 18 de janeiro de 2018, a Usiminas Commercial efetuou o pagamento integral dos referidos títulos Eurobonds aos seus respectivos credores, sendo que do total pago, R\$775,7 milhões foram revertidos ao caixa da Companhia que baixou o referido ativo financeiro. Em 31 de dezembro de 2018, em termos consolidados, a Companhia não possuía saldo devedor destas operações (R\$591 milhões em 2017 e R\$582 milhões em 2016).

- Emissão de debêntures no valor de R\$1,0 bilhão com vencimento em 2025 e taxa de 3% a.a. + 100% do CDI, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo devedor desta operação era de R\$890 milhões (R\$949 milhões em 2017 e R\$998 milhões em 2016).
- Contratos de financiamento de capital de giro com o Itaú BBA com vencimentos até 2025. Em 2018 o saldo devedor destas operações era de R\$600 milhões (R\$640 milhões em 2017 e R\$673 milhões em 2016).
- Contrato de financiamento de capital de giro com o Banco do Brasil com vencimento em 2025. Em 2018 o saldo devedor desta operação era de R\$2,2 bilhões (R\$2,3 bilhões em 2017 e R\$2,4 bilhões em 2016).
- Contrato de financiamento de capital de giro com o Bradesco com vencimento em 2025. Em 2018 o saldo devedor desta operação era de R\$487 milhões (R\$519 milhões em 2017 e R\$544 milhões em 2016).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não houve outras relações de longo prazo com instituições financeiras adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui apenas uma dívida subordinada, sendo ela a emissão de debêntures no valor de R\$1,0 bilhão com vencimento em 2025, conforme relacionado no subitem f) i. acima.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como o cumprimento destas restrições

Os contratos financeiros citados no item f) i. exigem o cumprimento de determinadas condições e cláusulas contratuais, calculados em uma base individual (Controladora):

(a) Dívida Líquida / EBITDA:

- menor ou igual a 4,5x em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2019;
- menor ou igual a 3,5x em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020;
- menor ou igual a 3,0x em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2021; e
- menor ou igual a 2,5x nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

(b) EBITDA / Despesas Financeiras:

Mínimo 2,0x em 30 de junho de 2019, 31 de dezembro de 2019 e nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

Em relação aos *covenants* não financeiros estabelecidos nos instrumentos de dívida, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram verificados descumprimentos desses *covenants*.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados ainda:

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 a Companhia não possuía nenhum montante disponível junto ao BNDES, uma vez que o cancelamento foi solicitado integralmente e uma das condições da renegociação impõem que a Companhia não obtenha nenhum novo ingresso de dívida.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial nos anos 2018, 2017 e 2016 e suas variações

ATIVO	31/12/2018	AV (%) 2018	31/12/2017	AV (%) 2017	31/12/2016	AV (%) 2016	Análise Horizontal 2018 x 2017	Análise Horizontal 2017 x 2016
Caixa e equivalentes de caixa	1.106.790	4%	1.770.573	7%	719.870	3%	-37%	146%
Títulos e valores mobiliários	586.559	2%	543.715	2%	1.537.584	6%	8%	-65%
Contas a receber de clientes	1.894.291	7%	1.555.494	6%	1.179.212	4%	22%	32%
Estoques	3.880.635	15%	2.763.496	11%	2.604.306	10%	40%	6%
Impostos a recuperar	747.928	3%	362.465	1%	238.600	1%	106%	52%
Dividendos a receber	13.562	0%	139.078	1%	2.463	0%	-90%	5.547%
Instrumentos financeiros derivativos	347	0%	12	0%	44.669	0%	2.792%	-100%
Demais contas a receber	94.205	0%	119.922	0%	93.774	0%	-21%	28%
Total do ativo circulante	8.324.317	31%	7.254.755	28%	6.420.478	24%	15%	13%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.765.356	10%	3.046.112	12%	3.120.368	12%	-9%	-2%
Valores a receber de empresas ligadas	2.342	0%	3.147	0%	3.842	0%	-26%	-18%
Depósitos judiciais	523.557	2%	675.600	3%	660.229	3%	-23%	2%
Instrumentos financeiros derivativos	3.553	0%	1.184	0%	100.670	0%	200%	-99%
Impostos a recuperar	454.284	2%	54.881	0%	164.242	1%	728%	-67%
Valores a receber Eletrobrás	676.023	3%	0	0%	0	0%	-	-
Demais contas a receber	275.707	1%	334.938	0%	215.932	1%	-18%	55%
Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas	1.088.094	4%	1.054.052	4%	1.126.176	4%	3%	-6%
Imobilizado	11.715.022	44%	12.882.618	50%	13.748.890	52%	-9%	-6%
Intangível	695.596	3%	677.190	3%	693.918	3%	3%	-2%
Total do ativo não circulante	18.199.534	69%	18.729.722	72%	19.834.267	76%	-3%	-6%
TOTAL DO ATIVO	26.523.851	100%	25.984.477	100%	26.254.745	100%	2%	-1%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	AV (%) 2018	31/12/2017	AV (%) 2017	31/12/2016	AV (%) 2016	Análise Horizontal 2018 x 2017	Análise Horizontal 2017 x 2016
Passivo circulante								
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.133.763	4%	976.917	4%	846.377	3%	16%	15%
Empréstimos e financiamentos	396.799	1%	927.946	4%	62.157	0%	-57%	1.393%
Debêntures	70.237	0%	62.031	0%	5.551	0%	13%	1.017%
Adiantamentos de clientes	63.484	0%	81.394	0%	35.806	0%	-22%	127%
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	965.927	4%	475.251	2%	356.970	1%	103%	33%
Salários e encargos sociais	205.583	1%	188.735	1%	197.076	1%	9%	-4%
Tributos a recolher	126.212	0%	95.089	0%	58.447	0%	33%	63%
Tributos parcelados	4.180	0%	20.494	0%	8.529	0%	-80%	140%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	3.299	0%	1.434	0%	7.538	0%	130%	-81%
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	202.809	1%	75.644	0%	22.001	0%	168%	244%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0%	0	0%	48.577	0%	-	-100%
Demais contas a pagar	163.377	1%	141.485	1%	103.215	0%	15%	37%
Total do passivo circulante	3.335.670	13%	3.046.420	12%	1.752.244	7%	9%	74%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	4.562.971	17%	4.758.468	18%	5.864.416	22%	-4%	-19%
Debêntures	819.783	3%	887.334	3%	992.184	4%	-8%	-11%
Valores a pagar a empresas ligadas	134.254	1%	143.170	1%	153.269	1%	-6%	-7%
Tributos parcelados	0	0%	0	0%	9.050	0%	-	-100%
Provisão para demandas judiciais	635.551	2%	668.964	3%	607.863	2%	-5%	10%
Provisão para recuperação ambiental	203.707	1%	158.333	1%	143.042	1%	29%	11%
Benefícios pós-emprego	1.034.228	4%	1.050.324	4%	1.342.727	5%	-2%	-22%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0%	0	0%	102.413	0%	-	-100%
Demais contas a pagar	100.296	0%	87.500	0%	95.903	0%	15%	-9%
Total do passivo não circulante	7.490.790	28%	7.754.093	30%	9.310.867	30%	-3%	-17%
TOTAL DO PASSIVO	10.826.460	41%	10.800.513	42%	11.063.111	42%	0%	-2%
Patrimônio líquido								
Capital social	13.200.295	50%	13.200.295	51%	13.200.295	50%	0%	0%
Reservas de capital	309.391	1%	311.747	1%	309.445	1%	-1%	1%
Reservas de lucros	766.942	3%	202.207	1%	0	0%	279%	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(10.330)	0%	60.546	0%	26.000	0%	-117%	133%
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	14.266.298	54%	13.774.795	53%	13.535.740	52%	4%	2%
Participação dos acionistas não controladores	1.431.093	5%	1.409.169	5%	1.655.894	6%	2%	-15%
Total do patrimônio líquido	15.697.391	59%	15.183.964	58%	15.191.634	58%	3%	0%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.523.851	100%	25.984.477	100%	26.254.745	100%	2%	-1%

A seguir estão demonstradas as alterações significativas nas linhas que representam mais de 2% do grupo ao qual pertencem e que tenham variado mais de 5% na comparação entre os exercícios.

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

A redução de R\$621 milhões no ano de 2018 refere-se, basicamente, ao efeito líquido consolidado do pagamento em 18 de janeiro de 2018 efetuado pela Usiminas Commercial dos Eurobonds que totalizavam USD400 milhões.

Contas a receber de clientes

O aumento no contas a receber na Usiminas R\$339 milhões, deve-se ao aumento do prazo médio de recebimento de clientes.

Estoques

Aumento no saldo de Estoques em R\$1,1 bilhão em função, principalmente, da elevação de preços de matérias primas, em destaque o carvão e placas adquiridas.

Impostos a recuperar

Em 2018, o aumento de R\$ 385.463, que representou variação de 106% na comparação com 2017, foi decorrente, principalmente, do reconhecimento do montante referente a ação judicial que transitou em julgado com decisão favorável à Companhia. A referida ação questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos tiveram uma redução de 9% principalmente devido à constituição de diferido passivo sobre depreciação fiscal, no valor de R\$356 milhões.

Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais apresentou uma redução de 23% no comparativo entre os períodos, passando de R\$676 milhões em 2017 para R\$524 milhões em 2018. Esta variação ocorreu principalmente devido à provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos) de R\$98 milhões; e levantamos de depósito fiscal referente a execução fiscal para cobrança de contribuição previdenciária (INSS) sobre abono único de R\$43 milhões.

Impostos a recuperar

Em 2018, o aumento de R\$ 399.403, que representou variação de 728% na comparação com 2017, foi decorrente, principalmente, do reconhecimento do montante referente a ação judicial que transitou em julgado com decisão favorável à Companhia. A referida ação questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Valores a receber Eletrobrás

Em 2018, transitou em julgado, com decisão favorável à Companhia, ação judicial que visava receber o valor integral recolhido pela Usiminas junto à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório. Esse valor, que foi integralmente reconhecido, totalizou R\$ 676.023. Em 2017, não havia registro referente a esse tema nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imobilizado

O Imobilizado apresentou redução de 9%, o equivalente a R\$1.168 milhões, principalmente devido a depreciação do período e a perda por *impairment*. Os investimentos em CAPEX no ano de 2018 foram de R\$463 milhões, compensando em parte a citada redução.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores, empreiteiros e fretes

Em 2018, a elevação de 16% em fornecedores, empreiteiros e fretes, equivalente a R\$156.846 em relação a 2017, é decorrente, principalmente, dos gastos relacionados com a aquisição de coque verde de petróleo junto a Petrobrás Distribuidora.

Títulos a pagar *forfating*

Em 2018, aumento em títulos a pagar - *forfating* em R\$491 milhões, devido à gestão de caixa da Companhia, para alongamento de prazo de pagamento com fornecedores.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

A redução dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$195 milhões refere-se principalmente a transferência de cerca de R\$310 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2019. O aumento do dólar em mais de 17% impactou a parcela da dívida correspondente a esta moeda, compensando em parte a citada redução.

A redução das debêntures no longo prazo em R\$68 milhões refere-se à transferência de aproximadamente R\$56 milhões de longo prazo para curto prazo, relativos ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2019.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais reduziu 5% no comparativo entre os períodos, passando de R\$669 milhões em 2017 para R\$636 milhões em 2018. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia e além de adições trabalhistas, e reversões tributárias e cíveis.

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

O aumento de R\$1,1 bilhão verificado no ano de 2017 ocorreu basicamente pelo recebimento por parte da Usiminas Commercial, em 12 de dezembro de 2017, dos Eurobonds que totalizavam USD400 milhões.

Contas a receber de clientes

O aumento no contas a receber na Usiminas R\$376 milhões, deve-se a melhora do mercado e aumento de preços.

Estoques

Os estoques apresentaram um aumento de 6,1% equivalente a R\$159 milhões, decorrente do aumento nos custos de produção, em função de maiores custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

O investimento em coligadas e controladas apresentou redução de 6%, o equivalente a R\$72 milhões, decorrente principalmente, do registro de perda por valor recuperável de ativos (*impairment*), referente ao ágio proveniente da aquisição da controlada Modal e da coligada Codeme.

Imobilizado

O Imobilizado apresentou redução de 6%, o equivalente a R\$866 milhões, principalmente devido a depreciação do período. Os investimentos em CAPEX no ano de 2017 foram de R\$216 milhões, não contribuindo, significativamente, para o aumento do ativo.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores, empreiteiros e fretes

A elevação de 15% em fornecedores, empreiteiros e fretes, equivalente a R\$130,5 milhões, deve-se principalmente aos gastos relacionados ao aumento das exportações na Unidade de Mineração, que resultaram em maiores gastos com frete marítimo, ferroviário e carregamento portuário. Adicionalmente, também na Unidade Mineração, a retomada da produção em duas instalações de tratamento de minério gerou gastos pulverizados entre diversos fornecedores.

Empréstimos e financiamentos e debêntures

O aumento dos empréstimos e financiamentos no curto prazo em R\$866 milhões refere-se principalmente a transferência de cerca de R\$587 milhões da dívida da Usiminas Commercial de longo prazo para o curto prazo e da transferência de cerca de R\$319 milhões de longo

prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018. O aumento das debêntures no curto prazo em R\$56 milhões refere-se à transferência de aproximadamente R\$60 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

A redução dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$1,1 bilhão refere-se principalmente a transferência de cerca de R\$587 milhões da dívida da Usiminas Commercial de longo prazo para o curto prazo; da transferência de cerca de R\$319 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018 e ao pagamento de parcela de principal no valor de R\$244 milhões referente a antecipação relativa ao pagamento correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos Eurobonds, em função da renegociação da dívida.

A redução das debêntures no longo prazo em R\$105 milhões refere-se a transferência de cerca de R\$60 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018 e ao pagamento de parcela de principal no valor de R\$46 milhões referente a antecipação relativa ao pagamento correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos Eurobonds, em função da renegociação da dívida.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais aumentou 10,0% no comparativo entre os períodos, passando de R\$608 milhões em 2016 para R\$669 milhões em 2017. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia e adições tributárias, tendo como principal: ação anulatória de autos de infração lavrados pelo estado do Rio Grande do sul para exigência de ICMS.

Benefícios pós-emprego

A redução das provisões para Benefícios pós-emprego no valor de R\$292 milhões em 31 de dezembro de 2017, quando comparado com 31 de dezembro de 2016, refere-se principalmente às amortizações dos passivos com os planos no valor total de R\$230 milhões e, também, pela reversão do Fundo Previdencial do Plano de Benefício Definido-PBD no valor de R\$157 milhões. Esta redução foi parcialmente compensada por R\$97 milhões de constituição de novas provisões, principalmente no Plano de Saúde, dentre outras variações.

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

O aumento de R\$233 milhões verificado no ano de 2016 ocorreu principalmente em função das capitalizações realizadas pela Companhia no valor de R\$1,05 bilhões, que foram parcialmente consumidos pelas operações da Companhia no segundo trimestre, bem como pelo pagamento de juros financeiros e de algumas dívidas que não foram renegociadas.

Contas a receber de clientes

A redução no contas a receber na Usiminas em R\$249 milhões, deve-se principalmente ao menor prazo de recebimento que reduziu a média geral de 43 dias em 2015 para 32 dias em 2016 e pela maior provisão para devedores duvidosos.

Estoques

Os Estoques apresentaram uma redução de 5% o equivalente a R\$144 milhões decorrente da redução da produção, principalmente devido à paralisação das áreas primárias de Cubatão, e também da redução das vendas incorrendo em menor demanda de produtos em estoque.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo de instrumentos financeiros derivativos apresentou uma redução de 71%, passando de R\$153 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$45 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esta variação deve-se principalmente à liquidação de contratos de *swap* no ano de 2016, em conformidade com o plano de renegociação da dívida da Companhia. Adicionalmente, o ano de 2016 apresentou depreciação do Dólar Americano frente ao Real em 17% no ano de 2016 contra uma apreciação do Dólar Americano frente ao Real em 47% no ano de 2014, obtendo uma redução na marcação a mercado dos instrumentos de *swap*, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

ATIVO NÃO-CIRCULANTE

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A redução de R\$161 milhões nos tributos diferidos se justifica pela diminuição das diferenças temporárias. Destacam-se a variação de R\$122 milhões de diferenças temporárias sobre perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*) e a redução de R\$64 milhões referente à diferença temporária do *Take or Pay* com a MRS. As demais variações foram pulverizadas.

Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais aumentou 11% no comparativo entre os períodos, passando de R\$597 milhões em 2015 para R\$660 milhões em 2016. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária dos depósitos na unidade de negócios Siderurgia e a constituição de novos depósitos trabalhistas.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução nos instrumentos financeiros derivativos em R\$459 milhões decorreu principalmente da liquidação de contratos de swap no ano de 2016 em conformidade com o plano de renegociação da dívida da Companhia. Adicionalmente, o ano de 2016 apresentou depreciação do Dólar Americano frente ao Real em 17% no ano de 2016, obtendo uma redução na marcação a mercado dos instrumentos de swap, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

Imobilizado

O imobilizado apresentou redução de 7%, o equivalente a R\$995 milhões, decorrente, principalmente, da depreciação do período. Os investimentos em CAPEX no ano de 2016 foram baixos (R\$225 milhões), não contribuindo, significativamente, para o aumento do ativo.

Intangível

O aumento de R\$355 milhões no intangível no ano de 2016, correspondente, principalmente, à reversão de *impairment* da controlada Mineração Usiminas no valor de R\$357 milhões, em função das novas projeções de gastos e investimentos de longo prazo.

PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

A redução dos empréstimos e financiamentos no curto prazo em R\$1,8 bilhão reflete principalmente a renegociação da maioria dos contratos, alongando o prazo de vencimento de suas parcelas de principal para até 2026 e transferindo grande parte da dívida que se encontrava no curto prazo para o longo prazo, principalmente nos contratos firmados junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$790 mil e junto ao JBIC e Nippon Usiminas no valor de R\$521 mil. A redução das debêntures no curto prazo em R\$56 milhões refere-se ao menor valor de juros provisionados no período, em função da renegociação de seu contrato, que alterou os prazos de pagamento de juros de semestrais para trimestrais.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução de 76% nos instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$151 milhões decorreu principalmente em função da liquidação de contratos de *swap* no ano de 2016, em conformidade com o plano de renegociação da dívida da Companhia.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

O aumento dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$906 milhões reflete principalmente a renegociação da maioria dos contratos, alongando o prazo de vencimento de suas parcelas de principal para até 2026 e transferindo grande parte da dívida que se encontrava no curto prazo para o longo prazo, principalmente nos contratos firmados junto ao Bradesco, no valor de R\$545 mil e junto ao Banco do Brasil no valor de R\$837 mil. A redução das debêntures no longo prazo em R\$7 milhões refere-se ao novo valor a amortizar de diferimento de despesas de renegociação desta dívida, passando de R\$819 mil em 2015 para R\$7.816 mil em 2016.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais aumentou 9,04% no comparativo entre os períodos, passando de R\$557 milhões em 2015 para R\$608 milhões em 2016. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia e a adição de demandas judiciais trabalhistas referente ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão, onde pleiteiam verbas trabalhistas diversas.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução de 50% nos instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$101 milhões decorreu principalmente da depreciação do Dólar Americano frente ao Real em 17% no ano de 2016 contra uma apreciação do Dólar Americano frente ao Real em 47% no ano de 2014, obtendo uma redução na marcação a mercado dos instrumentos de *swap*, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de Caixa.

Demonstrações do resultado dos anos 2018, 2017 e 2016 e suas variações

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31/12/2018	AV (%) 2018	31/12/2017	AV (%) 2017	31/12/2016	AV (%) 2016	Análise Horizontal 2018 x 2017	Análise Horizontal 2017 x 2016
Receita de bens e serviços	13.736.780	100%	10.734.118	100%	8.454.200	100%	28%	27%
Custo dos Bens e Serviços	-11.521.694	-84%	-9.099.024	-85%	-7.966.878	-94%	27%	14%
Resultado Bruto	2.215.086	16%	1.635.094	15%	487.322	6%	35%	236%
Despesas Receitas operacionais	-1.072.815	-8%	-751.224	-7%	-708.914	-8%	43%	6%
Despesas com Vendas	-337.404	-2%	-250.950	-2%	-272.731	-3%	34%	-8%
Despesas Gerais e Administrativas	-440.022	-3%	-404.393	-4%	-354.218	-4%	9%	14%
Outras (Despesas/Receitas) Operacionais	-555.739	-4%	-250.777	-2%	-224.826	-3%	122%	12%
Resultado de Equivalência Patrimonial	260.350	2%	154.896	1%	142.861	2%	68%	8%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	1.142.271	8%	883.870	8%	-221.592	-3%	29%	-499%
Resultado Financeiro	93.045	1%	-462.920	-4%	-30.156	0%	-120%	1.435%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.235.316	9%	420.950	4%	-251.748	-3%	193%	-267%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-406.621	-3%	-105.870	-1%	-325.095	-4%	284%	-67%
Lucro/Prejuízo consolidado do Período	828.695	6%	315.080	3%	-576.843	-7%	163%	-155%

2018 – 2017 COMENTÁRIOS

Receita de vendas de bens e serviços

No ano de 2018 a receita líquida foi de R\$13,7 bilhões, uma elevação de 28,0% em relação ao ano de 2017, que foi de R\$10,7 bilhões, em função de maiores preços médios e volumes de aço e de minério de ferro ao longo do ano. Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 4,2 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2018 (4,0 milhões de toneladas em 2017), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 6,5 milhões de toneladas de minério de ferro (3,7 milhões em 2017).

Custo dos bens ou serviços vendidos

No ano de 2018, o CPV foi de R\$11,5 bilhões, contra R\$9,1 bilhões em 2017, uma elevação de 26,6%, principalmente em função ao maior volume vendido e ao aumento dos custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas. A margem bruta em 2018 foi de 16,1%, contra 15,2% em 2017.

Despesas com vendas

No ano de 2018, as despesas com vendas totalizaram R\$337,4 milhões, contra R\$251,0 milhões em 2017, uma elevação de 34,5% em função principalmente de maiores custos de distribuição decorrente do maior volume de vendas e da maior provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Despesas gerais e administrativas

Em 2018, as despesas gerais e administrativas foram de R\$440,0 milhões, uma elevação de 8,8% em relação ao ano de 2017, que foram de R\$404,4 milhões, principalmente em função de maiores despesas com serviços de terceiros (despesas advocatícias).

Despesas e receitas operacionais

Outras despesas e receitas operacionais em 2018 foram negativas em R\$555,7 milhões, contra R\$250,8 milhões negativas no ano de 2017, um aumento de 121,6% principalmente devido a:

- Perda por *impairment*, no valor de R\$529,3 milhões na Unidade de Siderurgia, de R\$143,1 milhões na Unidade de Bens de Capital, parcialmente compensados pela reversão de *impairment* no valor de R\$199,6 milhões na Unidade de Mineração em 2018. No ano de 2017, houve *impairment* de ativos no valor de R\$73,0 milhões Unidade de Siderurgia e de R\$1,9 milhões na Unidade de Mineração;
- Menores créditos fiscais relacionados ao valor do principal relativo ao PIS/Cofins de importação em R\$201,4 milhões, que foram de R\$36,1 milhões em 2018, contra R\$237,5 milhões em 2017;
- Reconhecimento de R\$201,1 milhões, líquido de despesas, pela Mineração Usiminas no ano de 2017, referente ao Acordo com a Porto Sudeste. Não houve tal efeito em 2018;
- Provisão para perda de depósitos judiciais em R\$55,8 milhões;
- Provisão de R\$37,5 milhões de créditos fiscais decorrente da expectativa de não recuperação futura.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Reconhecimento do valor do principal de créditos fiscais no montante de R\$410,9 milhões na Unidade de Siderurgia e R\$7,8 milhões na Unidade de Bens de Capital relacionados ao processo transitado em julgado relativo à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário);

- Reconhecimento do valor do principal do montante a receber de R\$186,0 milhões relativos a processo transitado em julgado relacionado a empréstimo compulsório à Eletrobrás, no ano de 2018, na Unidade de Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário).

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

No ano de 2018, o resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas totalizou R\$260,4 milhões, contra R\$154,9 milhões no ano de 2017, principalmente em função da maior contribuição da Unigal e da MRS Logística e do menor impacto do resultado negativo da Codeme.

Resultado financeiro

Em 2018, o resultado financeiro foi de R\$93,0 milhões positivo, contra R\$462,9 milhões negativo em 2017, principalmente em função do reconhecimento de correção monetária sobre créditos a receber da Eletrobrás no montante de R\$490,0 milhões Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário) e ao reconhecimento de juros relativos ao processo de inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$384,5 milhões Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário), parcialmente compensados pela perda cambial de R\$163,4 milhões em 2018, contra perda de R\$21,6 milhões em 2017.

2017 – 2016 COMENTÁRIOS

Receita de vendas de bens e serviços

No ano de 2017, a receita líquida foi de R\$10,7 bilhões, contra R\$8,5 bilhões em 2016, um crescimento de 27,0% em função de maior volume de venda de aço e minério de ferro, bem como da elevação dos preços médios ao longo do ano. Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 4,0 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2017 (3,7 milhões de toneladas em 2016), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 3,7 milhões de toneladas de minério de ferro (3,2 milhões em 2016).

Custo dos bens ou serviços vendidos

Em 2017, o CPV foi de R\$9,1 bilhões, contra R\$8,0 bilhões em 2016, um crescimento de 14,2% principalmente em função ao maior volume vendido e ao aumento dos custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas. A margem bruta no ano de 2017 foi de 15,2%, contra 5,8% em 2016.

Despesas e receitas operacionais

No ano de 2017, as despesas com vendas foram de R\$251,0 milhões, contra R\$272,7 milhões em 2016, principalmente devido a menor provisão para devedores duvidosos em R\$31,3 milhões, parcialmente compensada por maiores custos de distribuição devido à maior exportação de aço e minério de ferro no período.

As despesas gerais e administrativas em 2017 foram de R\$404,4 milhões, contra R\$354,2 milhões em 2016, representando uma elevação de 14,2%, em função de maiores despesas com mão de obra própria e de terceiros, bem como de despesas gerais.

Outras despesas e receitas operacionais foram de R\$250,8 milhões negativos em 2017 contra R\$224,8 milhões negativos em 2016, em função de:

- *Impairment* de ativos no valor de R\$74,9 milhões em 2017, relativo ao ágio proveniente da aquisição da Controlada Rios Unidos, Controlada Modal e Coligada Codeme, contra uma reversão de *impairment* de R\$358,3 milhões em 2016 na unidade de Mineração; Vale destacar que o EBITDA Ajustado não é impactado por eventos de *impairment* de ativos;
- Resultado de venda e baixa de ativos negativo no valor de R\$1,2 milhão em 2017, contra R\$71,5 milhões positivo em 2016;
- Maiores provisões para demandas judiciais em R\$73,1 milhões, que foram de R\$138,1 milhões em 2017 contra R\$65,0 milhões em 2016.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Recebimento decorrente do Acordo firmado no processo de arbitragem contra o Porto Sudeste, no valor de R\$201,1 milhões líquido de despesas no ano de 2017.
- Resultado de venda de energia elétrica de R\$14,0 milhões positivo em 2017, contra R\$132,8 milhões negativo em 2016.
- Créditos fiscais de R\$237,5 milhões em 2017, contra R\$176,3 milhões em 2016;
- Menores despesas com custos não absorvidos de equipamentos parados no valor de R\$403,8 milhões, dos quais R\$349,1 milhões foram relativos a depreciação, contra R\$485,1 milhões em 2016, dos quais R\$427,9 milhões foram relativos a depreciação;
- Evento extraordinário, não recorrente, referente a despesa pela antecipação de término de contrato com fornecedor de R\$70,7 milhões em 2016. Não houve evento desta natureza em 2017;
- Maior receita com o Programa Reintegra que foi de R\$25,4 milhões em 2017, contra R\$0,8 milhão em 2016.

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

O resultado de equivalência patrimonial em coligadas e controladas foi de R\$154,9 milhões em 2017, contra R\$142,9 milhões em 2016, principalmente decorrente do desempenho da Unigal e da MRS Logística.

Resultado financeiro

No ano de 2017, o resultado financeiro líquido foi de R\$462,9 milhões negativos, contra R\$30,1 milhões negativos em 2016, principalmente em função da desvalorização do Real frente ao Dólar de 1,5% em 2017, contra uma valorização de 16,5% em 2016, que resultou em perdas cambiais de R\$21,6 milhões em 2017 contra ganhos cambiais de R\$639,1 milhões em 2016. Adicionalmente, o ano de 2017 apresentou despesas com operações de swap de R\$0,1 milhão contra despesas de R\$302,1 milhões em 2016, em função da renegociação das dívidas da Companhia iniciada em 2016, onde alguns contratos, alvos da renegociação, foram encerrados e substituídos por novos instrumentos de dívidas colaborando assim para o aumento destas despesas.

Receita de vendas de bens e serviços

No exercício de 2016, a receita líquida foi de R\$8,5 bilhões, contra R\$10,2 bilhões em 2015, uma redução de 17,0% em função de menor volume de venda de aço e minério de ferro, decorrente da retração de mercado enfrentada pelas Unidades de Negócio da Companhia.

Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 3,7 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2016 (4,9 milhões de toneladas em 2015), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 3,2 milhões de toneladas de minério de ferro (3,8 milhões em 2015).

Custo dos bens ou serviços vendidos

Em 2016, o CPV foi de R\$8,0 bilhões, contra R\$10,0 bilhões em 2015, uma redução de 20%, acompanhando o menor volume de venda de aço e minério de ferro, decorrente da retração de mercado. A margem bruta no ano de 2016 foi de 5,8%, contra 1,7% em 2015.

Despesas e receitas operacionais

No ano de 2016, as despesas com vendas foram de R\$272,7 milhões contra R\$258,1 milhões em 2015, principalmente devido a maior provisão para devedores duvidosos em R\$37,3 milhões, parcialmente compensada por menores custos de distribuição, menores despesas com serviços de terceiros e menores despesas gerais.

As despesas gerais e administrativas em 2016 foram de R\$354,2 milhões, contra R\$440,1 milhões em 2015, representando uma queda de 20%, decorrente da redução de 31,9% em despesas com mão de obra própria e de 14,1% em despesas gerais.

Outras despesas operacionais foram de R\$224,8 milhões em 2016 contra R\$3,2 bilhões em 2015 consequência principalmente da reversão de *impairment* na Unidade de Mineração no valor de R\$357,5 milhões contra um *impairment* de R\$2,6 bilhões em 2015 (sendo R\$2,1 bilhões na Unidade de Mineração, R\$357,2 milhões na Unidade de Siderurgia e R\$56,7 milhões na Unidade de Transformação do Aço), das menores despesas relacionadas com a reestruturação dos negócios de Siderurgia e Mineração, sendo R\$3,8 milhões em 2016 contra R\$256,8 milhões em 2015 e de créditos fiscais de R\$176,3 milhões em 2016 (não houve evento desta natureza em 2015). Estes eventos foram parcialmente compensados pelas maiores despesas com custos não absorvidos de equipamentos parados em 2016, totalizando R\$ 485 milhões contra R\$164 milhões em 2015, e o resultado negativo da venda de energia elétrica, R\$ 132 milhões em 2016 em comparação com um resultado positivo de R\$ 65,4 milhões em 2015.

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

O resultado de equivalência patrimonial em coligadas e controladas foi de R\$142,9 milhões em 2016, contra R\$95,6 milhões em 2015, principalmente decorrente do melhor desempenho das coligadas Unigal e da MRS Logística neste ano.

Resultado financeiro

No ano de 2016, as despesas financeiras líquidas foram de R\$30,2 milhões, contra R\$1,2 bilhão em 2015, em função da valorização cambial de 16,5% em 2016, contra uma desvalorização cambial de 47,0% em 2015, o que gerou ganhos cambiais de R\$639,1 milhões em 2016, contra perdas cambiais de R\$1,1 bilhão em 2015 e do resultado positivo em R\$9,0 milhões de efeitos monetários em 2016 contra um resultado negativo de R\$215 milhões em 2015. Estes eventos foram compensados pelos maiores juros sobre financiamentos no montante de R\$ 493 milhões em 2016 comparados com R\$255 milhões em 2015.

10.2. Os diretores devem comentar sobre:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é gerada principalmente pela venda de produtos siderúrgicos, como chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, placas e galvanizados (Unidade de Siderurgia).

A Usiminas apresenta também em suas demonstrações financeiras consolidadas receitas provenientes das unidades de Mineração, Transformação do Aço e Bens de Capital. A receita destas unidades é gerada principalmente por:

- Mineração: Venda de minério de ferro através da Mineração Usiminas S.A.
- Transformação do Aço: Beneficiamento e distribuição de produtos siderúrgicos através da Soluções Usiminas S.A.
- Bens de Capital: Fabricação de Estruturas Metálicas, Equipamentos Industriais, Fundição e Vagões Ferroviários e Serviços de Montagens Industriais através da Usiminas Mecânica S.A.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Usiminas é afetado principalmente pela demanda, que influencia o volume vendido e os preços de nossos produtos e também pelas taxas de câmbio que podem facilitar a importação de produtos e dificultar nossa competitividade.

No ano de 2018 a receita líquida foi de R\$13,7 bilhões, uma elevação de 28,0% em relação ao ano de 2017, que foi de R\$10,7 bilhões, em função de maiores preços médios e volumes de aço e de minério de ferro ao longo do ano. A distribuição desta receita foi de 83% no mercado interno e 17% no mercado externo.

No ano de 2018, a receita líquida da Unidade de Siderurgia foi de R\$12,6 bilhões, contra R\$10,0 bilhões em 2017, uma elevação de 26,0% principalmente em função de melhores preços no mercado interno e externo e de maiores volumes no mercado interno. Na Unidade de Mineração, totalizou R\$1,1 bilhão, uma elevação de 106,8% em relação à de 2017, que foi

de R\$524,8 milhões, principalmente devido ao maior volume de vendas em 76,1%, destacando-se a retomada das exportações, e os melhores preços no mercado internacional. No ano de 2018, o cash cost por tonelada foi de R\$60,8/t, contra R\$58,9/t no ano de 2017, uma elevação de 3,3%, principalmente em função de maiores custos de mão-de-obra, serviços de manutenção, energia elétrica e combustível. Na Unidade Transformação do Aço a receita líquida foi R\$3,2 bilhões, 29,7% superior à de 2017, que foi de R\$2,5 bilhões, devido principalmente ao maior preço médio em aproximadamente 16,8% no período e maiores volumes de venda e serviços. Por fim, da Unidade Bens de Capital foi de R\$352,7 milhões, contra R\$287,6 milhões em 2017, uma elevação de 22,6%, em função do crescimento no segmento de Vagões Ferroviários.

No ano de 2017, a receita líquida consolidada da Companhia foi de R\$10,7 bilhões contra R\$8,5 bilhões em 2016, um crescimento de 27,0% em função de maiores volumes de venda de aço e minério de ferro, bem como da elevação dos preços médios ao longo do ano. A distribuição desta receita foi de 86% no mercado interno e 14% no mercado externo. Na Unidade de Negócio Siderurgia, a receita líquida foi de R\$10,0 bilhões, 32,7% superior à de 2016, que foi de R\$7,5 bilhões, principalmente devido aos maiores volumes e preços de venda de aço. Na Unidade de Mineração, a receita líquida foi de R\$524,8 milhões, contra R\$366,1 milhões em 2016, um crescimento de 43,3%, em função do maior volume de vendas e do maior preço de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$72,3/t em 2017, contra US\$54,4/t em 2016, uma elevação de 33,0%. Na Unidade Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$2,5 bilhões, contra R\$1,9 bilhão em 2016, um crescimento de 34,7%, devido ao maior volume de vendas e serviços e pelo maior preço médio em cerca de 16% no período. Por fim, da Unidade Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$287,6 milhões, contra R\$568,3 milhões em 2016, uma redução de 49,4%, principalmente decorrente da redução de sua carteira de projetos de equipamentos, estruturas e montagens em razão da estagnação de projetos nos setores de óleo e gás e infraestrutura no país.

Em 2016, a receita líquida consolidada da Companhia foi de R\$8,5 bilhões contra R\$10,2 bilhões em 2015, uma redução de 17,0% em função de menor volume de venda de aço e minério de ferro, decorrente da retração de mercado enfrentada pelas Unidades de Negócio da Companhia. A distribuição desta receita foi de 88% no mercado interno e 12% no mercado externo. Na unidade de Siderurgia, a receita líquida foi de R\$7,5 bilhões, 18,1% inferior à de 2015, que foi de R\$9,2 bilhões, devido ao menor volume de vendas de aço no mercado doméstico em 11,5%, reflexo da retração da economia brasileira no ano que afetou fortemente os setores industriais intensivos no consumo de aço, e ao menor volume de exportações em 64,0%, resultado das medidas antidumping de alguns países e a grande concorrência com as exportações chinesas. Na unidade de Mineração a receita líquida foi de R\$366,1 milhões em 2016, contra R\$401,5 milhões em 2015, uma redução de 8,8%, em função do menor volume de vendas e da queda do preço de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração

Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$54,4/t em 2016 contra US\$58,5/t em 2015, uma redução de 7,0%. Na unidade Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$1,85 bilhão em 2016, contra R\$1,92 bilhão, uma redução de 3,7%, devido ao menor volume de vendas e serviços parcialmente compensado pelo maior preço médio em 1% no período. Na unidade Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$568,3 milhões em 2016, contra R\$868,6 milhões em 2015, uma redução de 34,6%, principalmente decorrente da redução de sua carteira de projetos de equipamentos, estruturas e montagens em razão da estagnação de projetos nos setores de óleo e gás e infraestrutura no país.

Demonstração de Resultado por Unidades de Negócios – Acumulado

	R\$ milhões	Siderurgia*	Mineração	Transformação do Aço	Bens de Capital	Eliminações e Ajustes	Consolidado
2018	Receita Líquida de Vendas	12.570	1.085	3.238	353	(3.509)	13.737
	Mercado Interno	10.935	385	3.238	353	(3.509)	11.402
	Mercado Externo	1.635	700	-	-	-	2.335
2017	Receita Líquida de Vendas	9.980	525	2.497	288	(2.556)	10.734
	Mercado Interno	8.635	344	2.496	287	(2.556)	9.207
	Mercado Externo	1.346	180	1	1	-	1.527
2016	Receita Líquida de Vendas	7.518	366	1.853	568	(1.852)	8.454
	Mercado Interno	6.609	292	1.853	567	(1.852)	7.469
	Mercado Externo	909	74	-	1	-	985

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Volumes de vendas

Indicadores	2018	AV (%) 2018	2017	AV (%) 2017	2016	AV (%) 2016	Var. 2018/2017	Var. 2017/2016
Vendas físicas de aço (t mil)	4.198	100%	4.026	100%	3.652	100%	4%	10%
Mercado Interno	3.650	87%	3.441	85%	3.176	87%	6%	8%
Mercado Externo	548	13%	585	15%	477	13%	-6%	23%
Vendas de minério (t mil)	6.474	100%	3.676	100%	3.207	100%	76%	15%
Mercado Interno - Para Terceiros	759	12%	293	8%	284	9%	159%	4%
Mercado Externo	3.274	50%	891	24%	520	16%	267%	71%
Mercado Interno - Usiminas	2.441	38%	2.492	68%	2.403	75%	-2%	4%

Em 2018, o volume total de vendas alcançou 4,2 milhões de toneladas, uma elevação de 4,3% em relação ao ano de 2017, que foi de 4,0 milhões de toneladas. As vendas no mercado interno foram de 3,7 milhões de toneladas, contra 3,4 milhões de toneladas em 2017, um aumento de 6,1%. No mercado externo as vendas totalizaram 549 mil toneladas, uma redução de 6,2% em relação ao ano de 2017, que foi de 585 mil toneladas. O volume de vendas foi 87% destinado ao mercado interno e 13% às exportações em 2018.

Na Unidade de Mineração, em 2018, o volume de vendas totalizou 6,5 milhões de toneladas em 2018, contra 3,7 milhões de toneladas em 2017, uma elevação de 76,1% principalmente devido à retomada das exportações e ao maior volume de vendas no mercado doméstico.

No ano de 2017, o volume total de vendas foi de 4,0 milhões de toneladas, contra 3,7 milhões de toneladas em 2016, representando um crescimento de 10,2%. O mercado interno, com maior representatividade, registrou vendas de 3,4 milhões de toneladas em 2017, contra 3,2 milhões em 2016, um crescimento de 8,4% na comparação com o ano anterior, principalmente impulsionado pela recuperação da demanda nos setores automotivo, setores ligados à safra tais como máquinas agrícolas e silos, e setores exportadores. As exportações foram de 584,3

mil toneladas, uma elevação de 22,6% em relação às de 2016. A participação das vendas no mercado doméstico representou 85% das vendas totais, em 2017.

Em relação às vendas de minério, o volume total foi de 3,7 milhões de toneladas em 2017, contra 3,2 milhões em 2016, um aumento de 14,6%, principalmente devido à retomada das exportações no terceiro trimestre do ano.

No ano de 2016, o volume total de vendas de aço foi de 3,7 milhões de toneladas, contra 4,9 milhões de toneladas em 2015, representando uma redução de 25,7%. O mercado interno, com maior representatividade, registrou vendas de 3,2 milhões de toneladas em 2016, uma redução de 11,5% na comparação com o ano anterior, em função da forte queda da demanda no Brasil. As exportações foram de 477 mil toneladas, uma redução de 64,0% em relação às de 2015, refletindo as medidas antidumping de alguns países e a grande concorrência com as exportações chinesas. A participação das vendas no mercado doméstico cresceu, atingindo 87% das vendas totais, em 2016.

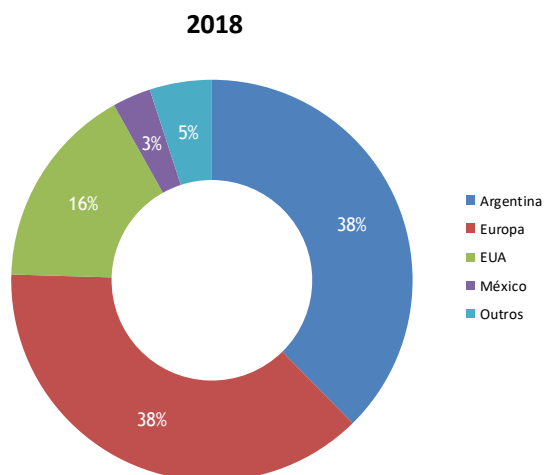
O volume de vendas de minério foi de 3,2 milhões de toneladas em 2016, contra 3,8 milhões em 2015, uma redução de 15,4%, principalmente devido à queda no consumo de aço no Brasil, parcialmente compensada pela exportação de 520 mil toneladas.

Destacamos abaixo o volume de vendas da Siderurgia em 2018:

Detalhamento das Vendas Físicas da Siderurgia por Produto

Mil toneladas	2018		2017		2016		Var. 2018/2017	Var. 2017/2016
VENDAS FÍSICAS TOTAIS	4.198	100%	4.026	100%	3.652	100%	4%	10%
Chapas Grossas	471	11%	481	12%	518	14%	-3%	-7%
Laminados a Quente	1.273	30%	1.139	28%	975	27%	12%	17%
Laminados a Frio	1.341	32%	1.319	33%	1.152	32%	2%	14%
Galvanizados	1.086	26%	1.028	26%	920	26%	6%	12%
Produtos Processados	-	0%	-	0%	-	0%	-	-
Placas	27	1%	59	1%	87	2%	-54%	-32%

Os principais destinos das exportações em 2018 foram:



Preços de vendas

No ano de 2018, o preço de vendas médio dos produtos siderúrgicos apresentou uma elevação em relação a 2017. A receita líquida por tonelada foi superior em 20,8% na comparação com 2017, sendo uma elevação de 19,4% nos preços médios das vendas para o mercado interno e 29,7% nos preços médios das vendas para o mercado externo. Para a unidade de Mineração a receita líquida por tonelada registrada em 2018 foi 17,4% superior à receita líquida por tonelada do ano de 2017, em função da elevação do preço médio de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$69,5/t em 2016 contra US\$72,3/t em 2017, uma redução 2,6%.

O preço de vendas médio dos produtos siderúrgicos em 2017 apresentou uma elevação em relação a 2016. A receita líquida por tonelada foi superior em 20,4% na comparação com 2016, sendo uma elevação de 20,5% nos preços médios das vendas para o mercado interno e 20,4% nos preços médios das vendas para o mercado externo. Para a unidade de Mineração a receita líquida por tonelada registrada em 2017 foi 25% superior à receita líquida por tonelada do ano de 2016, em função da elevação do preço médio de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$72,3/t em 2016 contra US\$54,4/t em 2016, uma elevação de 33,0%.

Em 2016, o preço de venda médio dos produtos siderúrgicos apresentou uma variação positiva. A receita líquida por tonelada foi superior em 6,4% na comparação com 2015, sendo uma elevação de 0,9% nos preços médios das vendas para o mercado interno e 17,1% nos preços médios das vendas para o mercado externo. Para a unidade de Mineração a receita líquida por tonelada registrada em 2016 foi 11% inferior à receita líquida por tonelada do ano de 2015, em função da queda do preço médio de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$54,4/t em 2016 contra US\$58,5/t em 2015, uma redução de 7,0%.

c) Impactos da inflação, da variação de preços, dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Variações no custo das vendas

O Custo de venda para a Unidade de Siderurgia em 2018 foi de R\$10,6 bilhões em 2018, contra R\$8,5 bilhões em 2017, uma elevação de 24,9%. O CPV por tonelada foi de R\$2.526/t em 2018, um aumento de 19,8% em relação a 2017, que foi de R\$2.109/t, principalmente devido ao aumento dos custos com matérias primas, destacando-se placas adquiridas, carvão e minério de ferro. Na Unidade da Mineração, o custo do produto vendido em 2018 foi de R\$748,8 milhões, contra R\$342,9 milhões em 2017, uma elevação de 118,4%, principalmente relacionado aos maiores volumes de vendas e fretes associados à exportação.

Em 2017, o custo de venda para a Unidade de Siderurgia foi de R\$8,5 bilhões, superior em 19,9% em relação a 2016, principalmente em função do maior volume vendido e ao aumento dos custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas. Em relação à Unidade de Mineração, o custo de venda foi de R\$343,0 milhões, uma elevação de 15,9% em relação a 2016, principalmente em função do maior volume vendido em 14,6%. O custo de matérias primas corresponde a mais da metade do custo de vendas da Companhia, principalmente placas adquiridas, carvões e minérios de ferro. Os preços destes itens seguem a dinâmica de oferta e demanda de mercado, acompanhando evolução do índice PLATTS. Combustíveis, energia e utilidades tem uma participação de cerca de 10% do custo de vendas. Os preços de combustíveis, majoritariamente gás natural, são definidos pelas agências

reguladoras estaduais, enquanto o valor de utilidades segue fórmula paramétrica definida em contrato. Já o preço da energia elétrica, para a qual a Companhia possui contratos específicos que asseguram o fornecimento, é reajustado pelo índice de variação de preços IGP-M ou pelo IPCA, conforme cada contrato, sem impacto das variações de mercado. Por fim, o custo de mão de obra representa aproximadamente 9% do custo de vendas, seguindo os acordos coletivos negociados em cada localidade. Os demais itens de custo comportam-se em sua maioria de acordo com a inflação.

No ano de 2016, o custo de vendas para a unidade de Siderurgia foi de R\$7,1 bilhões, inferior em 22,5% em relação a 2015, em função do menor volume vendido pelo segmento de siderurgia. O CPV médio por tonelada teve um aumento de 4,3% em relação ao de 2015. Os gastos fixos com mão de obra representaram aproximadamente 11% do custo de vendas da Companhia no ano de 2016 e segue a evolução dos acordos salariais das categorias. Já os gastos com energia elétrica e utilidades representaram 7% do custo de venda da Companhia no exercício. A energia elétrica conta com contratos específicos que asseguram o fornecimento e cujos preços são ajustados pelo índice de variação de preços IGP-M ou pelo IPCA, conforme cada contrato. Os demais custos são influenciados pela inflação local.

Variação cambial

Adicionalmente ao comentado no item anterior, as Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. As operações de derivativos têm como objetivo principal diminuir a volatilidade no fluxo de caixa oriunda da variação das moedas estrangeiras em relação ao Real. Como medida protetiva de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de *swap* e, adicionalmente, ter seus ativos vinculados moeda externa, conforme demonstrado a seguir:

Em reais mil	2018	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	170.717	1.478.473	103.130
Títulos e valores mobiliários	9.036	8.428	8.146
Contas a receber	342.424	297.966	87.334
Adiantamentos a fornecedores	4.407	5.404	12.684
Ativos em moeda estrangeira	526.584	1.790.271	211.294
Empréstimos e financiamentos	(1.272.702)	(1.747.954)	(1.779.065)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(361.804)	(219.628)	(167.613)
Adiantamento de clientes	(17.480)	(13.699)	(4.607)
Demais contas a pagar	(23.756)	(18.159)	(16.786)
Passivos em moeda estrangeira	(1.675.742)	(1.999.440)	(1.968.071)
Exposição líquida	(1.149.158)	(209.169)	(1.756.777)

A variação cambial sobre a posição líquida passiva da Companhia gerou perdas de R\$163,4 milhões em 2018, R\$21,6 milhões em 2017 e R\$639,0 milhões em 2016.

Variação na taxa de juros

Durante os anos de 2018, 2017 e 2016, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, a taxas variáveis, eram denominados em reais, dólar dos Estados Unidos e ienes. As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos podem ser demonstradas conforme a seguir:

Em reais mil	2018	%	2017	%	2016	%
Empréstimos e financiamentos						
Pré-fixada	35.127	1	636.251	9	642.964	9
TJLP	336.902	6	359.896	5	379.880	5
Libor	1.133.228	19	1.032.430	16	1.065.773	15
CDI	3.324.139	57	3.549.410	54	3.735.406	56
Outras	130.374	2	108.427	2	102.550	1
Total Empréstimos e financiamentos	4.959.770	85	5.686.414	86	5.926.573	86
Debêntures						
CDI	890.020	15	949.365	14	997.735	14
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	5.849.790	100	6.635.779	100	6.924.308	100

Em 2018, 2017 e 2016, os juros reais sobre empréstimos e financiamentos e tributos parcelados da Companhia, impactaram seus resultados negativamente no montante de R\$390 milhões, R\$637 milhões e R\$494 milhões respectivamente.

Impactos no resultado financeiro

Em reais mil	2018	2017	2016
Efeitos monetários ativos, basicamente sobre aplicações financeiras corrigidas com base na variação do CDI	46.575	203.256	283.083
Correção monetária dos depósitos judiciais	14.922	31.612	47.334
Efeitos monetários passivos, principalmente sobre empréstimos e financiamentos indexados pelo CDI e TJLP	(128.823)	(116.573)	(273.797)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos, decorrentes de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira (empréstimos e financiamentos, fornecedores, aplicações financeiras e clientes)	(163.395)	(21.601)	639.098

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras do emissor e seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia está composta por 4 unidades de negócios: Mineração, Siderurgia, Transformação do aço e Bens de Capital. Não ocorreram alterações nesta composição nos últimos três exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

i. Alienação da operação de transportes da Rios Unidos

Em 22 de abril de 2015, a Companhia e sua controlada direta Usiminas Mecânica S.A. firmaram contrato de compra e venda com a Grecco Logística Internacional S.A. ("Grecco") para transferência da totalidade das suas quotas no capital social da Transportes Itaquaquetuba Ltda. ("Transportes Itaquaquetuba").

Em 30 de setembro de 2015, a Transportes Itaquaquetuba recebeu a parcela cindida da Rios Unidos Logística e Transportes de Aço Ltda. ("Rios Unidos"), relativa aos elementos ativos e passivos relacionados às atividades de transporte e armazenamento de cargas siderúrgicas.

Em 15 de janeiro de 2016, a operação foi concluída e a Transportes Itaquaquecetuba foi incorporada pela Grecco, que pagará o montante de R\$18 milhões em até 5 anos.

c) Eventos ou operações não usuais

2018

i. Renegociação das dívidas

Em 18 de janeiro de 2018, ocorreu o vencimento dos títulos de dívida ("Eurobonds") originalmente emitidos em 2008 pela controlada no exterior Usiminas Commercial Ltd., com o pagamento integral do valor total de US\$400 milhões aos detentores destes *Eurobonds*. Deste montante, cerca de US\$220 milhões retornaram ao caixa da Companhia.

2017

i. Redução de Capital na Mineração Usiminas

Em 03 de março de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária da MUSA, foi aprovada, por unanimidade de votos dos seus acionistas, a redução do capital social da MUSA no valor de R\$1,0 bilhão, dos quais R\$700,0 milhões foram entregues à Companhia em 19/05/17, proporcionalmente à sua participação no capital social da MUSA.

ii. Acordo entre a Mineração Usiminas S.A. e a Porto Sudeste do Brasil S.A.

Em 27 de maio de 2015, a Mineração Usiminas S.A. notificou a Porto Sudeste do Brasil S.A. (atual denominação social de MMX Porto Sudeste Ltda.) sobre a imediata rescisão do contrato de prestação de serviços de operação portuária de recebimento, movimentação, armazenagem e embarque de minério de titularidade da Mineração Usiminas no Terminal da Porto Sudeste, nas modalidades Take or Pay e Delivery or Pay, em razão do reiterado inadimplemento, pela Porto Sudeste, de sua obrigação de concluir e de colocar o porto em operação, bem como pelo não pagamento de penalidades contratuais. A Companhia adotou as providências cabíveis para resguardar os seus direitos, inclusive em processo de arbitragem, pleiteando o pagamento das multas, o ressarcimento de lucros cessantes, além de demais perdas e danos, previstos em contrato. O referido contrato foi assinado com vigência de 5 anos a contar do primeiro embarque, previsto inicialmente para abril de 2012. Em 06 de junho de 2017, a Mineração Usiminas celebrou um acordo com a Porto Sudeste para por fim ao processo de arbitragem, resultando no distrato do referido contrato e na renúncia de todos os direitos que ambos ainda pudessem ter em relação ao contrato. O acordo estabelece um pagamento da Porto Sudeste para a Mineração Usiminas no montante de R\$205.106. Nesta mesma data, também foi celebrado um novo contrato de prestação de serviços de operações portuárias, que prevê que a Mineração Usiminas terá o direito, mas não a obrigação, de movimentar pelos próximos anos um volume total de até 17,5 milhões de toneladas de minério de ferro pelo Terminal Portuário da Porto Sudeste, localizado no município de Itaguaí - RJ. Em 12 de julho de 2017, a controlada Mineração Usiminas S.A. recebeu o montante de R\$205.106 da Porto Sudeste do Brasil S.A., decorrente da celebração do acordo para por fim ao processo de arbitragem. Com este recebimento, cujos efeitos contábeis foram registrados no resultado de 30 de junho de 2017, o contrato de prestação de serviços de operação portuária, celebrado em 11 de fevereiro de 2011, e o processo arbitral encontram-se extintos. A Sentença que homologou o acordo entre as partes foi proferida em 05 de setembro de 2017.

iii. Renegociação das dívidas

Em 15 de dezembro de 2017, a Usiminas realizou perante os Bancos Brasileiros, os Bancos Japoneses e os Debenturistas (conforme definidos nos Fatos Relevantes de 09 e 12.09.2016 e,

em conjunto, “Credores”), o pagamento do valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do saldo do principal em aberto das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd., de forma pro rata, a título de amortização parcial das dívidas da Usiminas com cada um dos Credores, no montante total de US\$89.897.000,00.

2016

i. Aumento de Capital

Com o objetivo de reforçar o caixa da Companhia, a Usiminas emitiu novas ações, ordinárias e preferenciais, totalizando R\$1.050.294.935,04. O Conselho de Administração homologou em 03/06/16 o Aumento de Capital com a subscrição de 39.292.918 ações preferenciais classe “A”, idênticas às ações dessa espécie e classe já existentes, ao preço de emissão de R\$1,28 por ação, totalizando o montante de R\$50.294.935,04. Em 19/07/16, em Assembleia Geral Extraordinária, foi homologado o Aumento de Capital com a subscrição de 200.000.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$5,00 por ação, totalizando o montante de R\$1.000.000.000,00. Assim, o capital social da Companhia passou a ser de R\$13.200.294.935,04, dividido em 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.740.661 ações preferenciais classe A e 77.763 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal.

ii. Renegociação das dívidas

A Companhia concluiu, em 12/09/16, a assinatura de todos os documentos definitivos de renegociação de suas dívidas e reitera que a celebração dos Instrumentos Definitivos marca a conclusão do processo de reestruturação financeira da Companhia junto aos Credores (representando aproximadamente 92% do endividamento total da Companhia), o qual, na visão de sua Administração, preserva as suas capacidades financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

10.4 Comentários dos diretores sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 1º de janeiro de 2018 entraram em vigor o IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros e o IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes.

- **IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

A IFRS 9 substituiu as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 incluiu novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir:

- a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e
- a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção da IFRS 9 em suas operações e não identificou impactos significativos.

- IFRS 15 / CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

A IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substituiu as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações.

A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos. No caso da venda de produtos, as receitas continuarão sendo reconhecidas quando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Companhia com os produtos.

No caso da venda de serviços, as receitas continuarão sendo reconhecidas com base nos serviços efetivamente realizados até a data do balanço, uma vez que o valor justo e os preços de venda dos serviços individuais são relativamente semelhantes.

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

- IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração revisou todos os contratos de arrendamento das Empresas Usiminas e concluiu que a maior parte se refere a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor e ainda arrendamentos nos quais as Empresas Usiminas não controlam o ativo e nem direcionam o uso. Estes arrendamentos continuarão sendo reconhecidos linearmente como despesas no

resultado do exercício. Com relação aos demais arrendamentos, sujeitos ao escopo da nova Norma, as Empresas Usiminas esperam reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de aproximadamente R\$11.000 em 1º de janeiro de 2019. A natureza das despesas relacionadas a estes ativos e passivos de arrendamento mudará em relação ao modelo vigente até 31 de dezembro de 2018, uma vez que serão reconhecidas despesas de depreciação para os ativos e despesas de juros sobre os passivos.

As Empresas Usiminas pretendem aplicar a abordagem de transição simplificada e não irão reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estavam em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A adoção antecipada das normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros: A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros existentes e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. No entanto, a Administração realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017 e nas relações de hedge identificadas em 2017 no âmbito da IAS 39 e concluiu que não haverá impactos significativos. A Administração também avaliou o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros e chegou à mesma conclusão de que não haverá impactos significativos, uma vez que a Companhia já vem trabalhando com um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas.

- IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes: A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Administração da

Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma, quais sejam: identificação do contrato com o cliente, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço da transação e reconhecimento da receita. Com base nesta análise, a Administração concluiu que não haverá impactos significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

- IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil: A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, são a seguir apresentadas. As Empresas Usiminas pretendem adotar essas normas, se aplicáveis, quando essas entrarem em vigência.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.

- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes: A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.

- IFRS 16 - *Leases* (Arrendamentos) A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.

- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7): As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que o CPC 26 / IAS 7 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.

- Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações): As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que o CPC 32 / IAS 12 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alteração nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Companhia não possui ressalva em suas Demonstrações Financeiras referentes às Demonstrações Financeiras de 2018, 2017 e 2016.

O parecer dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018 e 2017 não apresentou ênfase.

Em relação às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016, o parecer dos auditores independentes apresentou a seguinte ênfase “Chamamos a atenção para a nota explicativa 20, que descreve certas condições que requereriam o vencimento antecipado de dívidas significativas da Companhia e que devem ser cumpridas até 30 de junho de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto”.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado é CDI e TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica “Efeitos monetários”, no Resultado financeiro.

Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

ESTIMATIVAS E PREMISSAS

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor recuperável de ativos (*impairment*) não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Imposto de renda e contribuição social

As Empresas Usiminas estão sujeitas ao imposto de renda em alguns países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. As Empresas Usiminas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

A administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.

As Empresas Usiminas apuram a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

Provisões para demandas judiciais

As Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos das Empresas Usiminas.

Provisão para recuperação ambiental

Como parte das suas atividades de mineração, a Companhia reconhece no Consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A companhia possui os seguintes contratos de arrendamentos mercantis operacionais:

- A Mineração Usiminas S.A (MUSA) possui contrato vigente junto à MBL – Materiais Básicos Ltda., assinado em julho de 2011, no valor contratual estimado de US\$300 milhões referente ao arrendamento de direitos minerários na região de Serra Azul, Minas Gerais. O arrendamento tem duração de 30 anos, contados a partir de 15 de outubro de 2012, data em que o contrato de arrendamento foi autorizado pela Agência Nacional de Mineração (ANM) ou até a exaustão das reservas minerais.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

A Companhia possui os seguintes contratos operacionais relevantes para compras futuras:

Contratos de Fornecimento de Minério de Ferro

O principal fornecedor de minério de ferro para a Usiminas em 2018 foi a Mineração Usiminas S/A – MUSA. O contrato entre a Usiminas e a Mineração Usiminas – MUSA é válido de Jan/2011 a Dez/2048. O compromisso de compras até 2016 foi de 4 milhões de toneladas (base seca) de minério de ferro por ano em regime *take or pay*. Para 2017 foi acordado entre as partes um volume de compras de 2,4 milhões de toneladas (base úmida), o que foi cumprido em sua plenitude. A partir de 2018 e até o fim de 2021 o volume de *take or pay* anual passa a ser 2,3 milhões de toneladas (base seca), conforme comunicado ao mercado divulgado em 5 de dezembro de 2017.

Em complemento ao volume estabelecido com a Mineração Usiminas - MUSA para suprir a demanda necessária de minério de ferro a Usiminas realizou compras regulares com terceiros, destacando como principais fornecedores no ano de 2018 Vallourec, Bemisa, Comisa e Itaminas.

Adicionalmente, a Usiminas manteve em 2018 um contrato de logística de transporte de minério com a VLI no valor de aproximadamente R\$180 milhões.

Contratos de Fornecimento de Carvão e Coque Verde de Petróleo

O carvão mineral utilizado nas atividades de siderurgia provém apenas do exterior, devido à inexistência de carvão com as especificações ideais para a aplicação no processo siderúrgico no Brasil.

A Usiminas celebrou contratos de longo prazo e *spot* de compra de carvão importado e Coque Verde de Petróleo (CVP) nacional no ano calendário 2018, correspondente a aproximadamente 2,45 milhões de toneladas, equivalentes a 100% do volume de carvão previsto para o atendimento das atividades da usina siderúrgica em Ipatinga até dezembro de 2018. A compra de coque verde de petróleo no mercado nacional e do carvão para injeção (PCI) e antracito no mercado internacional estão computados nesses dados.

Dentre os principais fornecedores de carvão, antracito e coque verde de petróleo no ano de 2018, destacam-se Petrobrás Distribuidora, Contura, Blackhawk e Jellinbah (Lake Vermont), responsáveis por aproximadamente 70% do fornecimento de carvão e CVP para a Usiminas no referido período.

Em 2018, o montante total aproximado para as compras de carvão, antracito e PCI somaram R\$1,1 bilhões, e para as compras de CVP (Coque Verde de Petróleo) o valor aproximado foi de

R\$293 milhões. Em 2018, a Usiminas comprou uma carga de coque metalúrgico importado (45kt) no valor de R\$51 milhões.*

Carvão mineral = carvão para coqueria, carvão para injeção (PCI) e antracito para sinterização.

**valores FOB sem impostos e sem encargos financeiros, cambio R\$3,65 (média 2018).

***valor coque metalúrgico CFR Praia Mole, sem impostos e encargos financeiros, cambio R\$3,65 (média 2018).

Contratos de Fornecimento de Energia

Em junho de 2007, a Companhia assinou com a CEMIG GT um contrato de fornecimento de energia elétrica para o período de 01/01/10 a 31/12/14, de cerca de 320 MW médios anuais. No final de 2009, a Companhia iniciou a renegociação desse contrato para revisar as condições contratuais. Em decorrência dessa renegociação, foram assinados dois novos documentos: o primeiro trata-se de um contrato com a CEMIG GT em que a Usiminas compra cerca de 320 MW médios anuais no período de 2010 a 2012, reduzindo para 120 MW médios anuais de 2013 a 2019. O segundo documento é um Termo de Cessão em que a CEMIG GT cede a Companhia parte de seu contrato de compra assinado com a Santo Antonio Energia S.A - SAESA. Por esse segundo documento, a Usiminas recebe da SAESA, a partir 2013 e até 2019, o montante de 200 MW médios anuais.

Para o período de 2017 à 2030 foi celebrado um termo de cessão de energia entre White Martins e Usiminas com interveniência da Cemig GT. O termo de cessão foi fruto de acordo comercial feito na negociação do TOP do contrato de criogênicos da Usina de Cubatão. O volume contrato de 65,408 MW médios possui obrigação de retirada de 32 MW médios (48,92% da energia contratada) e com uso exclusivo da Usina de Cubatão.

Em leilões realizados nos dias 07/12/17 e 09/01/19 foram comprados um total 151 MW médios de energia para o período de 2020 a 2023 com as empresas CTG, Engie, Statkraft, AES e Cemig para a Usina de Ipatinga.

Com exceção do termo de cessão feito entre White Martins e Usiminas com interveniência da Cemig GT, os demais contratos mencionados têm *take or pay* de 100%, ou seja, há obrigação de retirada do todo o valor contratado anual, contudo, eventuais excedentes são revendidos no mercado de energia.

Esses contratos perfazem cerca de R\$ 7,8 bilhões para o período de 01/01/2010 a 31/12/2030.

Contrato de Fornecimento de Gás com a COMGÁS

A USIMINAS e a COMGÁS celebraram em 13/05/2002 o contrato de fornecimento firme de gás natural para sua Usina de Cubatão. Esse contrato foi renovado de 01/06/18 até 31/05/2019 com a previsão de fornecimento de 250.000 m³/dia de gás natural. Em 2018 foram gastos R\$94 milhões (valores sem impostos recuperáveis).

Contrato de Fornecimento de Gás com a GASMIG

A USIMINAS e a GASMIG possuem um contrato firme com volume atual contratado de 235.000 m³/dia. Foi celebrado em 01/09/2017 e possui renovações automáticas. Eventualmente e conforme disponibilidade a Usiminas celebra compras de gás *spot* para uso exclusivo no Alto

Forno. Em 2018 foram desembolsados R\$190 milhões (valores sem impostos recuperáveis) com gás natural da Gasmig.

Contrato de prestação de serviços com a MRS

A Mineração Usiminas S.A. (MUSA) possui contrato vigente junto à companhia MRS Logística S.A. (assinado em 01 de janeiro de 2011) para a prestação de serviços de transporte ferroviário de minério de ferro a partir dos terminais de carga até à Usina de Cubatão em SP e os Terminais Portuários no RJ com vigência até 30 de novembro de 2026. Este contrato foi renegociado com a MRS, eliminando as condições de *take or pay*, o que gerou um pagamento de indenização de 10 parcelas anuais de R\$31,5 milhões, a partir de 30 de janeiro de 2017, totalizando R\$315,5 milhões. Para fins de contabilização desta indenização, em 31 de dezembro de 2016 foi considerado o montante de R\$163,0 milhões, equivalente ao valor presente do fluxo de pagamento mencionado, em 31 de dezembro de 2016 este valor equivale à R\$184,1 milhões, em 31 de dezembro de 2017 este valor equivale à R\$174,7 milhões e em 31 de dezembro de 2018 este valor equivale à R\$165,8 milhões.

Contrato de Fornecimento de Gás com a White Martins

A Usiminas Siderúrgica possui alguns contratos vigentes com a White Martins Gases Industriais para fornecimento de gases industriais a todas as empresas do Grupo Usiminas, sendo os mais significativos os contratos de plantas on-site.

Para a planta de Ipatinga o contrato, assinado em abril de 1996, originalmente teve vigência de 21,5 anos, com valor contratual estimado em R\$2,8 bilhões. Este contrato refere-se ao fornecimento dos gases para a produção de aço. Seguindo as regras do contrato, o mesmo foi renovado com a WM por mais 15 anos, cujo vencimento agora é dezembro de 2032. A planta de gases em Ipatinga era composta por equipamentos da WM e da Usiminas, sendo que na negociação foram vendidos os equipamentos da Usiminas à WM por R\$ 70 milhões. Transação ocorrida em 2016.

Para a planta de Cubatão, atualmente a Usiminas possui apenas um contrato de fornecimento de gases para a produção de aço. O contrato foi assinado em julho/2009 e tem vigência de 23 anos (até junho/2032). O valor contratual estimado para este contrato é de R\$ 697 milhões.

Até 2018 havia, ainda, um contrato com fornecimento de gases exclusivo para os Altos-Fornos, porém, com a paralisação das áreas primárias este contrato foi encerrado antecipadamente.

Em Cubatão temos ainda um contrato vigente para fornecimento de Hidrogênio líquido para a Laminação a Frio com data de vigência até janeiro/2020. O valor contratual estimado para este contrato é de R\$ 5,5 milhões. O fornecimento ocorre através de carretas.

O grupo Usiminas possui contrato corporativo de fornecimento de gases envasados, sendo líquidos e gasosos. Este contrato foi assinado em out/2009 e esteve vigente até novembro/2015.

Em outubro de 2015 foi firmada uma nova parceria com a WM para continuidade deste fornecimento a todas as empresas do grupo com vigência por mais 5 anos. O valor total estimado do novo contrato corporativo de gases envasados é de R\$18 milhões considerando todas as empresas do grupo.

iv. Contratos de construção não terminada MRS

A Companhia possui diversos contratos relacionados a investimentos em suas usinas e na empresa Mineração Usiminas, que somam o montante de R\$80,1 milhões.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

As despesas do contrato de arrendamento operacional citado acima são apropriadas ao resultado operacional da Companhia mensalmente pelo prazo do contrato.

Os custos dos contratos de fornecimentos são imputados ao resultado à medida em que são consumidos no processo de produção.

As receitas de vendas relacionadas aos contratos da Usiminas Mecânica são imputadas ao resultado conforme a evolução de cada item construído.

b) Natureza e o propósito da operação

O propósito da Companhia em manter estes contratos é garantir os fornecimentos necessários para o processo de produção.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas, e dos direitos gerados a favor do emissor em decorrência da operação

Conforme comentado no item 10.6.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O volume total de investimentos da Usiminas e das controladas no ano de 2018 foi de R\$463 milhões frente ao montante de R\$216 milhões em 2017.

Foram concluídos 39 projetos industriais destinados, principalmente, a manutenção da capacidade produtiva, questões de segurança do trabalho e meio ambiente.

Os investimentos previstos para o ano de 2019, conforme o plano de negócios da Companhia, focam na manutenção operativa e adequação das instalações das usinas para atender às normas ambientais e de segurança, na reforma na área dos altos fornos, aciaria (Usina de Ipatinga), utilidades, salas elétricas e implantação de sistemas de automação e de gestão industrial objetivando melhoria na produtividade.

Encontram-se em andamento 81 projetos nas áreas industriais. Destes projetos 49% referem a projetos de sustaining e 40% a projetos relativos a segurança, meio ambiente e compliance.

O volume total de investimentos da Usiminas e das controladas no ano de 2017 foi de R\$196 milhões (R\$225 milhões em 2016).

Os principais projetos concluídos foram:

- Ipatinga - Substituição da Ponte Rolante L8 - Lingotamento Contínuo da Aciaria 2 – Substituição da ponte rolante de manuseio de placas aço líquido na Aciaria 2 de carregamento das máquinas de lingotamento contínuo. A nova ponte terá capacidade de 260 t. Início de operação: jan/2017.
- Ipatinga - Aciaria 02 - Instalação de Portão Frontal nos Convertedores 4 e 5 - Projeto, fabricação e instalação de portões frontais aos convertedores 4 e 5, visando maior segurança e melhor eficiência do despoeiramento. - Início de operação: mar/2017.
- Ipatinga - LTQ - Substituição do Medidor de Espessura e Perfil da Saída do Trem Acabador – Novo medidor de espessura e perfil a raio-x fixo e móvel garantindo a continuidade operacional da LTQ proporcionando uma melhoria no controle do processo - Início de operação: nov/2017.
- Ipatinga - Convertedor 5 - Troca da carcaça e refrigeração do anel – Substituição da carcaça do Convertedor 5 e instalação de sistema de refrigeração a ar para o anel visando Continuidade operacional da Aciaria; Manutenção da capacidade produtiva; Segurança das

pessoas; Aumento da vida útil com a instalação do sistema de refrigeração a ar para o anel. Início de operação: mar/2017.

- Ipatinga - Forno Panela Nº02 - Instalar Sistema de Injeção de Pó: O projeto consiste na injeção de agentes dessulfurantes (CaO) nas panelas enviadas ao Forno Panela da Aciaria 02. Para tanto será necessária a adequação do sistema existente (utilizado anteriormente para adição de outro material), de forma a torná-lo apto ao recebimento, estocagem e injeção de pó diretamente no aço líquido. Início de operação: jan/2017.

- Ipatinga - AF 3 - Sala Elétrica 3 (1º piso) - Atualização e substituição de painéis e trafos MT/BT: A atualização da Sala Elétrica 3 (1º piso) do Alto Forno 3 da Usina de Ipatinga consiste na substituição dos painéis de média tensão e baixa tensão, com o objetivo de aumentar a confiabilidade e a operacionalidade da subestação. Além disso, serão substituídos os transformadores que já estão no fim de vida útil, remanejamento dos cabos/canaletas, instalação de ar condicionado/pressurização positiva, sistema de detecção e alarme incêndio e também instalações de portões e repintura da sala. Início de operação: jan/18.

- Ipatinga - Pátio de Carvão - Subestação 2: Grande reparo elétrico da sala elétrica 2 do Pátio de Carvão, incluindo: adequação civil piso, canaletas e calhas para cabos, projeto elétrico, troca de painéis de 3,45kV e sistema de proteção, projeto de memorial de cálculo com ajustes de relés e estudo de seletividade, instalação de relés microprocessados com comunicação em rede com PLC para os painéis de média. Compra de disjuntores de média e alta tensão extraíveis. Contratação de mão-de-obra para execução das montagens de painéis e trafos. Início de operação: fev/18.

- Cubatão - Troca trafos Ascarel - ETAPA 2: Substituição e destinação de 80 transformadores PCB (Ascarel) na Usina de Cubatão, 2a etapa, em atendimento a compromisso firmado com a CETESB e Ministério Público (TAC) e à Lei Estadual 12288(SP). Início de operação: nov/2017.

- Cubatão - AVCB – Santos: Adequação das instalações necessárias para a certificação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo nas áreas da Usina de Cubatão localizadas dentro do município de Santos/SP, conforme indicado no Decreto Estadual nº 46.076, de 31 de agosto de 2001. Início de operação: fev/2017.

- Cubatão - Otimização do Sistema de Vapor: Aquisição de Uma Nova Caldeira de 20t/h - Na Usina de Cubatão existem 4 caldeiras de 77t/h + 2 de 100t/h para produção de vapor a 42 kgf/cm² à 440°C que alimentam os turbo sopradores e turbo geradores. Parte deste vapor é distribuído para o processo (15 kgf/cm² à 230°C). Com a paralisação das áreas primárias a demanda de vapor para processo reduziu significativamente, de 90t/h para 20t/h. Esta demanda está sendo atendida através das caldeiras de 77t/h. Estes equipamentos ficaram superdimensionados para a nova demanda e apresentam custos operacionais elevados e baixa eficiência. Início de operação: fev/2017.

Os investimentos previstos para o ano de 2018, conforme o plano de negócios da Companhia, focam na manutenção operativa e adequação das instalações das usinas para atender às normas ambientais e de segurança, na reforma na área dos Altos Fornos, Aciaria (Usina de Ipatinga), salas elétricas e implantação de sistemas de automação e de gestão industrial objetivando melhoria na produtividade.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Usiminas tem como política diversificar as suas fontes de captação e contratar financiamentos de longo prazo para suprir suas necessidades e de suas empresas controladas. A Administração da Companhia adota uma posição conservadora de captação de recursos, contratando os empréstimos e financiamentos com antecedência em relação aos investimentos previstos para os anos seguintes. Dentre as principais fontes de financiamento, destacam-se as operações com mercado bancário, mercado de capitais, instituições do governo e agências de fomento à exportação.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No ano de 2018 não houve desinvestimentos relevantes que alterem a capacidade produtiva da companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2018 não houve aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia

c) Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento de aços de alta resistência para os setores automotivo, de máquinas e equipamentos, incluindo aços laminados a frio, laminados a quente e revestidos, juntamente com o desenvolvimento de sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de aços estruturais para a construção civil e fabricação de estruturas *offshore*. Desenvolvimento da engenharia de aplicação de aços para os setores da construção civil, construção naval e de óleo e gás. Desenvolvimento de aços revestidos com ligas de zinco com características melhoradas de resistência à corrosão atmosférica. Desenvolvimento de aços com e sem revestimento para conformação a quente, juntamente com sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de aços para atender a requisitos de expansão de furo demandados pelos setores automotivo e de autopeças, juntamente com sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de aços com elevada resistência ao desgaste, juntamente com sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de novos métodos e técnicas experimentais visando suporte tanto ao desenvolvimento de novos produtos quanto à sua aplicação pelos clientes.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2018, a Companhia investiu aproximadamente R\$5,86 milhões com as atividades de pesquisa relacionadas acima.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A estratégia comercial de uma empresa pode ser medida por sua capacidade de geração de novos produtos que estejam alinhados às necessidades do mercado. Com a Usiminas não é diferente, o que tem exigido um constante monitoramento do mercado e de suas demandas, assim como uma atenta observância à concorrência.

Os produtos que tiveram seus projetos de desenvolvimento concluídos no ano de 2018 e passaram a fazer parte da carteira de produtos Usiminas, são abaixo descritos:

Laminados a frio

- Aço Complex Phase 900: produto de ultra-alta resistência da classe 900 MPa de resistência mecânica, laminado a frio destinado à indústria de implementos rodoviários, principalmente para ser aplicado na fabricação do revestimento de carga de basculante graneleiro. Possui também amplas possibilidades de ser utilizado no setor automobilístico visando, principalmente, o aumento da segurança veicular.

Laminados a Quente

- Aço USI-RAVUR-350: o novo produto USI-RAVUR-350 laminado a quente é um material resistente ao desgaste abrasivo da classe de 350 HV10 de dureza superficial média. As aplicações potenciais são componentes de máquinas agrícolas, caixa de carga de basculantes de transporte de minérios e grãos, além de betoneiras.
- Aço USI-FB-590: aço de alta resistência laminado a quente destinado ao setor automobilístico, visando, principalmente, o aumento da segurança veicular. Esse produto em particular reúne, além da elevada resistência mecânica, bom desempenho em peças submetidas a esforços de estiramento de bordas, ou seja, capacidade de expansão de furo superior a 60%.
- Aço LQ para Hot Forming: Aço para ser aplicado em processo de estampagem a quente na espessura de 2,5mm. Esse produto tem como característica principal resistência mecânica da ordem de 1.000MPa após têmpera.

Chapas Grossas

- Aço USI-PROT-500: Aço para blindagem de dureza mínima 500 Brinell. Atende a todos os requisitos técnicos da norma MIL-DTL-46100E-2008. Esse produto foi desenvolvido para atendimento a demanda do Exército Brasileiro.

10.9. Fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não foram identificados ou comentados nos demais itens

2018

Durante o exercício de 2018, transitaram em julgado, com êxito para a Companhia e suas controladas, as ações judiciais relacionadas ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e à recuperação de empréstimos compulsórios à Eletrobrás.

Em maio de 2018, houve o trânsito em julgado do mandado de segurança impetrado em 2010 pela Usiminas, pela sua controlada Usiminas Mecânica S.A. e pela sua controlada em conjunto Unigal Ltda. que pleiteava o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos compreendidos entre junho de 2004 a dezembro de 2014. Como resultado dessa evolução, foram registrados em 2018 créditos tributários no montante de R\$789.160 mil na Controladora (Consolidado - R\$802.955 mil).

Em relação ao processo judicial visando a recuperação dos montantes recolhidos a título de empréstimos compulsórios à Eletrobrás, relativos à filial de Ipatinga, no qual a Companhia figura no polo ativo, em 19 de dezembro de 2018 houve despacho do juízo responsável, reconhecendo como incontroverso o montante de R\$676.023 mil que fora objeto de pedido de homologação por parte da Eletrobrás.

2017

Ao longo de 2017 a Companhia concluiu algumas ações importantes como a adequação dos desembolsos financeiros, a priorização da geração de caixa operacional e a administração estrita do capital de giro e de investimentos de capital.

Entre estas ações destacam-se, principalmente, os eventos relacionados ao processo da renegociação da dívida financeira, listados a seguir:

- A aprovação, em 3 de março de 2017, da redução de capital social da controlada Mineração Usiminas no montante de R\$1.000.000, dos quais R\$700.000 foram entregues à Companhia em 19 de maio de 2017;
- Em 15 de dezembro de 2017, pagamento do valor correspondente a 50% do saldo do principal em aberto das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd. de forma pro rata, a título de amortização parcial das dívidas da Usiminas com cada um dos Credores, no montante total de US\$89,9 milhões;
- O pagamento integral das Notas emitidas pela controlada Usiminas Commercial Ltd., este efetuado em janeiro de 2018, no valor total de US\$400 milhões, dos quais cerca de US\$220 milhões deste montante retornaram ao caixa da Companhia, em razão da operação de recompra de parte das Notas, realizada em 2013.
- Em 15 de março de 2018, em cumprimento às obrigações assumidas nos Instrumentos Definitivos assinados perante os Bancos Brasileiros, os Bancos Japoneses e os Debenturistas, a Companhia realizou o pagamento do valor correspondente à totalidade do Excedente de Caixa ("*Cash Sweep*"), calculado com base nas demonstrações

financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro 2017, no montante total de R\$378.798.701,11, a título de amortização parcial dos valores de principal devidos pela Usiminas aos Credores.

Com estes eventos, a Usiminas supera mais uma importante etapa de sua reestruturação financeira junto aos Credores, com vistas à geração de resultados sustentáveis para a Companhia.

2016

Durante o exercício social de 2016 algumas ações importantes que vinham sendo implementadas pela Companhia foram concluídas. Estas ações tiveram como foco principal a adequação dos desembolsos financeiros, a priorização da geração de caixa operacional e a administração estrita do capital de giro e de investimentos de capital.

Uma destas ações concluídas foi a capitalização da Companhia, com a emissão de novas ações ordinárias e preferenciais, no montante total de R\$1.050.294.935,04. Em 3 de junho de 2016, o Conselho de Administração homologou o aumento de capital com a subscrição de 39.292.918 ações preferenciais classe “A”, idênticas às ações dessa espécie e classe já existentes, ao preço de emissão de R\$1,28 por ação, totalizando o montante de R\$50.294.935,04. Em 19 de julho de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, foi homologado o aumento de capital com a subscrição de 200.000.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$5,00 por ação, totalizando o montante de R\$1.000.000.000,00. Desta forma, o capital social da Companhia passou a ser de R\$13.200.294.935,04, dividido em 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.740.661 ações preferenciais classe A e 77.763 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal.

Em 17 de fevereiro de 2016 a companhia firmou “Instrumento Particular de Assunção Mútua de Obrigação de Não Fazer e Outras Avenças” (“Acordo *Standstill*”) com os seus principais credores financeiros, quais sejam, Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Foi firmado, ainda, um Instrumento Particular semelhante com os credores financeiros japoneses, quais sejam, Japan Bank for International Cooperation – JBIC, The Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ Ltd., Mizuho Bank Ltd. e Sumitomo Mitsui Banking Corporation.

Em 12 de setembro de 2016, a Companhia concluiu a assinatura de todos os documentos definitivos de renegociação de suas dívidas, que marcou a conclusão do processo de reestruturação financeira da Companhia junto aos seus credores (representando aproximadamente 92% do endividamento total da Companhia), o qual, na visão da Administração, preserva as suas capacidades financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

FORMULÁRIO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS – DFP
ARQUIVADO NA CVM EM 15/02/2019

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS

CNPJ/MF 60.894.730/0001-05

NIRE 313.000.1360-0

Companhia Aberta

Ata da Reunião do Comitê de Auditoria da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS, realizada na sede da Companhia em Belo Horizonte/MG, no dia 13 de fevereiro de 2019, às 10:00 horas.

Presenças: Shun Sasaki - Coordenador do Comitê. Demais membros: Samuel Tadayuki Kaji, Thiago da Fonseca Rodrigues, Alessandra Meireles de Melo Alves e Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca.

Estiveram também presentes os senhores Hiroaki Miyanishi e Atsushi Fujioka, como assessores do Coordenador; Julio Mendez Arroyo, Adriane Vieira Albuquerque, Lucas Marinho Sizenando Silva e Leonardo Karam Rosa, como representantes da Vice-Presidência de Finanças da Usiminas; Guilherme Campos Silva e Raphael Mozart, como representantes dos Auditores Independentes (PwC); André Vitória, como representante do Departamento de Auditoria Interna da Usiminas; Gustavo Henrique Favato Pereira, como representante do Departamento de RH da Companhia; Carlos Hector Rezzonico e André Chaves de Andrade, como representantes da MUSA; e Bruno Lage de Araujo Paulino, como Gerente Geral Jurídico e Secretário.

Ordem do Dia:

I – Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido, Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e Destinação dos Resultados de 2018 - O Comitê revisou o Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido, incluindo suas premissas que também suportam o teste *impairment*; o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e, a proposta de destinação dos Resultados de 2018 (incluindo o Orçamento de Capital) e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração, conforme material disponível no Portal do Comitê.

Encerramento - Nada mais sendo tratado, deu-se por encerrada a reunião, sendo a ata respectiva lavrada no Livro CM-01, com a assinatura dos presentes e do secretário. Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2019.

Shun Sasaki

Coordenador

Samuel Tadayuki

Alessandra Meireles de Melo Alves

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca

Thiago da Fonseca Rodrigues

Bruno Lage de Araujo Paulino

Secretário

**ANEXO 2 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ANEXO 9-1-II À INSTRUÇÃO CVM Nº
481/2007 E PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO
SOCIAL DE 2019**

ANEXO 9-1-II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em atendimento à Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS descreve, a seguir, as informações requeridas no Anexo 9-1-II da mencionada Instrução.

1. Informar o lucro líquido do exercício

	2018	2017	2016	2015
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	726.658	233.015	(669.952)	(3.236.105)

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	2018	2017	2016	2015
Dividendos a pagar				
Montante global	80.294	55.341		
Valor por ação ON	R\$0,062634	R\$0,043211		
Valor por ação PN	R\$0,068898	R\$0,047532		
Juros sobre capital próprio a pagar				
Montante global	92.287			
Valor por ação ON	R\$0,071989			
Valor por ação PN	R\$0,079188			

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, exercícios em que foi apurado lucro líquido, não houve a distribuição antecipada de dividendos e juros sobre capital próprio declarados.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

	2018	2017	2016	2015
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos em relação ao lucro líquido do exercício	25%	25%		

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo na sua demonstração do resultado do exercício.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Informação não aplicável, uma vez que os dividendos integralmente distribuídos nos quatro últimos exercícios sociais referem-se à totalidade dos dividendos mínimos obrigatórios apurados na demonstração do resultado de cada exercício. Portanto, não há a distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Valor bruto de dividendo a pagar	2018	2017	2016	2015
Valor global	80.294	55.341		
Valor por ação ON	R\$0,062634	R\$0,043211		
Valor por ação PN	R\$0,068898	R\$0,047532		
Montante global	80.294	55.341		
Valor bruto de dividendo - ação ON	44.015	26.353		
Valor bruto de dividendo - ação PN	36.279	28.988		

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo na sua demonstração do resultado do exercício.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Forma de pagamento

Os acionistas que mantêm domicílio bancário no Bradesco ou outros bancos, que comunicaram essa condição, possibilitam que os seus créditos sejam lançados automaticamente no primeiro dia do pagamento e recebem o aviso de crédito. Os demais acionistas que estiverem com endereço devidamente cadastrado e não informaram domicílio bancário para recebimento, recebem via correio o formulário AVISO PARA RECEBIMENTO - PROVENTOS DE AÇÕES ESCRITURAIS, devendo, para o recebimento, apresentarem-se na Agência Bradesco de sua preferência, munidos, além do formulário, de documento de identidade e CPF - Cadastro de Pessoa Física. Caso o acionista não receba o AVISO DE CRÉDITO ou AVISO PARA RECEBIMENTO, deverá dirigir-se a uma agência Bradesco para receber o crédito e atualizar seus dados cadastrais.

Prazo de pagamento

O prazo de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio é proposto pela Administração da Companhia e submetido à aprovação em Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o Estatuto da Companhia, o direito ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio prescreve em três anos a contar da data de início do seu respectivo pagamento.

	2018	2017	2016	2015
Data de início do pagamento	31/05/2019	30/05/2018		

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo na sua demonstração do resultado do exercício.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Informação não aplicável sobre os dividendos e juros sobre capital próprio da Companhia.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

	2018	2017	2016	2015
Data de declaração de pagamento aos acionistas (AGO)	23/04/2019	25/04/2018		

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo na sua demonstração do resultado do exercício.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Informações não aplicáveis, uma vez que a Companhia não declara dividendos e juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2018	2017	2016	2015
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	726.658	233.015	(669.952)	(3.236.105)
Lucro líquido do exercício / total de ações ON (- Em tesouraria)	R\$1,0340	R\$0,3316		
Lucro líquido do exercício / total de ações PN (- Em tesouraria)	R\$1,3800	R\$0,4435		

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2018	2017	2016	2015
Dividendos a pagar				
Valor global	80.294	55.341		
Valor por ação ON	R\$0,062634	R\$0,043211		
Valor por ação PN	R\$0,068898	R\$0,047532		
Juros sobre capital próprio a pagar				
Valor global	92.287			
Valor por ação ON	R\$0,071989			
Valor por ação PN	R\$0,079188			

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

	2018	2017	2016	2015
Constituição da reserva legal (5%)	(36.333)	(11.651)		

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

	2018	2017	2016	2015
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	726.658	233.015	(669.952)	(3.236.105)
Constituição da reserva legal (5%)	(36.333)	(11.651)		
Base de cálculo dos dividendos	690.325	221.364		

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Informações não aplicáveis, uma vez que a Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

A seguir, a transcrição, na íntegra, do Parágrafo 5º:

“Do lucro líquido do exercício, ajustado na forma das alíneas a seguir elencadas, serão destinados 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas, sendo que os titulares de ações preferenciais receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; i) o acréscimo das seguintes importâncias: - resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; - resultantes da realização, no exercício, de lucros que tenham sido transferidos anteriormente para a reserva de lucros a realizar; ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal, de reservas para contingências e da reserva de lucros a realizar. O valor assim calculado poderá, a critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, ser pago por conta do lucro que serviu de base para o seu cálculo ou de reservas de lucros preexistentes.”

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Quando é apurado lucro líquido no exercício social, o dividendo mínimo obrigatório é pago integralmente.

- c. Informar o montante eventualmente retido

Informação não aplicável, uma vez que a Companhia não retém dividendo mínimo obrigatório.

11.Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Informações não aplicáveis, uma vez que não há a retenção de dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia.

- a. Informar o montante da retenção
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

12.Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Informações não aplicáveis, uma vez que não há a destinação de resultado para reserva de contingências.

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

13.Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Informações não aplicáveis, uma vez que não há a destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, CAPÍTULO VI, art. 24, parágrafo 3º, as cláusulas estatutárias determinam:

*“O Conselho de Administração poderá propor, e a Assembleia deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, uma parcela em montante não superior a 50% (cinquenta por cento) para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios: **a)** sua constituição não prejudicará o direito dos acionistas em receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no parágrafo 4º, infra; **b)** seu saldo não poderá ultrapassar a 95% do capital social; **c)** a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: **i)** na absorção de prejuízos, sempre que necessário; **ii)** na distribuição de dividendos, a qualquer momento; **iii)** nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; **iv)** na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas. “*

b. Identificar o montante destinado à reserva

- (i) Pela destinação de 50% do lucro líquido do exercício ajustado pela reserva legal, conforme previsto no estatuto da Companhia. A reserva de investimentos e capital de giro não poderá ultrapassar 95% do capital social e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, resgates, reembolso ou compra de ações, ou ainda capitalizado. Em 31 de dezembro de 2018, o valor destinado à constituição dessa reserva foi de R\$345.163.
- (ii) Pela destinação do montante de R\$161.126, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com base em orçamento de capital aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2019.

c. Descrever como o montante foi calculado

	2018	2017	2016	2015
Destinações do lucro líquido do exercício:				
Reserva Estatutária (50% da base de cálculo legal)	(345.163)	(110.683)		
Orçamento de Capital (artigo 196 - Lei 6.404)	(161.126)	(55.341)		
	(506.289)	(166.024)		
Outras destinações que não transitaram pelo				
Dividendos prescritos	(43)	-		
Plano de opção de ações	(10.343)	(6.708)		
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado	(11.727)	(17.825)		
	(22.113)	(24.533)		
Total destinado à Reserva para Investimentos e Capital de Giro:	(528.402)	(190.556)		

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

	2018	2017	2016	2015
Montante retido	(161.126)	(55.341)		

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

ORÇAMENTO DE CAPITAL DE 2019 (custeado pela retenção dos resultados de 2018)

Em milhares de reais

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Gasômetro	159.968
Capacidade Aciaria	15.500

Total	175.468
--------------	----------------

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Informações não aplicáveis, uma vez que não há a destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

- a. Informar o montante destinado à reserva

Explicar a natureza da destinação

**ANEXO 3 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ART. 12 DA INSTRUÇÃO CVM
481/2009**

13. Remuneração dos Administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A elaboração da verba anual de remuneração dos administradores é prática da Usiminas e tem por objetivo fixar a verba anual de remuneração dos administradores da Companhia para aprovação na AGO, além de determinação do orçamento e previsibilidade de custos destinados aos administradores. A proposta é elaborada abrangendo os seguintes itens: honorários, encargos, remuneração variável, benefícios e benefícios de expatriação para os estrangeiros. Também é analisada a prática salarial de mercado, através de pesquisa anual realizada com consultoria renomada, para coerência e embasamento da proposta. Posteriormente, esta verba é submetida à aprovação do Comitê de RH e levada para apreciação e votação em AGO.

Não há remuneração para os membros dos Comitês da Usiminas.

b) Composição da remuneração, indicando:

i. *Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:*

Para os Diretores Estatutários: o valor total da remuneração anual fixa e variável é determinado através de decisão do Conselho de Administração, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos, conforme estudo de mercado apresentado anualmente. A remuneração fixa é paga mensalmente ao longo do ano. A remuneração variável, atrelada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas relacionadas à performance global da Companhia, é paga a título de bônus após apuração final dos parâmetros de performance com base no Balanço Anual Auditado e aprovado pelo Conselho de Administração. A Companhia possui também um plano de remuneração baseado em ações para seus Diretores Estatutários. Adicionalmente, possui benefícios de automóvel e motorista, planos médico e odontológico, seguro de vida e previdência privada, apresentados como benefícios diretos e indiretos (remuneração fixa) nos quadros de remuneração do item 13.2.

Para o Conselho de Administração: honorários, conforme verba aprovada na Assembleia Geral Ordinária. Não há prática de remuneração variável.

Para o Conselho Fiscal: a remuneração mensal dos membros efetivos é fixada em 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa atribuída aos Diretores Estatutários da Companhia, nos termos do parágrafo 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Não há prática de remuneração variável.

ii. *A proporção de cada elemento na remuneração total – conforme acima*

Exercício social encerrado em 31/12/2016

Para os Diretores Estatutários: a composição da remuneração total, supondo o atingimento de 100% das metas que definem a remuneração variável, conforme estabelecido no plano anual (valor *target*) é:

- Para Diretor Presidente 40,00% referente a remuneração fixa, 20,00% referente a remuneração variável e 40,00% referente a remuneração baseada em ações.
- Para Diretor Vice-Presidente: 45,28% referente a remuneração fixa, 22,64% referente a remuneração variável e 32,08% referente a remuneração baseada em ações.

- Para os Conselhos de Administração e Fiscal 100% da remuneração é fixa.

Exercício social encerrado em 31/12/2017

Para os Diretores Estatutários: a composição da remuneração total, supondo o atingimento de 100% das metas que definem a remuneração variável, conforme estabelecido no plano anual (valor *target*) é:

- Para Diretor Presidente 40,00% referente a remuneração fixa, 20,00% referente a remuneração variável de bônus anual e 40,00% referente a remuneração variável baseada em ações.
- Para Diretor Vice-Presidente: 45,28% referente a remuneração fixa, 22,64% referente a remuneração variável de bônus anual e 32,08% referente remuneração variável baseada em ações.
- Para os Conselhos de Administração e Fiscal 100% da remuneração é fixa.

Exercício social encerrado em 31/12/2018

Para os Diretores Estatutários: a composição da remuneração total, supondo o atingimento de 100% das metas que definem a remuneração variável, conforme estabelecido no plano anual (valor *target*) é:

- Para Diretor Presidente 33,33% referente a remuneração fixa, 33,33% referente remuneração variável de bônus anual e 33,33% referente remuneração variável baseada em ações.
- Para Diretor Vice Presidente: 36,92% referente a remuneração fixa, 36,92% referente remuneração variável de bônus anual e 26,15% referente remuneração variável baseada em ações.
- Para os Conselhos de Administração e Fiscal 100% da remuneração é fixa.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Remuneração fixa - a metodologia utilizada para cálculo/reajuste da remuneração fixa dos administradores da Companhia (Conselho de Administração e Diretores Estatutários) baseia-se na avaliação das práticas de mercado e da conjuntura econômica vigente. Tal metodologia visa assegurar que a política adotada pela Companhia seja competitiva e esteja em linha com o mercado e com os interesses dos acionistas da Usiminas.

Remuneração Variável (Diretores Estatutários) - a metodologia aplicável à remuneração variável tem como base o estabelecimento de indicadores econômicos, financeiros, quantitativos e qualitativos atrelados à performance global da Companhia e ao cumprimento de metas coletivas e individuais. Anualmente, o Conselho de Administração, com base em recomendação de seu Comitê de Recursos Humanos, promove a revisão do conjunto de indicadores e metas a fim de adequá-los às práticas de mercado, à conjuntura econômica global, aos interesses dos acionistas e, também, objetivando incentivar a performance sustentável da Companhia no curto e longo prazo. Adicionalmente a Companhia possui um Plano de Remuneração baseado em ações, conforme detalhado no item 13.4.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia entende que a remuneração de seus executivos composta de parcela fixa e variável atende aos princípios de mercado e permite a avaliação do desempenho de seus executivos alinhada à performance global da Companhia, e que com a parcela de remuneração baseada em ações a companhia cria em seus executivos um senso de identidade, comprometimento e orientação para resultados.

v. *A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato*

Não existem membros não remunerados pelo emissor na Diretoria Estatutária e Não Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Os membros dos Comitês da Usiminas não recebem remuneração para este fim.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa leva em consideração valores de mercado obtidos através de consultorias especializadas, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

A remuneração variável de curto prazo leva em consideração indicadores quantitativos e qualitativos, determinados anualmente com base em estudos de mercado e aspectos conjunturais da economia global. São exemplos de Indicadores quantitativos: Margem EBITDA, Custo de Produção, entre outros. Os Indicadores qualitativos estão atrelados à contribuição específica de cada Diretor ao resultado da Companhia.

A remuneração variável de longo prazo leva em consideração os objetivos estratégicos da Companhia, em conformidade com as melhores práticas de mercado, atrelado ao desempenho da Companhia frente ao mercado financeiro, seguindo programa desenhado em conjunto com Consultoria de renome internacional.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia entende que a prática de remuneração condicionada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas (conforme explicitado no item anterior), permite que a evolução de cada uma das dimensões de seu interesse seja adequadamente medida a partir de indicadores de desempenho aos quais são atribuídos pesos de ponderação para avaliação de performance e determinação da remuneração variável. A ponderação relativa de cada indicador de desempenho é validada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos que considera aspectos conjunturais distribuindo essa ponderação em grupos de indicadores do Grupo Usiminas, indicadores das Unidades de Negócio e Indicadores Individuais que venham agregar valor para a Companhia.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazos

A prática de remuneração se encontra alinhada, da seguinte forma:

Curto prazo: a remuneração está baseada no monitoramento de mercado do salário base de cada cargo, conforme painel de empresas congêneres a sua área de atuação, assegurando uma remuneração adequada.

Médio Prazo: está alinhada com metas de desempenho definidas anualmente para cada negócio e que visam alavancar a performance global da Companhia. As metas são repactuadas anualmente.

Longo Prazo: a partir de 2011 a Companhia adotou o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia. O plano possui o objetivo de alinhamento de interesses no Longo Prazo, tendo em vista o potencial de valorização das ações, na busca pelos resultados da Companhia. O Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 14/04/2011.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Alguns Administradores recebem remuneração de Controladores da Companhia, conforme discriminado no item 13.15.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A verba dos administradores é sugerida pela Diretoria de Desenvolvimento Organizacional e Gestão de Pessoas, aprovada pelo Comitê de Recursos Humanos em reunião formal e, posteriormente, é submetida para aprovação do Conselho de Administração e AGO, onde é votada.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

São utilizados os seguintes critérios para elaboração da proposta de verba anual:

- Quantidade de posições para o Conselho de Administração
- Quantidade de posições para a Diretoria Estatutária.
- Remuneração anual – honorários x 12 meses
- Bônus Target
- Impostos/Encargos
- Benefícios para os elegíveis: carro e motorista, plano médico e odontológico, previdência privada e benefícios de expatriação.
- Estudos de Mercado são utilizados para comparação das práticas de remuneração total (remuneração fixa, variável e benefícios) avaliando a competitividade frente a concorrência e embasando a proposta.

Para o Conselho Fiscal, utilizam-se os termos do parágrafo 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76, que fixa a remuneração mensal atribuída aos membros efetivos do Conselho Fiscal em 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração atribuída aos Diretores da Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da prática de remuneração do emissor

A remuneração dos administradores é revisada anualmente, com base em elaboração de proposta e pesquisas de mercado de consultorias renomadas, para avaliação de práticas salariais.

A proposta é levada para apreciação do Comitê de RH e, posteriormente, ao Conselho de Administração, que examina os itens constantes e submete para aprovação na AGO.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2016

Valores em reais														
Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (***)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (****)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	5,00	6.115.480,93	519.642,83	N/A	1.521.797,20	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	907.148,77	9.064.069,73
Conselho de Administração	10,67	3.838.126,59	3.152,03	N/A	579.605,99	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	4.420.884,61
Conselho Fiscal	5,00	622.993,55	-	N/A	112.117,96	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	735.111,51
Total	20,67	10.576.601,07	522.794,86	N/A	2.213.521,15	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	907.148,77	14.220.065,85

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia

***O valor da remuneração baseada em ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.

**** Corresponde ao bônus pago em 2016, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2015.

A remuneração total contabilizada em 2016, incluindo provisão de remuneração variável com encargos sociais totalizou R\$ 14,2 milhões.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 28 de Abril de 2016 a remuneração máxima total da Administração de R\$ 19.301.310,00 para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2016 e de 2017.

Exercício social encerrado em 31/12/2017

Valores em reais														
Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (****)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (***)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	4,25	5.759.832,08	544.491,91	N/A	1.493.973,47	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	212.082,10	8.010.379,56
Conselho de Administração	11,00	3.906.666,66	7.169,34	N/A	625.500,00	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	4.539.336,00
Conselho Fiscal	5,00	682.072,54	-	N/A	136.414,50	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	818.487,04
Total	20,25	10.348.571,28	551.661,25	N/A	2.255.887,97	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	212.082,10	13.368.202,60

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários.

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia.

*** Não houve pagamento de remuneração variável em 2017, com base na avaliação de desempenho do exercício de 2016.

****O valor da remuneração baseada em ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.

A remuneração total contabilizada em 2017, incluindo provisão de remuneração variável com encargos sociais totalizou R\$ 17,1 milhões.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 27 de Abril de 2017 a remuneração máxima total da Administração de R\$ 19.8 milhões para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2017 e de 2018.

Exercício social encerrado em 31/12/2018

Valores em reais														
Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (****)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (***)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	5,25	7.434.828,00	1.253.412,66	N/A	3.172.589,37	4.603.800,00	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	16.464.630,03
Conselho de Administração	8,92	3.389.166,67	20.577,08	N/A	538.166,74	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	3.947.910,49
Conselho Fiscal	5,08	761.440,91	-	N/A	152.288,14	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	913.729,05
Total	19,25	11.585.435,58	1.273.989,74	N/A	3.863.044,25	4.603.800,00	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	-	21.326.269,57

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia

*** Corresponde ao bônus pago em 2018, calculado com base no atingimento das metas de 2017

****O valor da Remuneração baseada em Ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes. Desde Outubro de 2017, os programas de Stock Options vigentes não possuem mais valores de contabilização.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 25 de Abril de 2018 a remuneração máxima total da Administração de R\$ 30.3 milhões para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2018 e de 2019.

Remuneração prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2019

Valores em reais														
Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (****)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (***)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)				
Diretoria Estatutária	6,00	8.467.212,00	2.119.897,20	N/A	2.370.819,36	8.467.212,00	N/A	N/A	N/A	2.370.819,36	N/A	N/A	N/A	23.795.959,92
Conselho de Administração	8,00	3.000.000,00	27.000,00	N/A	600.000,00	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	3.627.000,00
Conselho Fiscal	5,00	705.601,20	-	N/A	141.120,24	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	846.721,44
Total	19,00	12.172.813,20	2.146.897,20	N/A	3.111.939,60	8.467.212,00	N/A	N/A	N/A	2.370.819,36	N/A	N/A	-	28.269.681,36

- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

* Refere-se a honorários

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia

*** Corresponde ao bônus, calculado com base no atingimento do *target*.

****O valor da Remuneração baseada em Ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes. Desde Outubro de 2017, os programas de Stock Options vigentes não possuem mais valores de contabilização.

Verba a ser aprovada na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 28 de Março de 2019 a remuneração máxima total da Administração de R\$ 31.239.084,00 para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2019 e de 2020.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2016	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho de Administração (**)</u>	<u>Conselho Fiscal (**)</u>
Número de membros (***)	5,00	10,67	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)	R\$ 4.680.252	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 0,00	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir do atingimento/superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual definida em Assembleia Geral Ordinária. (**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável. (***) o número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se ao período compreendido entre as Assembleias.

Exercício social encerrado em 31/12/2017	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho de Administração (**)</u>	<u>Conselho Fiscal (**)</u>
Número de membros (***)	4,25	11,00	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)	R\$ 5.479.335	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 0,00	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir do atingimento/superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual definida em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

(**) o número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembleias.

Exercício social a encerrar em 31/12/2018	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho de Administração (**)</u>	<u>Conselho Fiscal (**)</u>
Número de membros	5,25	8,92	5,08
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)	R\$ 10.958.670	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 3.442.368	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual a ser definida em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

(***) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

(****) Corresponde ao bônus pago em 2018, calculado conforme a avaliação de desempenho do ano de 2017

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembleias.

Remuneração Variável Prevista para Exercício de 2019

Exercício social a encerrar em 31/12/2018	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho de Administração (**)</u>	<u>Conselho Fiscal (**)</u>
Número de membros	6,00	8,00	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)	R\$ 12.700.818	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 7.604.411	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual a ser definida em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.- Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

(***) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

Foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de abril de 2011 o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia ("Plano"). Neste mesmo ano, na primeira elegibilidade do Programa foram contemplados os componentes da Diretoria Estatutária, demais Diretores e Gerentes Gerais da Companhia.

Para o exercício social 2017 continuaram em operação as regras do Plano aprovado em 14 de abril de 2011.

a) Termos e condições gerais

As regras gerais do Plano são formalmente aprovadas pelos acionistas. Após a aprovação, o Plano é gerenciado pelo Conselho de Administração, que tem o suporte do Comitê de Recursos Humanos para este fim. O Conselho de Administração e o Comitê são assessorados em aspectos técnicos e operacionais pelas áreas de recursos humanos, jurídica e financeira da Usiminas, ou consultores externos. Somente o Conselho de Administração tem poderes deliberativos sobre o Plano, dentro dos limites aprovados pelos acionistas.

Todos os executivos e empregados são potencialmente elegíveis ao Plano. Contudo, os efetivamente eleitos a receber outorgas deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração, a partir de recomendação do Comitê de Recursos Humanos.

O Plano tem outorgas de opções anuais (programas), respeitadas as regras e, principalmente, o capital autorizado (número de ações) pelos acionistas. Todos os programas anuais deverão ser previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

b) principais objetivos do Plano

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas
- Incentivar criação de valor sustentável
- Atração e retenção
- Competitividade com as práticas de mercado

c) forma como o Plano contribui para esses objetivos

O Plano é considerado o elo entre os objetivos dos Administradores e os objetivos da Companhia.

d) como o Plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano faz parte da estratégia de remuneração total da Usiminas, sendo um importante elemento para manutenção da competitividade das práticas da Companhia frente ao mercado, bem como ferramenta de atração e retenção de profissionais importantes para o negócio.

e) como o Plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazos

O Plano de *stock options* concede aos eleitos o direito de comprar ações da Usiminas a um preço (preço de exercício das opções) e prazos (carência para compra das ações) determinados. O preço predeterminado alinha o interesse de valorização das ações e os prazos de liberação para compra garantem decisões sólidas na busca de resultados de médio e longo prazos.

f) número máximo de ações abrangidas

O total máximo de ações abrangidas a serem outorgadas para todos os empregados elegíveis é de 50.689.310 ações preferenciais (USIM5), representando 5% do Capital total da Usiminas em 6 programas a serem realizados de 2011 a 2016.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

A quantidade máxima de opções outorgadas em cada ano para o total de Administradores elegíveis foi:

Outorga 2011 - 1.638.515 opções, representando 0,162% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2012 - 1.740.556 opções, representando 0,172% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2013 - 1.784.802 opções, representando 0,176% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2014 - 1.197.493 opções, representando 0,118% do total de ações de emissão da Companhia.

Nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 não houve outorga de Opções.

h) condições de aquisição de ações

A Opção deverá ser exercida mediante a aquisição ou subscrição das ações subjacentes em contrapartida do pagamento à Companhia do valor correspondente ao Preço de Exercício ("Preço de Exercício"), nos termos do Contrato de Opção.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Conselho de Administração define o preço de exercício de cada Opção no momento em que a mesma é concedida, o qual é equivalente à cotação média ponderada de fechamento das Ações Preferenciais aplicáveis na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. ("BM&FBovespa") no mês anterior à data da concessão das Opções.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

O Conselho de Administração poderá fixar prazo a partir do qual a Opção passará a ser exercível ("Período de Carência") e também poderá estabelecer que a Opção venha a ser exercível em parcelas. Salvo deliberação em sentido diverso do Conselho de Administração, (i) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício um ano após a data de sua concessão, (ii) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício dois anos após a data de sua concessão e (iii) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício três anos após a data de sua concessão.

O Conselho de Administração poderá determinar o período máximo subsequente à data de concessão durante o qual a Opção poderá ser exercida ("Período de Exercício"), ressalvado que as Opções não poderão ser exercidas após 7 (sete) anos da data de sua concessão.

k) forma de liquidação

O preço de exercício de cada ação objeto da Opção será pago à vista integralmente pelo empregado eleito na data do exercício da opção, isto é, da celebração do Contrato de Compra e Venda entre o empregado eleito e a Usiminas ou da assinatura do respectivo boletim de subscrição, conforme o caso.

l) restrições à transferência das ações

Durante o Período de Exercício, é vedado ao participante alienar as Opções a ele concedidas ou constituir quaisquer ônus sobre tais Opções.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do Plano

O Conselho de Administração poderá alterar, suspender ou cancelar o Plano ou qualquer parte dele à qualquer tempo, desde que em conformidade com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis. A suspensão, alteração ou extinção do Plano também se dá diante da cessação de vínculo entre o elegível ao programa de remuneração baseada em ações e a Companhia, conforme mesmos critérios/eventos descritos no item a seguir.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

(a) Desligamento Sem Justa Causa - Em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de suas Controladas por iniciativa destas, mediante rescisão de seu contrato de trabalho sem justa causa ou destituição de seu cargo de administrador não motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (b) Desligamento por Justa Causa - Em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de suas Controladas por iniciativa destas, mediante rescisão de seu contrato de trabalho por justa causa ou destituição de seu cargo de administrador motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista, todas as Opções ainda não exercidas, independentemente de serem passíveis de exercício ou não, serão extintas de pleno direito e canceladas na respectiva Data de Desligamento ou na data do evento que deu origem à demissão ou destituição do Participante, o que primeiro ocorrer. (c) Desligamento Voluntário - Na hipótese de desligamento voluntário de qualquer Participante da Companhia ou de suas Controladas, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (d) Desligamento por Aposentadoria - Na hipótese de Aposentadoria, o Participante poderá exercer suas Opções passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (e) Falecimento - Em caso de falecimento de um Participante, o direito ao exercício de todas as Opções concedidas ao Participante será antecipado e seus herdeiros ou sucessores, por sucessão legal ou testamentária, poderão exercê-las no período de 12 (doze) meses após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (f) Desligamento por Invalidez Permanente - No caso de um Participante encontrar-se em licença de trabalho contínua e autorizada causada por invalidez permanente, o direito ao exercício de todas as Opções concedidas ao Participante será antecipado e estas poderão ser exercidas no período de 12 (doze) meses após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (g)

Desligamento Após Alienação de Controle da Companhia - Em caso de alienação, direta ou indireta, de ações que representem o controle acionário da Usiminas, o Participante que, nos primeiros 12 (doze) meses subsequentes à alienação do controle da Usiminas, for demitido sem justa causa ou cuja destituição do cargo de administrador não tenha sido motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista terá o direito ao exercício antecipado de todas as Opções a ele concedidas e poderá exercê-las no período de 30 dias após a respectiva Data de Desligamento, findado o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito.

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

A Companhia reconhece as despesas provenientes dos programas de outorga de opções de compra consoantes as Normas Contábeis CPC10 (R1) e ICPC05, que orientam a apuração e registro de acordo com o período de carência em que a Opção se tornar exercível.

Remuneração baseada em ações referente aos exercícios sociais encerrados em 2016, 2017 e 2018:

Programa 2016

Não houve outorga de opções no ano de 2016.

Programa 2017

Não houve outorga de opções no ano de 2017.

Programa 2018

Não houve outorga de opções no ano de 2018.

Movimentação das opções outorgadas dos 3 últimos exercícios sociais

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*	Total
Exercício social encerrado em 2016			
a Das opções em aberto no início do exercício social	2.429.423	242.957	2.672.380
Outorga Programa 2016	-	-	-
b Das opções perdidas durante o exercício social	(824.894)	-	(824.894)
c Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
d Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Das opções em aberto no fim do exercício social	1.604.529	242.957	1.847.486
Exercício social encerrado em 2017			
a Das opções em aberto no início do exercício social	1.604.529	242.957	1.847.486
Outorga Programa 2017	-	-	-
b Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
c Das opções exercidas durante o exercício social	(93.522)	(53.004)	(146.526)
d Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Das opções em aberto no fim do exercício social	1.511.007	189.953	1.700.960
Exercício social encerrado em 2018			
a Das opções em aberto no início do exercício social	1.511.007	189.953	1.700.960
Outorga Programa 2018	-	-	-
b Das opções perdidas durante o exercício social	(407.712)	-	(407.712)
c Das opções exercidas durante o exercício social	(187.043)	(26.502)	(213.545)
d Das opções expiradas durante o exercício social	(152.113)	(31.494)	(183.607)
Das opções em aberto no fim do exercício social	764.139	131.957	896.096
Das opções em aberto exercíveis**	764.139	131.957	896.096
Das opções em aberto não exercíveis	-	-	-

* Outorga em função de ser empregado da Companhia, e não como membro do Conselho de Administração.

** Inclui o saldo de opções de programas anteriores a 2016.

As despesas incorridas referentes aos membros da Administração da Companhia reconhecidas nos resultados dos exercícios 2016 e 2017 encontram-se informadas no item 13.2. De acordo com as normas contábeis que orientam sobre o registro de Stock Options, desde outubro de 2017 as despesas não são mais apropriadas ao resultado da Companhia.

13.6. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Referente ao Programa 2016

Não houve outorga de opções no ano de 2016.

Referente ao Programa 2017

Não houve outorga de opções no ano de 2017.

Referente ao Programa 2018

Não houve outorga de opções no ano de 2018.

Exercício social encerrado em 31/12/2018								
a. órgão	b. número de membros	c. número de membros remunerados	d. em relação às opções exercidas, informar:			e. em relação às ações entregues informar:		
			i. número de ações	ii. preço médio ponderado de exercício	iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	i. número de ações	ii. preço médio ponderado de aquisição	iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas
Diretoria Estatutária	5,25	5,25	187.043	6,14	R\$ 381.747,06	N/A	N/A	N/A
Conselho de Administração	8,92	9,67	26.502	6,14	R\$ 463.321,36	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	5,08	4,33	-	-	-	N/A	N/A	N/A

N/A	A Companhia não possui programas baseados em ações, mas sim, em opções.
-----	---

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

Nos anos de 2016, 2017 não foram exercidas opções de compra de ações. Para o ano de 2018 foram exercidas 26.502 opções por membro do conselho de administração e 187.043 por membros da diretoria estatutária, totalizando 213.545 opções. As respectivas ações entregues representam a mesma quantidade de opções exercidas.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

As principais premissas utilizadas de acordo com o Modelo de Precificação Black-Scholes dos programas de outorgas foram as seguintes:

Outorga 2016

Não houve outorga de opções no ano de 2016.

Outorga 2017

Não houve outorga de opções no ano de 2017.

Outorga 2018

Não houve outorga de opções no ano de 2018.

i. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Metodologia Black-Scholes. Não existe exercício antecipado das opções, o *vesting* é de 33% por ano após o 1º, 2º e 3º ano da data da outorga do programa.

ii. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para cálculo da volatilidade foi considerada o histórico ajustado de 36 meses anteriores à outorga.

iii. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não foi incorporada nenhuma outra característica na mensuração do valor justo.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Quantidade de Valores Mobiliários em 31/12/2018

Empresa	Valor Mobiliário	Conselho de Administração (*)	Diretoria	Conselho Fiscal (*)
Usiminas	Ação Ordinária	-	-	-
Usiminas	Ação Preferencial Classe A	76.040	43.789	0

* O saldo de ações inclui os membros efetivos e suplentes dos conselhos de Administração e Fiscal.

- As opções outorgadas e não exercidas não compõem a quantidade de valores mobiliários de emissão da Companhia detidos por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal.

- Todos os membros efetivos da Diretoria Estatutária, Conselhos de Administração e Fiscal são remunerados.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários							
Órgão	Nº Membros	Nome do Plano	Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Condições para se aposentar antecipadamente	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores (*)	Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições (**)
Conselho de Administração	0	N/A	N/A	N/A	R\$ -	R\$ -	N/A
Diretoria Estatutária	3	USIPREV	2	N/A	R\$ 3.153.915,40	R\$ 244.046,82	Nenhum dos Administradores
(*) Foram consideradas somente as contribuições mensais para os benefícios programados, que foram pagas no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2018, pela reversão mensal dos recursos existentes no Fundo de Reserva. As contribuições mensais para benefícios de risco, despesas administrativas e serviço passado não foram consideradas neste levantamento, por se tratarem de contas coletivas.							
(**) O Resgate antecipado pode ser requerido somente por participantes que cessaram seu contrato de trabalho e não estejam em gozo de benefício. O resgate corresponde a 100% do saldo de conta do participante acrescido de um percentual aplicável sobre o saldo de conta da patrocinadora, variando de 10 a 80%, conforme o tempo de inscrição no plano (3 anos completos 10%, aumento de 10% a cada ano, até o limite de 80% a partir dos 10 anos).							

- Todos os membros efetivos da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Fiscal são remunerados.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: órgão, número de membros, valor da maior remuneração individual, valor da menor remuneração individual e valor médio de remuneração individual.

As informações apresentadas neste item estão de acordo com os dados informados no item 13.2.

	Valores em reais								
	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Número de membros	5,25	4,25	5,00	8,92	11,00	10,67	5,08	5,00	5,00
Valor da maior remuneração (reais)	2.660.052,00	2.660.052,00	2.256.000,00	900.000,00	900.000,00	900.000,00	141.120,24	153.608,76	124.806,72
Valor da menor remuneração (reais)	1.161.432,00	1.161.432,00	996.084,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	141.120,24	153.608,76	124.806,72
Valor médio da remuneração (reais)	1.411.202,00	1.536.087,00	1.248.067,20	366.666,67	360.000,00	360.000,00	141.120,24	153.608,76	124.806,72

Observações:

(a) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

(b) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

- Todos os membros efetivos da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Fiscal são remunerados.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

No contrato de um membro da Diretoria Executiva há uma cláusula de não-concorrência que veda a possibilidade de desempenho de funções na indústria de produção de aços planos do Brasil, pelo período de 12 meses, após término das suas funções na Companhia. Em função desta vedação, a Companhia se comprometeu ao pagamento de valor compensatório equivalente a 3 vezes o valor dos honorários mensais por ano de permanência no cargo.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	Exercício social encerrado (2018)	Exercício social encerrado (2017)	Exercício social encerrado (2016)
Conselho de Administração	54%	28%	40%
Conselho Fiscal	60%	50%	51%
Diretoria Estatutária	0%	0%	6%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Órgão	Valores em reais		
	Exercício Social encerrado (2018)	Exercício Social encerrado (2017)	Exercício Social encerrado (2016)
Conselho de Administração	-	22.230,01	81.945,98
Conselho Fiscal	-	-	-
Diretoria Estatutária	-	-	-

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Órgão	Valores em reais		
	Exercício Social encerrado (2017)	Exercício Social encerrado (2016)	Exercício Social encerrado (2015)
Conselho de Administração	22.000.736,76	27.243.870,72	43.319.775,26
Conselho Fiscal	754.436,75	637.217,22	505.913,71
Diretoria	-	803.177,00	-

-Valores convertidos para reais, com a taxa do dólar de 24/05/2016 e com a taxa do iene de 27/05/2016.

-Não tiveram valores pagos por controladas ou sociedades sob controle comum.

13.16. Outras informações que a Companhia julga relevantes.

Os administradores provenientes do exterior, terão direito de exercer a totalidade das opções de compra de ações outorgadas conforme o plano de opções da Companhia, contando com um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data do termino do seu vínculo contratual. (A clausula 10.1 do plano de opções não será aplicada). Conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

**ANEXO 4 – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL E
AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

1 – Candidatos ao Conselho de Administração

- Membro Efetivo:

a. nome	Yoshiaki Shimada
b. data de nascimento	18/02/1964
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TR9733129
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração
f. data de eleição	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	Não se aplica
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation – Siderurgia
• cargo	Outubro 2012 Gerente Geral, Chefe de Divisão Divisão de Produtos de Folha de Flandres, Unidade de Produtos Planos

	Abril 2013 Gerente Geral, Chefe de Divisão Divisão de Produtos Planos Automotivos, Unidade de Produtos Planos Abril 2016 Diretor Executivo, Vice Chefe de Unidade, Unidade de Produtos Planos
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i) Não (ii) Sim
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

- Membros Suplentes:

a. nome	Yuichi Akiyama
b. data de nascimento	12/07/1967
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TK0064607
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não se aplica
l. número de mandatos consecutivos	Não se aplica
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation Setor de Atividade: Siderurgia
• cargo	Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation a) Out/2012 a Jul/2015 Cargo: Gerente Geral, Divisão de Desenvolvimento de Negócios no Exterior b) Jul/2015 a Ago/2018 Cargo: Gerente Geral, Divisão de

	Desenvolvimento de Negócios Globais
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i) Não (ii) Sim
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	a) Nippon Usiminas Mar/2016 a Mar/2018 Cargo: Diretor b) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas Abr/2017 a Jul/2017 Cargo: Membro Suplente do Conselho de Administração
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Tatsuya Miyahara
b. data de nascimento	27/04/1963

c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TK9238844
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não se aplica
l. número de mandatos consecutivos	Não se aplica
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	1. Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda. Setor de Atividade: Pesquisa 2. Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation Setor de Atividade: Siderurgia
• cargo	1. Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda. Ago/2011 a Mar/2016 Cargo: Diretor Chefe de Escritório de Belo Horizonte 2. Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation

	a) Out/2012 a Mar/2016 Cargo: Gerente Geral, Divisão de Recursos Humanos b) Abr/2016 até o momento Cargo: Gerente Geral, Divisão de Desenvolvimento de Negócios Globais
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	1. Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda. (i) Não (ii) Sim 2. Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i) Não (ii) Sim
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Nippon Usiminas Abr/2018 a Jun/2019 Cargo: Diretor
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Martha Regina Coelho Teixeira Lassance
b. data de nascimento	09/03/1954

c. profissão	Administradora de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	253.304.626-49
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim, é membro independente tendo em vista que não preenche nenhuma das hipóteses de comprometimento de sua independência previstas e sugeridas no item 13.16 do Ofício-Circular/CVM/SEP/nº01/2017 que faz referência ao item 2.2.1 do Código Brasileiro de Governança Corporativa, bem como quaisquer outras hipóteses que se assemelhem às situações ali descritas.
l. número de mandatos consecutivos	Não se aplica
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) Setor de Atividade: Representante da Indústria
• cargo	2013 a 2017 Cargo: Consultora (Gerência de Colegiados)
• se a empresa integra (i) o grupo econômico	Não

do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não se aplica
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

2 – Candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelos Acionistas Controladores

- Membros Efetivos

a. nome	Sérgio Carvalho Campos
---------	------------------------

b. data de nascimento	05/03/1960
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	392.964.316-20
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	
l. número de mandatos consecutivos	Não se aplica
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	Previdência Usiminas / Entidade Fechada de Previdência Complementar
• cargo	Diretor Financeiro
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Previdência Usiminas Não integra o grupo econômico e é acionista do emissor

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Wanderley Rezende de Souza
b. data de nascimento	24/05/1961
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	634.466.267-00
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado	Sim, é membro independente tendo em vista que não preenche nenhuma das

pelo emissor para determinar a independência	hipóteses de comprometimento de sua independência previstas e sugeridas no item 13.16 do Ofício-Circular/CVM/SEP/nº01/2017 que faz referência ao item 2.2.1 do Código Brasileiro de Governança Corporativa, bem como quaisquer outras hipóteses que se assemelhem às situações ali descritas.
l. número de mandatos consecutivos	1 mandato consecutivo como membro efetivo do Conselho Fiscal
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas Setor de atividade: Siderurgia
• cargo	Abr/2014 à Out/2014: Cargo: Conselheiro de Administração Abr/2015 à Abr/2016: Cargo: Conselheiro Fiscal - Suplente Out/2017 à Abr/2018: Cargo: Conselheiro de Administração Abr/2018 à Abr/2019: Cargo: Conselheiro Fiscal
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas Trata-se do próprio emissor

mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Paulo Frank Coelho da Rocha
b. data de nascimento	09/03/1971
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	151.450.238-04
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	8 mandatos
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	a) Demarest e Almeida – Prestação de Serviços b) Cravath, Swaine & Moore
• cargo	a) Sócio b) Foreign Associate
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Membro da International Bar Association, do Advisory Board do "Working Group on Legal Opinions" da American Bar Association; e da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da	Não há condenação em processo administrativo da CVM.

CVM e as penas aplicadas	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

- Membros Suplentes

a. nome	Lucio de Lima Pires
b. data de nascimento	19/03/1971
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	812.099.596-15
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	7 mandatos como membro efetivo do Conselho Fiscal
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---

• nome e setor de atividade da empresa	Previdência Usiminas Setor: Previdência Complementar Fechada
• cargo	Gerente de Controladoria
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Previdência Usiminas Não integra o grupo econômico e é acionista do emissor
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Masato Ninomiya
b. data de nascimento	17/11/1948
c. profissão	Advogado

d. CPF ou número do passaporte	806.096.277-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	19 mandatos (desde 1999) como membro efetivo do Conselho Fiscal 1 mandato como membro suplente do Conselho Fiscal
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	a) Advocacia Masato Ninomiya S/C Setor de Atividade: Escritório de Advocacia
• cargo	a) Advocacia Masato Ninomiya S/C Cargo: Sócio fundador
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou	a) Advocacia Masato Ninomiya S/C Não integra o grupo econômico e nem é controlada

espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	João Paulo Bueno Minetto
b. data de nascimento	23/08/1982
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	298.700.968-24
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	1
m. informações sobre:	---
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	---
• nome e setor de atividade da empresa	Demarest Advogados
• cargo	Sócio
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não aplicável
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	---
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

atividade profissional ou comercial qualquer	
---	--

3 – Candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelo Acionista Minoritário Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações

- Membro Efetivo

a. nome	Fabricio Santos Debortoli
b. data de nascimento	06/06/1979
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	027.664.219-80
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não.
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. Critério não informado.
l. número de mandatos consecutivos	Não se aplica.
m. informações sobre:	--
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	--
• nome e setor de atividade da empresa	a) G&G Consulting & Partners b) ETERNIT S.A.

	c) Videolar Innova d) Centrais Elétricas de Santa Catarina e) Celesc Distribuição S.A. f) G20 Participações S.A.
• cargo	a) Sócio b) Conselheiro Fiscal c) Financial Controller d) Membro do Conselho de Administração e Conselheiro Fiscal e) Chefe da Divisão de Contabilidade Tributária f) Conselheiro Fiscal
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não informado.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não informado.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	--
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	
---	--

- Membro Suplente

a. nome	Michele da Silva Gonsales
b. data de nascimento	25/11/1983
c. profissão	Advogada
d. CPF ou número do passaporte	324.731.878-00
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não.
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. Critério não informado.
l. número de mandatos consecutivos	Não se aplica.
m. informações sobre:	--
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	--
• nome e setor de atividade da empresa	Ricardo Gimenez Sociedade de Advogados
• cargo	Sócia

• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não informado.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não informado.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	--
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

4 – Candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelo Acionista Minoritário Banco BTG Pactual S.A.

- Membro Efetivo

a. nome	Tácito Barbosa Coelho Monteiro Filho
b. data de nascimento	20/05/1957
c. profissão	Advogado

d. CPF ou número do passaporte	022.278.598-57
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não.
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim, critério de independência previsto nos regulamentos de listagem da B3.
l. número de mandatos consecutivos	Não se aplica.
m. informações sobre:	--
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	--
• nome e setor de atividade da empresa	Membro do Conselho de Administração do CIEE – Centro de Integração Escola Empresa; Membro do Conselho de Administração de Kallas Empreendimentos Imobiliários S.A.; Membro e coordenador do Conselho Jurídico da Vice-Presidência de Incorporação e Terrenos Urbanos do SECOVI; Advogado.
• cargo	
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou	Não informado.

superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não informado.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	--
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

- Membro Suplente

a. nome	Vanessa Claro Lopes
b. data de nascimento	11/01/1976
c. profissão	Contadora
d. CPF ou número do passaporte	162.406.218-03
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	23/04/2019 (Sujeito à aprovação pela Assembleia)

	Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro Suplente do Conselho Fiscal desde a AGO realizada em 25.04.2018 até a presente data
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim, critério de independência previsto nos regulamentos de listagem da B3.
l. número de mandatos consecutivos	1 (um)
m. informações sobre:	--
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	--
• nome e setor de atividade da empresa	A Sra. Vanessa Claro Lopes é membro titular do Conselho Fiscal da Cosan S.A., membro titular da Estácio Participações S.A., coordenadora do Comitê de Auditoria da Tegma Logística S.A., membro suplente do Conselho Fiscal da Comgas S.A., membro suplente do Conselho Fiscal de Usiminas S.A.; foi presidente do Conselho Fiscal da Via Varejo S.A. de 2014 a 2018, membro titular do Conselho Fiscal da Renova S.A. de 2017 a 2019, membro titular do Conselho Fiscal da Terra Santa Agro S.A. de 2016 a 2018, e membro titular do Conselho Fiscal da Gerdau S.A. de 2016 a 2017, Diretora da Auditoria Interna Corporativa da TAM S/A de 2010 a 2014; Diretora de Auditoria Interna Corporativa da Globex Utilidades S/A de 2004 a 2010; Coordenadora da Auditoria Interna Corporativa do Grupo Telefônica de 2001 a 2004; Supervisora do grupo de <i>Global Risk Management Solutions</i> da PricewaterhouseCoopers de 1995 a 2001; e professora titular da disciplina de Auditoria e Segurança da Informação, ministrada para as turmas de graduação do último ano do curso de Processamento de Dados da Faculdade Objetivo na Unidade Santos nos anos de 1997 e 1998. Graduiu-se em Ciências Contábeis pela Universidade Federal

	Fluminense – UFF e Análise de Sistemas pela FATEC/BS; possui pós-graduação em Redes de Computadores pela Universidade São Judas Tadeu/SP, MBA em Gestão Empresarial pela EAESP/FGV e é mestranda em Sistemas de Gestão Sustentável pela Universidade Federal Fluminense – UFF.
• cargo	
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não informado.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não informado.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	--
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

Nos termos do Item 10.2.12, letra d, do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, informamos que, nenhum dos presentes candidatos, indicados aos cargos de membro

do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelos Acionistas Controladores, bem como os candidatos indicados aos cargos de membro do Conselho Fiscal pelo acionista Banco BTG Pactual S.A., declarou ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definição prevista no artigo 3º - B da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, e alterações decorrentes da Instrução CVM nº 463, de 08 de janeiro de 2008. A Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações não informou se algum de seus candidatos é pessoa politicamente exposta.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Conselho de Administração	Total de reuniões realizadas	% de participação do membro
Yuichi Akiyama	1	100%

Conselho Fiscal	Total de reuniões realizadas	% de participação do membro
Wanderley Rezende de Souza	3	100%
Paulo Frank Coelho da Rocha	6	83%
Lúcio de Lima Pires	6	100%
Masato Ninomiya	3	100%
João Paulo Minetto	1	100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Comitê de Auditoria	Total de reuniões realizadas	% de participação do membro
Wanderley Rezende de Souza	2	100%

Comitê de Recursos Humanos	Total de reuniões realizadas	% de participação do membro
Wanderley Rezende de Souza	3	100%

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e administradores da Companhia.

b) (i) Administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e controladores diretos ou indiretos da Companhia.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não aplicável.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

(i) O candidato a membro suplente do Conselho Fiscal Masato Ninomiya mantém contrato de Prestação de Serviços com a Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda., empresa do Grupo NSSMC, que compõe o Grupo de Controle do Emissor;

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.